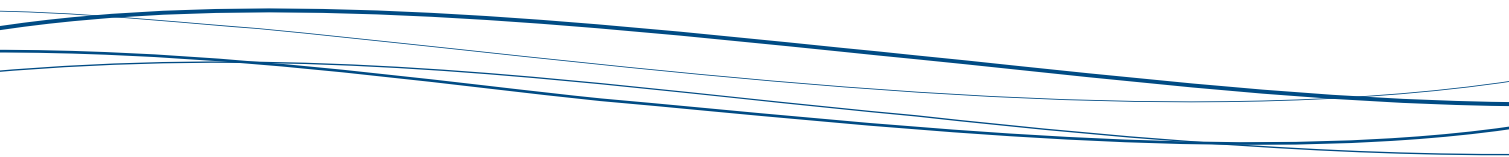




SIMTEJO
Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.
Relatório e Contas 2010





Índice

Mensagem do Presidente	07
A Empresa	10
Organograma	10
Síntese de Indicadores	12
Principais Acontecimentos	15
A - Governo da Sociedade	
1. Missão, Objectivos e Políticas	21
2. Documentos Normativos Internos e Externos	21
3. Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	23
4. Modelo de Governo	24
4.1 Órgãos Sociais	24
Mesa da Assembleia Geral	24
Conselho de Administração	24
Órgão de Fiscalização	26
Assembleia Geral	26
Conselho Fiscal	30
Revisor Oficial de Contas	30
4.2 Estrutura Organizacional	31
5. Remunerações e Outros Encargos	33
6. Análise de Sustentabilidade	37
7. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	42
8. Código de Ética	48
9. Controlo de Risco	49
10. Prevenção de Conflitos de Interesses	50
11. Divulgação de Informação	50
12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional	51
13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	53
14. Relatório dos Administradores não executivos	53
B - Actividade da Empresa	
1. Introdução	57
2. Enquadramento Macroeconómico	57
3. Enquadramento do Sector	58
4. Cadeia de Valor	60
5. Regulação	61
6. Carteira de Participações	62
7. Adopção dos IFRS	62
8. Análise Económica e Financeira	62
9. Actividade	67
10. Objectivos de Gestão	86
11. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento	91
12. Perspectivas para o Futuro	91
13. Considerações Finais	93
14. Proposta de Aplicação de Resultados	93
15. Factos Relevantes após o termo do Exercício	94
16. Anexo ao Relatório	94
C - Contas do Exercício de 2010	
Demonstrações Financeiras	99
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	137
Certificação Legal de Contas	139



“Pela sua importância para a cidade, para o Estuário e para os portugueses em geral, merece especial destaque a conclusão da ligação da zona ribeirinha de Lisboa à nova ETAR de Alcântara conseguida através de 12 empreitadas, concluídas todas, conforme previsto, em 2010 e atingindo um valor global de cerca de 36,4 milhões de euros.”

Mensagem do Presidente

O ano de 2010 foi marcado pelo enquadramento económico e financeiro do País, nomeadamente pelas limitações ao endividamento e, por consequência, no acesso ao crédito, num quadro simultâneo de congelamento e redução salarial.

A SIMTEJO, integrada no Grupo Águas de Portugal, foi abrangida pelo pacote de medidas determinado pelo Governo para o Sector Empresarial do Estado, e embora no limite ao endividamento, o Grupo tenha sido excepcionado, em 2010, certamente tal medida como as restantes medidas restritivas podem vir a afectar de modo significativo os anos que se seguem.

Pese embora este enquadramento a SIMTEJO, ao nível financeiro, reduziu substancialmente o valor da dívida de clientes, tendo a dívida vencida de prestação de serviços atingido, no final do ano um valor correspondente a apenas meio mês da sua facturação anual.

O investimento realizado atingiu os 60,3 milhões de euros, superior ao do ano anterior, mas mesmo assim aquém do previsto, sobretudo porque foi necessário rever a sua programação face às medidas restritivas de endividamento acima mencionadas.

É ainda de referir que a Empresa concluiu, no exercício de 2010, a realização financeira das candidaturas aprovadas pelo Fundo de Coesão, que configuram o "Projecto n.º 2000/PT/16/C/PE/014 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo - Trancão" e o "Projecto n.º 1998/PT/16/PE/002 - Execução e completamento da ETAR de Alcântara".

Releva-se também o acordo com o Município de Arruda dos Vinhos, enquadrado pelos Accionistas da SIMTEJO e tutelado pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, que permitiu a assinatura, em Outubro, do correspondente Contrato de Recolha e a criação de condições para a construção do Emissário Arranhó /A-do-Baço.

Pela sua importância para a cidade, para o Estuário e para os portugueses em geral, merece especial destaque a conclusão da ligação da zona ribeirinha de Lisboa à nova ETAR de Alcântara conseguida através de 12 empreitadas, concluídas todas, conforme previsto, em 2010 e atingindo um valor global de cerca de 36,4 milhões de euros.

Ainda a propósito, é de inteira justiça fazer uma referência muito especial à preciosa colaboração institucional que permitiu à SIMTEJO o cumprimento deste objectivo, designadamente do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Câmara Municipal de Lisboa.

Para além da ligação da zona ribeirinha refira-se que a empreitada de "Concepção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara" tem neste momento praticamente concluída a parte processual, estando a ETAR actualmente a cumprir os parâmetros de descarga impostos na respectiva licença.

Ao longo de 2010 e sem prejuízo da defesa dos interesses da SIMTEJO, foram criadas condições para o acréscimo da eficácia da obra e redução da dimensão do conflito existente. Embora a correspondente formalização tenha ocorrido já em 2011, as diligências efectuadas durante o ano 2010 permitiram a instalação de um tribunal arbitral, com significativa redução de pedidos em relação ao litígio judicial em curso. Essas diligências permitiram também a reunião de esforços de dono da obra e empreiteiro para o desenvolvimento da fase final da empreitada e a fixação de prazos para conclusão das obras.

Destacam-se ainda a nível de investimentos a conclusão da obra relativa ao Emissário de Monsanto (Municípios de Amadora, Lisboa e Oeiras), pela conclusão de novos sistemas de drenagem relevantes para os Municípios de Loures e Odivelas (Interceptor Figo Maduro/Prior-Velho e Emissário da EN8 - Fase II), a conclusão dos sistemas elevatórios de Verdelha e Sobralinho em Vila Franca de Xira, a reabilitação da ribeira da Falagueira (prolongamento do Caneiro de Alcântara), em articulação com os SMAS de Oeiras e Amadora (Município da Amadora) e o desenvolvimento de vários projectos e lançamento de obras no Município de Maфра.

A reutilização de efluentes mereceu em 2010 uma especial atenção por parte da SIMTEJO pois, além de vários estudos, foi instalada uma conduta para água reutilizável na ligação entre a ETAR de Alcântara e o Cais do Sodré e foi lançada uma empreitada complementar, que também beneficia a reutilização na zona ribeirinha de Lisboa.

A nível de estudos, no âmbito de um grupo de trabalho com a Lisboa E-Nova, a Câmara Municipal de Lisboa e a EPAL, estão a ser analisadas outras perspectivas de reutilização, o mesmo acontecendo em zonas específicas do Município de Vila Franca de Xira.

A nível da operação, a SIMTEJO tratou nas suas instalações, no ano de 2010, cerca de 110 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que representa um aumento de 14,5% face aos caudais de 2009.

Ainda no âmbito da operação, merecem destaque duas actividades já em curso sendo uma referente às auditorias energéticas realizadas, e aos consequentes planos de racionalização de energia das ETAR de Frielas, Chelas e Beirolas, e a outra referente ao controlo dos caudais de origem pluvial já iniciada em 2009, tendo sido dado seguimento ao Estudo no Subsistema de Frielas e iniciado o Estudo no Subsistema de São João da Talha.


A nível de I&D a Empresa, para além da concretização de várias parcerias com Organismos e Instituições nacionais e internacionais para a prossecução de alguns projectos de interesse para a Empresa, deu continuidade aos projectos "Aplicação da Tecnologia Nereda™ na ETAR de Frielas" e Aquasafe. A SIMTEJO deu também início ao projecto "WasteWater4Environment", co-financiado pelo Programa Life08, juntamente com o Instituto

Superior Técnico, Universidade do Minho, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação e que, entre outros, tem como objectivos otimizar o balanço de energia, avaliar e minimizar a pegada de carbono, aumentar a eficiência energética, minimizar a produção de lamas e determinar os custos ambientais dos processos de tratamento de águas residuais.

Em complemento à adopção, pela primeira vez, das normas IFRS, destaca-se igualmente, e pela sua relevância, o efeito que tiveram sobre as contas do exercício (e futuras) as mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzidas na sequência das obrigações vinculativas da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI). Com efeito a DGCI, ao alterar o seu entendimento, deixou de permitir a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado e assim, a partir de 2010, este gasto deixa de ser aceite como encargo fiscal do exercício, passando os efeitos acumulados de anos anteriores, se existirem, a ser tributados em 5 anos de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Para finalizar, resta-me agradecer a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Accionistas, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Ernst & Young.

O nosso agradecimento também a todos os colaboradores pela sua dedicação e entusiasmo a quem este ano, face ao enquadramento económico que vivemos, pedimos a sua melhor compreensão e a manutenção do empenho nunca até agora regateado.



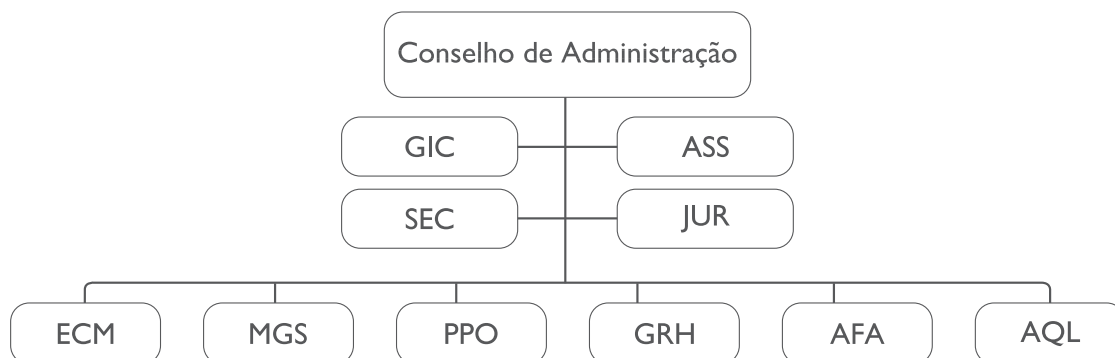
O Presidente do Conselho de Administração
Eng.º Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

[página em branco]

A Empresa

Organograma

A estrutura orgânica da SIMTEJO encontra-se dividida em seis órgãos funcionais, a saber:



GIC - Gabinete de Comunicação e Imagem

SEC - Secretariado

ASS - Assessoria

JUR - Apoio Jurídico

ECM - Área de Exploração e Venda a Clientes Municipais

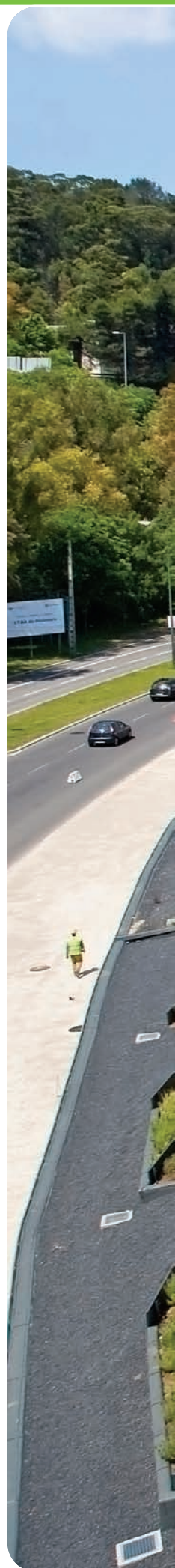
MGS - Área de Manutenção e Gestão de Stocks

PPO - Área de Planeamento, Projectos e Obras

GRH - Área de Gestão de Recursos Humanos

AFA - Área Financeira e Administrativa

AQL - Área da Qualidade





Síntese de Indicadores

Indicadores Financeiros

Unidade: euros

	2009	2010
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843
Margem Bruta	40.055.826	41.403.341
EBITDA	21.631.592	23.267.953
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377
Resultados Correntes	9.909.961	8.001.932
Resultado Líquido	7.244.053	5.738.571
Meios Libertos Líquidos	19.503.210	20.974.147
Valor Acrescentado Bruto	18.078.577	21.891.980

Unidade: euros

	2009	2010
Investimento	49.453.417	60.306.301

Unidade: euros

	2009	2010
Activos Não Correntes	248.141.792	307.207.554
Activos Correntes	74.354.964	78.748.042
Activo Total	322.496.756	385.955.596

Indicadores de Actividade

A área de concessão da SIMTEJO serve uma população de cerca de 1,5 milhões de habitantes nos Municípios de Lisboa, Loures, Odivelas, Mafra, Amadora, Vila Franca de Xira e Oeiras.

As águas residuais destes Municípios são tratadas nas infra-estruturas designadas no seguinte quadro:

	2009	2010
Alcântara	35.479.848	39.409.921
Beirolas	16.740.990	18.965.810
Chelas	14.623.324	15.309.687
Frielas	18.300.900	20.886.470
São João da Talha	4.018.030	4.795.210
Mafra	3.553.377	4.222.124
Vila Franca de Xira	2.426.027	3.347.139
Alverca	266.858	2.239.956
Bucelas	394.308	484.067
Caudal Tratado	95.803.662	109.660.384

Unidade: m³

Indicadores de Actividade

Indicadores de <i>Performance</i>	2009	2010
Solvabilidade (CP/P)	21,04%	18,02%
Autonomia Financeira (CP/ATL)	17,38%	15,27%
Endividamento (P/ATL)	83%	85%
Estrutura do Endividamento (Pcorrentes/P)	5%	7%
Liquidez Geral (Acorrentes)/Pcorrentes)	5,61	3,52





Principais Acontecimentos

Em 2010 a SIMTEJO continuou a articular a sua actividade em função de vários eixos fundamentais, em que se podem destacar os relativos ao investimento, à exploração e sustentação da qualidade, à consolidação da situação económica e financeira, à reabilitação de infra-estruturas e ao desenvolvimento de novas perspectivas de intervenção.

Quanto ao objectivo de continuar a desenvolver fortemente o seu investimento na recolha e tratamento de águas residuais, no capítulo 9 da Secção B deste Relatório faz-se uma enumeração dos estudos e projectos e empreitadas, sendo essa enumeração, para que se remete, por si só demonstrativa do esforço global da Empresa neste âmbito.

Deve, contudo, mencionar-se em especial que a SIMTEJO conseguiu um objectivo fundamental para o exercício e que consistiu na conclusão da ligação da zona ribeirinha de Lisboa à nova ETAR de Alcântara, através de 12 distintas empreitadas, concluídas, conforme previsto, em 2010.

Assim, pela primeira vez desde sempre, a cidade de Lisboa passou a ter uma cobertura integral de recolha e tratamento adequado de águas residuais. Sublinha-se, a este propósito, e agradece-se a marcante colaboração institucional que permitiu à SIMTEJO o cumprimento deste objectivo, designadamente do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Câmara Municipal de Lisboa.

Para além da ligação da zona ribeirinha à ETAR de Alcântara agora executada, a empreitada relativa à própria ETAR - "Concepção /construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara", - ainda em evolução, permite já o tratamento biológico e a desinfecção das águas residuais que aí afluem e a rejeição do efluente tratado em condições adequadas para o meio receptor:

Ao longo de 2010, foi também prosseguido um objectivo relativo a esta empreitada: a criação de condições para a sua conclusão tão breve quanto possível, enfrentando as dificuldades emergentes do litígio judicial pendente e procurando, sem prejuízo da defesa dos interesses da SIMTEJO, criar condições para acréscimo da eficácia da obra e redução da dimensão do conflito. Embora a correspondente formalização tenha ocorrido já em 2011, as diligências efectuadas permitiram que fossem perspectivadas ainda em 2010 a solução para várias questões pendentes e a instalação de um tribunal arbitral, com significativa redução de pedidos em relação ao litígio judicial em curso. Essas diligências permitiram também a reunião de esforços de dono da obra e empreiteiro para o desenvolvimento da fase final da empreitada e a fixação de prazos para conclusão das obras.

Destacam-se ainda outros objectivos atingidos, configurados pela conclusão da obra relativa ao Emissário de Monsanto (Municípios de Amadora, Lisboa e Oeiras), pela conclusão de novos sistemas de drenagem relevantes para os Municípios de Loures e Odivelas (Interceptor Figo Maduro/Prior Velho e Emissário da EN8 - Fase II), pela recepção da obra da ETAR de Alverca, após conclusão da sua fase de arranque, e conclusão dos sistemas elevatórios de Verdelha e Sobralinho, ligados àquela ETAR (Município de Vila Franca de Xira), pela realização do investimento de reabilitação da ribeira da Falagueira (prolongamento do Caneiro de Alcântara), em articulação com os SMAS de Oeiras e Amadora (Município da Amadora) e pelo desenvolvimento de vários projectos e lançamento de obras no Município de Mafra.

O investimento realizado atingiu os 60,3 milhões de euros, ficando ainda assim aquém do previsto, sobretudo porque foi necessário rever a sua calendarização à luz das orientações restritivas de endividamento inerentes à actual conjuntura económico-financeira.

A SIMTEJO atingiu em 2010, após o esforço de investimento efectuado, uma taxa de cobertura do serviço (disponibilidade do serviço nos pontos de recolha de cada utilizador) de 95%.

É ainda de referir que a Empresa concluiu no exercício de 2010 a realização financeira das candidaturas aprovadas pelo Fundo de Coesão, da União Europeia, que configuram o "Projecto n.º 2000/PT/16/C/PE/014 - Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo - Trancão" e o "Projecto n.º 1998/PT/16/PE/002 - Execução e completamento da ETAR de Alcântara".

Releva-se também o acordo com o Município de Arruda dos Vinhos, enquadrado pelos Accionistas da SIMTEJO e tutelado pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, que permitiu a assinatura, em Outubro, do correspondente Contrato de Recolha e a criação de condições para a construção do Emissário Arranhó /A-do-Baço.

Quanto ao eixo relativo à exploração, a SIMTEJO tratou nas suas instalações, no ano de 2010, cerca de 110 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de mais de trezentos mil metros cúbicos e representa um aumento de 14,5% face aos caudais de 2009. É de referir que se voltaram a registar caudais máximos anuais em todos os subsistemas, com excepção de São João da Talha, onde se ficou, porém, muito perto do anterior máximo anual.

Os resultados analíticos globais foram positivos, mas há um esforço a fazer no controlo das águas residuais industriais afluentes aos sistemas municipais tributários do Sistema Multimunicipal, que oneram, em alguns Subsistemas, o esforço da SIMTEJO. É preciso um trabalho conjunto e sistémico no controlo de águas residuais industriais, que passa pela implementação e cumprimento de regulamentos municipais de descargas.

Devem destacar-se duas outras dimensões da actividade de exploração, já em curso e que merecem desenvolvimento nos exercícios seguintes, sendo uma referente às auditorias energéticas realizadas, e aos consequentes planos de racionalização de energia das ETAR de Frielas, Chelas e Beirolas, e sendo a outra dimensão referente ao controlo possível dos caudais de origem pluvial.

No que respeita ao eixo correspondente à consolidação da situação económica e financeira, faz-se referência a alguns aspectos que merecem particular destaque.

Ao nível financeiro, a SIMTEJO reduziu substancialmente o valor da dívida de clientes, atingindo valores que face ao histórico recente apaz registar. No final do ano o valor total da dívida vencida de prestação de serviços da SIMTEJO corresponde a apenas meio mês do seu volume de negócios. Importa ainda ressaltar a consolidação da reestruturação do financiamento bancário que foi iniciada em 2009, que permite à SIMTEJO assegurar os meios necessários para fazer face ao seu plano de investimentos durante o ano de 2011 e simultaneamente cumprir os limites de endividamento impostos às Empresas pertencentes ao Sector Empresarial do Estado.

Ao nível económico, mantém-se a estabilidade nos resultados operacionais da Empresa que, mesmo com o aumento significativo do volume de investimento futuro considerado na revisão do estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao Aditamento ao Contrato de Concessão, permitiu que os resultados não fossem significativamente alterados.

Importa ainda referir que a alteração do normativo contabilístico ocorrido em 2010, com a adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), gerou alguns impactos que serão detalhados em capítulos autónomos. Contudo, e pela relevância que tem, numa óptica financeira, destaca-se a mudança da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzida na sequência de obrigações vinculativas da Direcção Geral de Impostos. Esta, ao alterar o seu entendimento anterior e a não permitir a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado, bem como os efeitos acumulados em anos anteriores, gerará um acréscimo bastante significativo de imposto a pagar quer no presente exercício, quer em exercícios futuros.

Além do enorme esforço de manutenção, com permanentes solicitações e necessidade de resposta rápida e exigente, a reabilitação é outro eixo relevante de intervenção da Empresa. Neste âmbito, sublinham-se várias obras de beneficiação nas ETAR de Beirolas (Lisboa e Loures), Chelas (Lisboa) e Frielas (Loures, Odivelas e outros Municípios) e o lançamento de empreitadas de beneficiação nas ETAR de Ericeira, Mafra e Malveira.

Procedeu-se ainda a uma auditoria técnica à ETAR de Frielas, com o fim de determinar as intervenções complementares necessárias para beneficiação do seu funcionamento.

O desenvolvimento de novas perspectivas de intervenção é um desafio que tem de ser sublinhado, quanto às realizações já efectuadas, e sustentado como prioridade assumida para o futuro.

Foi obtida em 2010 a conclusão de várias obras para instalação de medidores, de forma a poder ser dado início à medição de caudais para fins de facturação, pelo menos em fase experimental, em todo o Sistema em exploração da SIMTEJO.

O desenvolvimento de vários projectos e de obras também relevantes para a reutilização teve um salto qualitativo em 2010, pois, além de vários estudos, foi instalada uma conduta para água reutilizável na ligação entre a ETAR de Alcântara e o Cais do Sodré e foi lançada uma empreitada complementar que também beneficia a reutilização na zona ribeirinha de Lisboa.

A nível de estudos, no âmbito de um grupo de trabalho com a Lisboa E-Nova, a Câmara Municipal de Lisboa e a EPAL, estão a ser estudadas outras perspectivas de reutilização, o mesmo acontecendo em zonas específicas do Município de Vila Franca de Xira.

A certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde para várias instalações, obtida no fim de 2009, foi completada no ano de 2010 com várias acções complementares, de que se destaca a preparação do plano de risco de incêndios.

A SIMTEJO aprovou e está a aplicar um primeiro Plano de Educação Ambiental, que abrange escolas da área servidas pela Empresa, de forma a contribuir para explicação da relevância ambiental da actividade da SIMTEJO e motivar a participação em acções de protecção dos meios receptores.

A - Governo da Sociedade







A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objectivos e Políticas

A SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., na qualidade de Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento Integrado do Tejo e Trancão, tem como missão assegurar a prestação de serviços de saneamento de águas residuais - recolha, tratamento e rejeição - aos Municípios integrados na concessão.

A gestão da Empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2. Documentos Normativos Internos e Externos

A SIMTEJO tem como documentos normativos mais relevantes, os seguintes:

Regulamento de Descarga

O regulamento tem por objecto a regulamentação das condições de utilização dos Sistemas de Drenagem Municipais e do Sistema no que se refere às águas residuais industriais lançadas nos mesmos.

Manual de Contratação

Este Manual define a metodologia e responsabilidades para a contratação de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços por procedimento de ajuste directo.

Concepção de Estudos e Projectos

Caracteriza as etapas da metodologia e responsabilidades associadas à concepção de estudos e projectos desde o planeamento do estudo/projecto, o processo de concurso e as fases de desenvolvimento até à sua conclusão.

Manual de Licenciamentos

Estabelece os vários procedimentos a adoptar para os casos de licenciamentos e autorizações, nomeadamente inerentes ao Contrato de Concessão e à legislação aplicável associados a projectos de infra-estruturas a desenvolver pela SIMTEJO.

Gestão de Empreitadas

Este documento normativo define a metodologia e responsabilidades na preparação e controlo de empreitadas.

Aspectos Ambientais e Perigos e Riscos

O documento normativo define a metodologia para a identificação de aspectos ambientais e determinação daqueles que podem ter impactes significativos no ambiente, bem como para a identificação de perigos e avaliação e controlo dos riscos para a segurança e saúde do trabalho. Aplica-se aos processos, actividades, produtos e serviços da Empresa, existentes, novos, planeados ou modificados.

Gestão de Resíduos

Regulamenta a forma de proceder relativamente à separação, recolha, tratamento e destino final adequado dos resíduos sólidos, líquidos e pastosos resultantes das várias actividades da Empresa produtoras de resíduos sólidos, líquidos e pastosos, incluindo as lamas de processo e a sua monitorização.

Rotinas de Exploração

Definem local e temporalmente as diversas actividades de rotina diárias e não diárias de cada instalação operacional.

Avaliação de Fornecedores

Define a metodologia de selecção e avaliação de fornecedores de bens e serviços com influência na qualidade do serviço prestado pela SIMTEJO e que possam afectar o desempenho ambiental ou causar perigos e riscos para a segurança e saúde do trabalho.

Auditorias

Este procedimento define a metodologia para planear e realizar auditorias internas ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com os normativos internacionais respectivos.

Avaliação da Satisfação de Clientes

Define a metodologia para a avaliação e análise do grau de satisfação dos clientes (Municípios), em relação aos serviços prestados pela SIMTEJO.

Tratamento de Não Conformidades e Reclamações

São definidas a metodologia e as responsabilidades para o tratamento de não conformidades e reclamações e para a definição, implementação e avaliação de acções correctivas e preventivas.

Regulamento de valorização profissional

Fixa os termos da comparticipação das Empresas do Grupo AdP no desenvolvimento dos seus colaboradores, incentivando à participação em programas de pós-graduação, acções de formação que contribuam para o aumento do capital intelectual.

Gestão da Formação

Define o processo de identificação das necessidades de formação, desde a caracterização dos objectivos da formação individuais e colectivos, elaboração do plano anual de formação e a sua implementação até à avaliação da sua eficácia.

Atribuição de Fardamento e de Equipamentos de Protecção Individual

Regulamenta a metodologia para a atribuição, substituição e lavagem do fardamento bem como dos equipamentos de protecção individual atribuídos a cada colaborador.

Controlo de Alcoolemia

Fixa os termos em que é efectuada a prevenção e controlo de consumo de bebidas alcoólicas, procurando reduzir a zero as situações de risco motivadas pelo uso de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho.

Visitas aos Subsistemas da SIMTEJO

Define a metodologia e as diversas responsabilidades na marcação e acompanhamento de visitas de entidades externas às instalações da SIMTEJO. É aplicável a todas as visitas de Empresas, escolas, associações ou particulares às unidades operacionais da Empresa.

Regras de Segurança para Entidades Externas

Identifica os requisitos, em termos de qualidade, ambiente e segurança que os prestadores de serviços externos e os seus colaboradores terão de cumprir, quando da execução de trabalhos nas instalações da SIMTEJO. Constitui um reforço de comunicação das exigências estabelecidas em Caderno de Encargos e pretende assegurar o cumprimento dos procedimentos existentes na Empresa.

Atribuição de Donativos e Patrocínios

Define a metodologia a aplicar para a atribuição de patrocínios e donativos, de forma a garantir a maior transparência aquando da avaliação da concessão dos mesmos.

Gestão e Segurança dos Sistemas de Informação

Regulamenta e estabelece os procedimentos de gestão e segurança dos sistemas de informação da SIMTEJO e aplica-se a todos os equipamentos e programas informáticos, bem como os acessos disponibilizados a entidades externas.

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

Este Plano identifica as principais áreas (contratação de empreitadas, aquisição de bens e serviços, concessão de benefícios públicos)

que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de actos de corrupção, bem como os respectivos riscos daí decorrentes e as medidas adoptadas para prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto. Visa ainda reforçar a cultura da Empresa e dos respectivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Regulamento de Exploração

Durante o ano de 2010, este Regulamento foi revisto de acordo com os pareceres dos Municípios utilizadores, para aprovação final e posterior publicação. O Regulamento tem por objecto o estabelecimento das condições de utilização do Sistema Multimunicipal do Tejo e Trancão, no que se refere à recolha, drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, tendo em conta as exigências de protecção ambiental, segurança e de saúde pública.

3. Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2010, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria.

Universo das transacções que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Lista de fornecedores com volume de facturação superior a 1 milhão de euros

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros durante o ano de 2010 e/ou mais de 5% do volume total de fornecimentos da Empresa no ano de 2010.

NIF	Denominação	Valor (€)	%
507864044	EDP - Serviço universal, S.A.	3.878.864	27%
503447145	Terra fértil - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.	1.831.638	13%
500705570	Rivaz Química, S.A.	1.280.120	9%
501469460	MDS - Corrector de Seguros, S.A.	940.782	6%

No quadro seguinte listam-se os fornecedores de imobilizado que, no ano em análise, representaram mais de um milhão de euros bem como a respectiva percentagem comparativamente ao volume total de investimento da Empresa no ano de 2010.

NIF	Denominação	Valor (€)	%
500097488	Teixeira Duarte, S.A.	9.735.537	13%
500829608	Hidrocontrato, Lda.	8.999.761	12%
500257760	SETH, S.A.	7.720.511	11%
501157344	Oliveiras, S.A.	5.121.086	7%
503156000	Somague - Engenharia, S.A.	4.945.186	7%
500090114	Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A.	4.942.690	7%
500285608	Tomás de Oliveira, S.A.	3.254.047	4%
500192855	Metropolitano de Lisboa, E.P.	2.157.422	3%
500280908	Tecnovia, S.A.	1.316.709	2%
501440305	Ecotécnica, S.A.	1.305.312	2%
500197814	Mota-Engil, S.A.	1.250.283	-2%
500721050	Aquino Construções, S.A.	1.242.439	-2%
500246653	Degremont, S.A.	1.123.728	-2%

3.1 Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do ofício - circular n.º 6132, de 6 de Agosto de 2010, da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, as prestações de serviços adjudicadas pela SIMTEJO, S.A. de valor superior a 125 mil euros foram justificadas pela inexistência de soluções internas, sendo a sua adjudicação precedida de procedimento de natureza concorrencial, pelo que também por esta via foi obtida a solução mais económica.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2010 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela SIMTEJO foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de Março de 2011 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela SIMTEJO no ano de 2010.

4. Modelo de Governo

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três, cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º dos estatutos da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na Lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia. Nos termos do artigo 19.º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos accionistas.

4.1 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Câmara Municipal de Mafra, representada pelo Eng. José Maria Ministro dos Santos

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária: Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente: Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Vogal: Eng. José Fernando da Silva Ferreira

Vogal: Dr. José Augusto Borges Neves

Vogal: José Esteves Ferreira

Comissão Executiva

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 17 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, criar uma Comissão Executiva, actualmente constituída pelos seguintes Administradores:

Presidente: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Sem prejuízo das disposições seguintes, a Comissão Executiva deverá informar regularmente o Conselho de Administração, das deliberações que tomar no âmbito da sua competência, que serão registadas em livro de actas próprio.

Delegação de Poderes na Comissão Executiva

O Conselho de Administração deliberou ainda delegar a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva, para o que lhe atribui os seguintes poderes:

- a) Gerir negócios e praticar todos os actos e operações relativas ao objectivo social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406º. do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- c) Estabelecer a organização técnica-administrativa da Sociedade e introduzir nela as modificações que se revelem necessárias;
- d) Estabelecer as normas de funcionamento interno;
- e) Tomar a decisão de contratar e autorizar a inerente despesa com vista ao lançamento de concursos e envio de convites para a contratação de empreitadas, aquisição de serviços e de bens, pronunciar-se sobre erros e omissões detectados pelos interessados e aprovar minutas de contratos;
- f) Adjudicar empreitadas até ao valor de €150.000 (cento e cinquenta mil euros);
- g) Adjudicar estudos e projectos, fiscalização de empreitadas e aquisição de bens e outros serviços até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros);
- h) Adjudicar trabalhos a mais, até ao valor de 5% (cinco por cento) do valor de adjudicação da empreitada ou aquisição de bens e serviços em causa;
- i) Celebrar, acompanhar e controlar os contratos de empreitada e de aquisição de serviços celebrados para a prossecução do objecto social da Sociedade;
- j) Negociar, adquirir e indemnizar os direitos sobre imóveis, constituir servidões e/ou direitos de propriedade, até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros), por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial;
- k) Representar a Sociedade, na outorga de contratos-promessa, bem como de contratos definitivos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos fins e com possibilidade de os subdelegar, por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- l) Executar todas as faculdades, poderes e direitos, designadamente autos de expropriação e autos de posse administrativa, bem como cumprir os deveres de que, no âmbito da lei e, designadamente, do Código das Expropriações, a Sociedade seja ou venha a ser titular; enquanto entidade expropriante ou enquanto sujeito de direito emergente da constituição de servidões administrativas ou outras, e que estejam relacionados com o desenvolvimento de projectos e obras que a Sociedade careça de executar;
- m) Promover de todos os actos de registo predial e comercial, podendo preencher e assinar em nome da Sociedade, quaisquer declarações e requerimentos junto das entidades competentes, e proceder à sua alteração;
- n) Outorgar em arrendamentos necessários às instalações da Sociedade;
- o) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos accionistas ou por Empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- p) Elaborar proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de actividades, estudos económicos e outros de cariz semelhante, para aprovação pelo Conselho de Administração;
- q) Fazer a supervisão da actividade dos serviços da Empresa;
- r) Recrutar pessoal e renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- s) Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- t) Definir áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros e distribuir por estes tais áreas;
- u) Abrir e movimentar contas, tanto a débito como a crédito, em quaisquer instituições de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques, sem qualquer limite, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração quanto à contracção de empréstimos de valor superior ao limite de €250.000 (duzentos e cinquenta mil euros);
- v) Assinar letras e livranças até ao limite de €75.000 (setenta e cinco mil euros), ou, dentro de obrigações aprovadas pelo Conselho de Administração, de valor superior;
- w) Receber todas as quantias, valores e documentos que pertençam à Sociedade e passar recibos e quitações de importâncias ou valores entregues à Sociedade;
- x) Representar a Sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da Sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- y) Representar a Sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como actos e operações correntes relativos ao objecto social e à sua missão;
- z) Praticar qualquer acto de gestão urgente da competência do Conselho de Administração que não caiba, por lei, às suas competências exclusivas, sendo sempre sujeito a posterior ratificação daquele órgão;

- aa) Assinar todo o expediente corrente da Sociedade;
- bb) Assinar os extractos de actas do Conselho de Administração;
- cc) Informar o Conselho de Administração dos elementos essenciais da actividade da Sociedade, designadamente através da subsequente disponibilização das actas da Comissão Executiva e, particularmente, quanto às actividades descritas nas alíneas f), g), h) e j).

A Comissão Executiva poderá subdelegar alguma ou algumas das funções que lhe foram delegadas.

Órgão de Fiscalização

Nos termos do artigo 24º dos estatutos da Sociedade, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros daquele órgão. O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e por um suplente, nomeados em Assembleia Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado. O Revisor Oficial de Contas, ou a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

Para o mandato de 2010/2012, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral do dia 17 de Junho de 2010, foi eleito um Conselho Fiscal e uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

A SIMTEJO cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de "stakeholders", nomeadamente, accionistas, Ministérios, entidades reguladoras, utilizadores e instituições financeiras.

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Nasceu em Matosinhos a 20 de Dezembro de 1946.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Engenharia Químico - Industrial, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1971, tirou um curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa em 1977 e o curso de Alta Direcção de Empresas (AESE) em 1993.

Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade profissional em 1972, como Técnico - Investigador da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde permaneceu até 1977, ano em que ingressa na empresa Hidroprojecto como Engenheiro projectista do Departamento de Tratamento. Entre 1979 e 1983 foi Director Técnico na Divisão de Controlo de Fluidos na EFACEC. Entre 1983 e 1988, chefiou a Delegação no Porto do grupo de empresas da Hidroprojecto integrado nos quadros da Hidrocontrato. De 1986 a 1988 e cumulativamente com as anteriores funções, desempenhou as funções de Director Comercial Adjunto da Hidrocontrato. Entre 1988 e 2000, foi Membro do Conselho de Gerência da Hidrocontrato. De 1996 a 2000, como representante da Hidrocontrato, exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da empresa Indáqua Fafe e, a partir de 1998, Vogal do Conselho de Administração das empresas Indáqua Santo Tirso e Indáqua Feira. Em 2000 ingressou no Grupo Águas de Portugal, como Director Geral da Região Norte. Entre 2000 e 2004 foi Presidente não executivo do Conselho de Administração da Águas do Minho e Lima, S.A. Em 2001 foi Presidente executivo do Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. e Vogal executivo da mesma Empresa, entre 2002 e 2004. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Cávado, S.A., entre 2002 e 2003, AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A., entre 2004 e 2005 e Vogal executivo da Águas de

Portugal, Serviços Ambientais, S.A., entre 2002 e 2007. Foi Vogal não executivo do Conselho de Administração da Aquasis - Sistemas de Informação, S.A., entre 2003 e 2005, tendo passado a Presidente do Conselho de Administração da empresa em 2005, cargo que exerceu até Março de 2010.

Funções Actuais

Actualmente exerce as funções de Gestor da UNA-PD (Unidade de Negócios de Água - Produção e Depuração da Águas de Portugal, SGPS, S.A.), acumulando este cargo com o de Presidente não executivo do Conselho de Administração das empresas Águas do Oeste, S.A., SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A., SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A. e SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

É membro do Conselho de Região Hidrográfica da ARH do Tejo, I.P. em representação das entidades gestoras dos Sistemas Multimunicipais.

Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Nasceu em 6 de Novembro de 1949.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa).

Carreira Profissional

Advogado e Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados; Consultor Jurídico do Banco Português do Atlântico; Consultor Jurídico e Director dos Serviços Jurídicos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.; Administrador da Águas de Portugal, SGPS, S.A.; Administrador da Águas do Cávado, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da SANEST- Saneamento da Costa do Estoril, S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado da Águas do Oeste, S.A.; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos; Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Experiência profissional complementar: Membro da Comissão de Economia e Legislação da APDA-Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas e da União Europeia das Associações de Distribuidores de Água e de Serviços de Saneamento (EUREAU); participação como formador em acções de formação no âmbito do Banco Mundial; comunicações em congressos nacionais e internacionais.

Projectos mais relevantes: Preparação dos projectos de expansão da EPAL para o Médio Tejo; participação na concepção da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e no apoio jurídico ao respectivo projecto; colaboração na concepção dos primeiros sistemas multimunicipais e sua instalação; colaboração na criação da Águas do Cávado, S.A.; criação e início da exploração da SANEST, S.A.; início e desenvolvimento da actividade da Águas do Oeste, S.A.; colaboração na criação da SIMTEJO, S.A.

Funções Actuais

Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.; Membro das Comissões de Economia e Legislação da APDA e da EUREAU.

Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Nasceu em S. Mamede Infesta, Matosinhos, a 22 de Setembro de 1951.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica, ramo Energia e Sistemas de Potência, pelo IST.
Programa de Alta Direcção de Empresas (AESE -1992).

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, como Engenheiro Electrotécnico, na D.S. de Projectos e Obras da Direcção-Geral do Saneamento Básico, tendo participado em estudos, projectos e acompanhamento e fiscalização de obras nos domínios de abastecimento de água e de

recolha e tratamento de águas residuais, designadamente para as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Faro, Portimão e Santarém. No Gabinete Coordenador do Projecto de Saneamento da Costa do Estoril desde Abril de 1987, tendo tido como principais tarefas a coordenação da execução da ETAR da Guia e das estações elevatórias e da sua entrada em funcionamento. Participação no projecto de despoluição do Rio Alviela (1986 a 1989), onde foi responsável pela beneficiação e entrada em funcionamento das estações de tratamento de Alcanena e a gestão do serviço de exploração. Consultor da Comissão de Saneamento Básico do Algarve entre 1980 e 1985. Como projectista procedeu à elaboração de inúmeros projectos no domínio do tratamento de águas de abastecimento, residuais domésticas e industriais. Consultor da Organização Mundial de Saúde para a Europa, no domínio das Instalações Electromecânicas. Director de Exploração e de Estudos e Desenvolvimento da SANEST- Saneamento da Costa do Estoril, S.A., desde Outubro de 1995 a Abril de 1999. Assessor de Administração da AQUAPOR, Serviços SA, desde Maio de 1999 até Dezembro de 2001, onde foi o coordenador técnico dos estudos para criação das Empresas SIMTEJO, S.A. e SIMARSUL, S.A., e efectuou a revisão e remodelação do Plano Director de Esgotos da Prolagos, no Rio de Janeiro. Representante da APDDA na Commission 2 da EUREAU desde Outubro de 1998 a Janeiro de 2000. Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO desde Dezembro de 2002. Vogal do Conselho de Administração da SIMARSUL, entre Janeiro de 2003 a Maio de 2003.

Funções actuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SIMTEJO.

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Nasceu em 21 de Janeiro de 1950.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Diploma de Estudos Superiores Especializados em Gestão e Execução de Obras e Edificações. Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas". Membro efectivo da Ordem dos Engenheiros. Membro efectivo da Sociedade Portuguesa de Geotecnia. Membro efectivo da Associação Francesa de Topografia.

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, no Metropolitano de Lisboa, onde também exerceu as funções de Chefe de Divisão de Topografia e Medições, Chefe de Divisão de Estudos e Projectos e Director Adjunto do Gabinete dos Novos Empreendimentos até 1991.

Entre 1991 e 2006 foi Director Técnico da FERCONSULT,

Entre 2006 e 2009 regressa ao Metropolitano de Lisboa para desempenhar as funções de Responsável pelo Núcleo de Planeamento e Apoio Técnico do Gabinete de Infra-estruturas.

Entre Fevereiro de 2009 e Junho de 2010 foi Director de Projecto, Planeamento, Obras, Investigação e Desenvolvimento da SIMTEJO.

Exerce funções de docência no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, leccionando disciplinas do domínio da Gestão de Obras e Legislação. É membro da Direcção do Centro de Estudos de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Funções Actuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SIMTEJO.

Eng. José Fernando da Silva Ferreira

Nasceu em Lisboa, 19 de Dezembro de 1951.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica, ramo Energia e Potência, pela Universidade de Luanda, em Agosto de 1974.

Carreira Profissional

- De Outubro a Novembro de 1973 - Tradutor-intérprete de Inglês e Francês na Petrangol, Refinaria de Luanda;
- De Novembro de 1974 a Abril de 1975 - Professor de Matemática no Liceu Nacional Paulo Dias de Novais em Luanda;
- De Abril a Julho de 1975 - Professor de "Instalações Eléctricas" no Curso de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico de Luanda;
- De Abril de 1975 a Julho de 1978 - Assistente convidado da Universidade de Luanda, primeiro no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e, posteriormente, no Departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Engenharia, tendo leccionado as disciplinas de Física III (Electromagnetismo), Mecânica Clássica, Iluminação e Climatização e Electrotecnicia Teórica II;
- De Janeiro de 1975 a Janeiro de 1979 - Técnico Superior dos SMAE de Luanda, Angola, (posteriormente Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda - EDEL), tendo desempenhado cargos dirigentes da Rede de Iluminação Pública e da Rede de Exploração de Energia Eléctrica (Alta e Baixa Tensão); . De Janeiro de 1979 a Dezembro de 1979, funções na Área da Electrónica Industrial, primeiro como Entwicklung Ingeieur (Engenheiro de I&D) e posteriormente no Controle de Qualidade, na firma REKOBÄ, Relais und Fernmeldetechnik, GmbH em Berlim Ocidental, República Federal Alemã; . De Janeiro de 1980 a Dezembro de 1981, funções idênticas na Sucursal da firma alemã REKOBÄ em Lisboa e, mais tarde também como sócio-gerente, na firma REKOBÄ, Relés e Telecomunicações Lda, que sucedeu à firma alemã;
- De Dezembro de 1981 a Julho de 1999 - Administração do Território de Macau, Direcção de Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, desempenhando funções de chefia da Divisão de Electricidade e mais tarde do Departamento de Edifícios Públicos;
- De Janeiro de 2000 a Abril de 2002 - Iluminação Pública da Câmara Municipal de Lisboa, tendo exercido funções de chefia da Divisão, de Agosto de 2000 a Março de 2002;
- De Abril até Agosto de 2002 - Assessor do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues;
- De Agosto a Novembro de 2002 - Director Municipal da Intervenção Local da CML;
- De Novembro de 2002 a Novembro de 2005 - Director Municipal Ambiente Urbano da CML;
- De Novembro de 2005 até Fevereiro de 2011 - Director Municipal de Projectos e Obras da CML.

Funções actuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO.

Dr. José Augusto Borges Neves

Nasceu em Santarém, a 15 de Novembro de 1945.

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com classificação de Bom. É Técnico Oficial de Contas.

Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade profissional em 1962 como quadro da FNMAL - Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras, tendo até 1994 desempenhado diversas funções no Grupo Fima/Lever/Iglo, Vesticom, Xamar e CTC. Elaborou e implementou em 1995 um projecto de investimento no sector de hotelaria e restauração. Entre 1996 e 2001 foi consultor na GTO-G. Tournier, S.A., em acumulação com o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Moscavide entre 1998-2001.

Entre 2002 e 2009 foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, tendo sido Administrador dos Serviços Municipalizados de Loures nos anos de 2006 e 2007. Em 2009 foi nomeado Vogal não Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes, tendo ao longo da sua carreira profissional sido consultor diversas empresas.

Funções actuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO.

José Esteves Ferreira

Nasceu em Lisboa, a 30 de Julho de 1966.

Habilitações Académicas

Bacharel em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa (curso 1985-1987).

Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade profissional em 1988 no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, a cujos quadros ainda pertence (com a categoria de Enfermeiro - Graduado), no Bloco Operatório do Serviço de Cirurgia Cardio-Torácica, onde permaneceu (com a interrupção para cumprimento do serviço militar obrigatório) até 1993. Passou nessa data a exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Otorrinolaringologia do mesmo Hospital, onde permaneceu até 2000. Depois de uma interrupção para exercício de funções dirigentes na Comissão Instaladora do Município de Odivelas, volta ao Hospital de Santa Maria em 2002, agora para exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Pediatria, onde permanece até nova interrupção no mesmo ano, agora para exercício de cargo político, como Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Odivelas.

Participou ainda na equipa inicial de arranque do projecto “Saúde 24 – Serviço de Orientação Pediátrica” do Ministério da Saúde, onde esteve entre Janeiro de 1999 e Janeiro de 2000. Prestou também serviços no Hospital Prisional S. João de Deus (Caxias) entre Setembro e Novembro de 1998, bem como no projecto privado AdvanceCare, Gestão de Cuidados de Saúde, entre Março e Dezembro de 2001.

Funções actuais

Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO.

Actividade Política

- Membro do M.O.C. - Movimento Odivelas a Concelho (até à data da criação do Concelho de Odivelas);
- Membro da Assembleia de Freguesia da Pontinha, no mandato autárquico 1993-1997;
- Presidente da Assembleia de Freguesia de Odivelas, no mandato autárquico 1997-2001;
- Coordenador do Gabinete de Tráfego, Circulação e Estacionamento da Comissão Instaladora do Município de Odivelas (desde o início do seu funcionamento, em Janeiro de 2000, até Dezembro de 2001);
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal “ALO-Digital”, que integra os Municípios da Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, em representação do Município de Odivelas, entre 2004 e 2005;
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”, onde desempenhou as funções de Secretário da Mesa, em representação do Município de Odivelas, entre 2005 e 2009;
- Vereador na Câmara Municipal de Odivelas entre 2001 e 2009, cargo que exerceu em regime de permanência desde Maio de 2002, tendo à sua responsabilidade no mandato de 2001/2005 os pelouros Jurídico, do Património e da Administração Geral, e no mandato de 2005/2009 os pelouros da Habitação e da Saúde;
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Comercial “OdivelasViva”, em representação do Município de Odivelas, desde a sua criação em Março 2009 até Fevereiro de 2010;
- Chefe do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas, desde Novembro de 2009;
- Membro da Assembleia de Freguesia da Ramada (com mandato suspenso).

Conselho Fiscal

Presidente: Eng. Pedro António Martins Mendes

Vogal: Dr. João Paulo Pinto Esteves Martins

Vogal: Dr. José Manuel Ribeiro Lopes Tomé

Vogal Suplente: Dra. Cristina Maria Pereira Gonçalves da Silva Santos

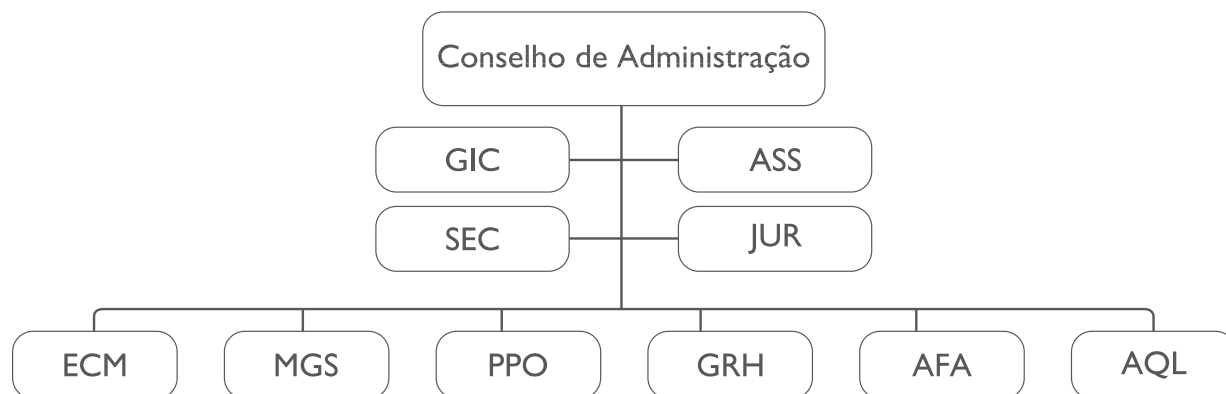
Revisor Oficial de Contas

ERNST & YOUNG AUDIT & Associados - SROC, S.A., representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº I 119) ou Dr. Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº I 154)

4.2 Estrutura Organizacional

Para o correcto exercício das suas funções, a SIMTEJO dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff*, apresentam a seguinte afectação, não estando actualmente preenchidas a Assessoria e o Apoio Jurídico (interno):



GIC - Gabinete de Comunicação e Imagem

- Elaboração, em articulação com a Águas de Portugal, do Plano de Comunicação da Empresa.
- Gestão das iniciativas de comunicação institucional da Empresa.
- Gestão das relações com os órgãos de comunicação social, particularmente em situações de crise.
- Apoio ao CA em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à Empresa.
- Coordenação da comunicação interna e externa da Empresa.
- Definição, em articulação com a Águas de Portugal, dos *standards* de imagem da Empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações.
- Implementação de actividades de comunicação de âmbito escolar de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da Empresa.

SEC - Secretariado

- Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de actas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos actos sociais a ele sujeitos, bem como, entre outras, as seguintes funções:
- Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração.

ECM - Área de Exploração e Venda a Clientes Municipais

- Coordenação das acções de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral funcional dos centros de comando nas ETAR, servindo Clientes Municipais e Clientes Directos localizados nos Municípios.

MGS - Área de Manutenção e Gestão de Stocks

- Garantir a manutenção da integridade operacional do Sistema da Empresa.
- Definir a política de manutenção da Empresa e coordenar os programas de manutenção preventiva e curativa de todo o Sistema.

PPO - Área de Planeamento, Projectos e Obras

- Planeamento, coordenação e fiscalização de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de reabilitação de colectores, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade.
- Programação temporal e afectação de meios aos grandes investimentos físicos, novos e em curso na Empresa.
- Análise e gestão da execução de projectos.
- Análise das reclamações sobre qualidade da prestação dos serviços e dos resultados das colheitas realizadas pelos Laboratórios, investigando e estudando as causas possíveis e promovendo as medidas conducentes à respectiva resolução.

GRH - Área de Gestão de Recursos Humanos

- Estudo e desenvolvimento de sistemas e metodologias inerentes à gestão integrada de recursos humanos.
- Apoio ao CA no relacionamento com organizações sociais e representativas dos trabalhadores.
- Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho (legislação de trabalho, regulamentação e contratação colectiva).
- Assegurar, em articulação com o GIC, a comunicação interna relativamente à sua Área.

AFA - Área Financeira e Administrativa

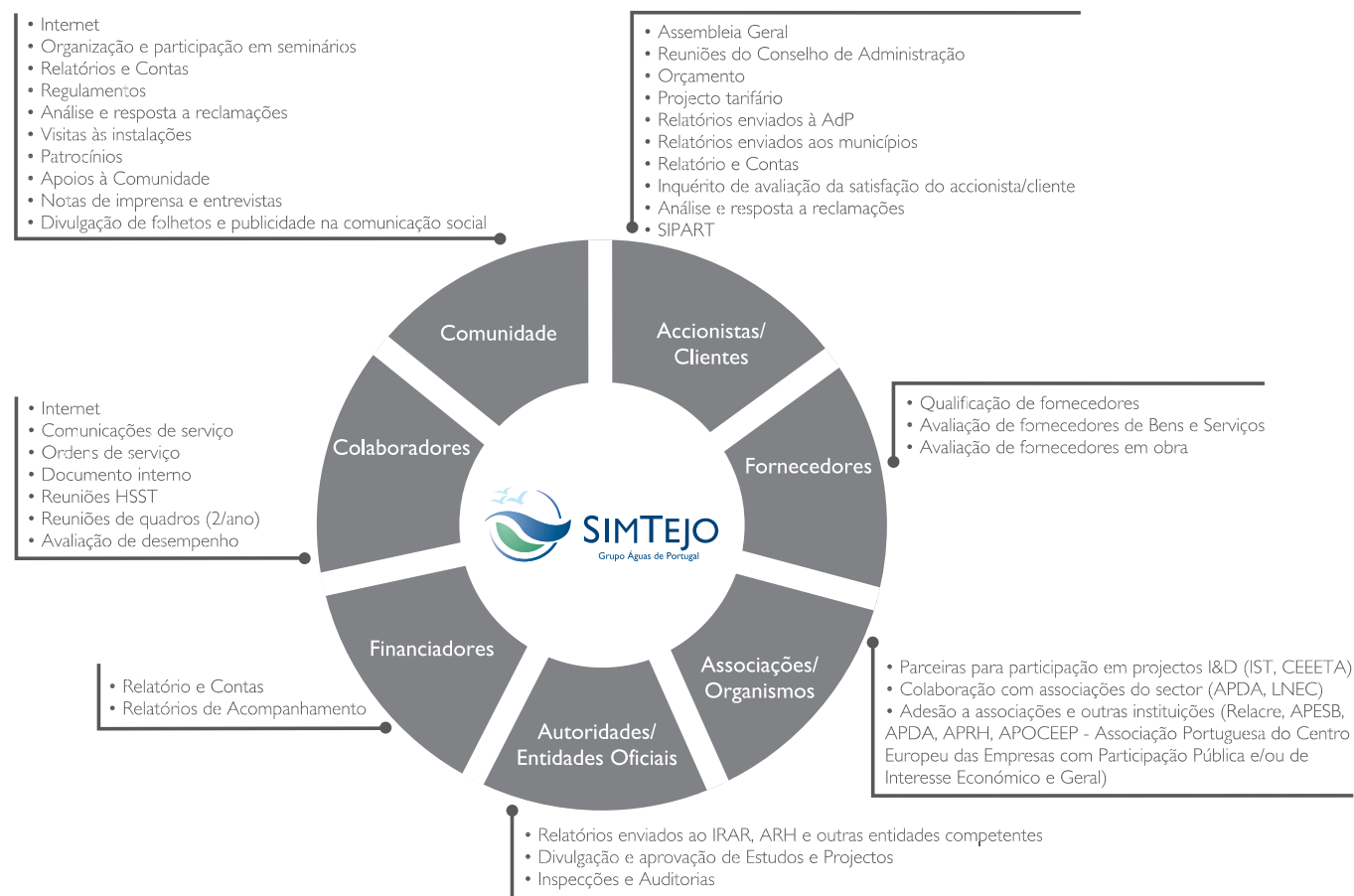
- Planos a médio e longo prazo para a Empresa.
- Participação na definição da estratégia e política tarifária, na fixação de objectivos e na afectação de custos à produção.
- Gestão financeira da Empresa.
- Contabilidade geral e analítica.
- Gestão corrente da relação com o Regulador.
- Implementação do sistema de informação da Empresa assegurando a utilização, se justificar, dos serviços postos à disposição pela AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- Preparação dos planos a médio e longo prazos para a Empresa, assegurando a sua utilização como instrumentos de gestão.
- Análise crítica de planos operacionais da Empresa.
- Avaliação técnico-económica de grandes investimentos potenciais.
- Resposta a inquéritos estatísticos de entidades externas.
- *Benchmarking* e análise de métricas de desempenho do negócio.
- Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão (*tableau de bord*).
- Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos.
- Consolidação dos *inputs* das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração.
- Elaboração do orçamento de exploração, do plano de investimentos e sua actualização.
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos, identificação e investigação de desvios.

AQL - Área da Qualidade

- Coordenação, implementação e manutenção da Certificação dos Sistemas de Qualidade.
- Monitorização da qualidade do serviço prestado pela Empresa.
- Normalização de impressos e procedimentos administrativos da Empresa.

Relações com as partes interessadas (*Stakeholders*), accionistas, reguladores, clientes, fornecedores, pessoal, etc.

São vários os grupos de partes interessadas da SIMTEJO, com quem a Empresa se relaciona de várias e diversas formas. No esquema seguinte são ilustradas, para cada grupo de *stakeholders*, as principais formas de comunicação.



5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral que teve lugar no dia 17 de Junho de 2010, foram eleitos os membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2010/2012, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

Presidente: Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo

Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng. José Fernando da Silva Ferreira, representante da Câmara Municipal de Lisboa

Vogal: Eng. José Augusto Borges Neves, representante da Câmara Municipal de Loures

Vogal: José Esteves Ferreira, representante da Câmara Municipal de Odivelas

Na Assembleia Geral de 17 de Junho de 2010, foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente e dois Vogais. Com efeitos a partir da data de eleição supra referida, fixou as remunerações dos Órgãos Sociais para o mandato em curso, bem como a remuneração variável dos administradores executivos para o triénio 2010/2012.

O montante total de remunerações anuais auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2007-2009	Presidente	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Secretário ⁽¹⁾
Ano de 2010	Susana de Fátima Carvalho Amador	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebelo Pereira
I. I. Senhas de Presença ^(a)	-	277	-
Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Secretário ⁽¹⁾
Ano de 2010	José Maria Ministro dos Santos	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebelo Pereira
I. I. Senhas de Presença ^(a)	-	-	-

Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

⁽¹⁾Valores facturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Mandato 2007-2009	Presidente Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	José Henrique Guimarães Salgado Zenha	Adriano Cabaços Tourais	António Alberto Côrte Real Frazão	Pedro Manuel Correia de Rodrigues Filipe	José Augusto Borges Neves	Gabriel Alexandre Martins Lorena de Oliveira
Ano de 2010							
1. Remunerações							
1.1. Remuneração Fixa ^(a)	20.862	48.111	47.512	45.626	10.548	10.539	0
1.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	298	687	0	652	0	120	0
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	20.564	47.424	47.512	44.974	10.548	10.419	0
1.4. Senhas de Presença	0	0	0	0	0	0	0
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	0	0	0	0	0	0	0
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	0	0	0	0	0	0	0
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0	0	0	0	0	0	0
2. Outras Regalias e Compensações							
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	0	109	226	803	0	0	0
2.2. Subsídio de Deslocação	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Subsídio de Refeição	0	795	737	795	0	0	0
2.4. Outros (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
3. Encargos com Benefícios Sociais							
3.1. Regime Convencionado	0	3.521	1.877	3.521	1.043	1.043	0
3.2. Regime Convencionado							
3.2.1. Segurança Social (S/N)	NA	S	N	S	S	S	NA
3.2.2. Outro (Identificar)			CGA				
3.3. Seguros de Saúde	0	390	300	469	0	0	0
3.4. Seguros de Vida	0	1.264	1.664	1.116	0	0	0
3.5. Outros (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
4. Viatura							
4.1. Marca da Viatura	—	BMW	Audi	BMW	—	—	—
4.2. Modelo da Viatura	—	318	A4	318	—	—	—
4.3. Matrícula da Viatura	—	97-EV-60	54-FU-85	81-GQ-32	—	—	—
4.4. Valor AOV	—	37.680	36.227	39.663	—	—	—
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura	—	648	572	563	—	—	—
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas ^(b)	—	36	36	36	—	—	—
4.7. Ano de Aluguer da Viatura	—	2007	2008	2008	—	—	—
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura	—	1.090	633	549	—	—	—
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura (S/N)	—	S	S	S	—	—	—
5. Informações Adicionais							
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	N	N	NA	NA	NA
5.2. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo	N	N	N	N	S	S	S
5.3. Outras (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—

Legenda

- (a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada
(b) - Caso a Viatura tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, *ALD*, *AOV*, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas
S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; (1) Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; (2) Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano.

Conselho de Administração							
Mandato 2010-2012	Presidente Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
	Arnaldo Lobo Moreira Pêgo	José Henrique Guimarães Salgado Zenha	António Alberto Côrte Real Frazão	Joaquim Carlos Correia Peres	José Fernando da Silva Ferreira	José Augusto Borges Neves	José Esteves Ferreira
Ano de 2010							
1. Remunerações							
1.1. Remuneração Fixa ^(a)	20.862	48.111	45.626	57.456	0	12.279	12.279
1.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	1.043	2.406	2.281	2.873	0	614	614
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	19.819	45.705	43.345	54.583	0	11.665	11.665
1.4. Senhas de Presença	0	0	0	0	0	0	0
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	0	0	0	0	0	0	0
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	0	0	0	0	0	0	0
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	0	0	0	0	0	0	0
2. Outras Regalias e Compensações							
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	0	400	1.399	799	0	0	0
2.2. Subsídio de Deslocação	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Subsídio de Refeição	0	788	769	667	0	0	0
2.4. Outros (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
3. Encargos com Benefícios Sociais							
3.1. Regime Convencionado	0	3.521	3.521	4.334	0	1.166	1.166
3.2. Regime Convencionado							
3.2.1. Segurança Social (S/N)	NA	S	S	S	NA	S	S
3.2.2. Outro (Identificar)							
3.3. Seguros de Saúde	0	390	469	167	0	0	0
3.4. Seguros de Vida	0	1.264	1.116	0	0	0	0
3.5. Outros (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—
4. Viatura							
4.1. Marca da Viatura	—	BMW	BMW	Audi	—	—	—
4.2. Modelo da Viatura	—	318	318	A4	—	—	—
4.3. Matrícula da Viatura	—	97-EV-60	81-GQ-32	54-FU-85	—	—	—
4.4. Valor AOV	—	37.680	39.663	36.227	—	—	—
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura	—	648	563	572	—	—	—
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas ^(b)	—	36	36	36	—	—	—
4.7. Ano de Aluguer da Viatura	—	2007	2008	2008	—	—	—
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura	—	1.269	737	1.003	—	—	—
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura (S/N)	—	S	S	S	—	—	—
5. Informações Adicionais							
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	N	N	NA	NA	NA
5.2. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo	N	N	N	S ⁽³⁾	S	S	S
5.3. Outras (Identificar detalhadamente)	—	—	—	—	—	—	—

Legenda

- (a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada
(b) - Caso a Viatura tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, *ALD*, *AOV*, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas
S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; (1) Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; (2) Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano; (3) A exercer funções docentes.

Fiscal Único

Mandato 2007-2009

Valor Anual

Ano de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.

0

Conselho Fiscal

Mandato 2010-2012

Presidente

Vogal

Vogal

Ano de 2010

Pedro António
Martins Mendes

João Paulo Pinto
Esteves Martins

José Manuel
Ribeiro Lopes Tomé

Ano de 2010

I. I. Remuneração Fixa ^(a)

3.706

-

2.780

Legenda

(a) Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

⁽¹⁾ Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2010-2012

Valor Anual

Ano de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.

12.000

Nos quadros acima, são apresentadas todas as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SIMTEJO, não recebendo os administradores executivos mais qualquer remuneração, despesas de representação, prémios de gestão, ou outras.

6. Análise de Sustentabilidade

Os valores que regem a actividade da SIMTEJO vão desde a procura constante do envolvimento dos Municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, *know-how* e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e de forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A actividade da SIMTEJO é desenvolvida tendo por base a estratégia e os objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais - o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 - 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, a SIMTEJO tem ainda como dever assegurar que o preço dos serviços reflectam os custos do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em termos de posicionamento estratégico, a SIMTEJO tem desenvolvido a sua estratégia em duas frentes em simultâneo:

- **Expansão** - pela concepção e construção de novas infra-estruturas que visam abranger uma maior população servida de tratamento de águas residuais;
- **Especialização** - na contínua melhoria da qualidade e eficiência dos processos de tratamento dos afluentes.

A SIMTEJO tem como principal objectivo estratégico contribuir para a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios receptores na sua área de influência com o correspondente contributo da actividade da Empresa para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

Isto significa que o desempenho da SIMTEJO visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1.000 km², situada na zona metropolitana mais importante do País.

Os valores estratégicos a preservar incluem o Estuário do Tejo, que se destaca pela sua representatividade e importância a nível europeu e pela diversidade de ecossistemas e valores naturais que possui, as bacias hidrográficas do rio Trancão, das pequenas ribeiras afluentes da margem direita do rio Tejo, situadas entre Vila Franca de Xira e Algés, as ribeiras do Oeste do Município de Mafra e a respectiva frente atlântica.

No Planeamento de Objectivos e Metas para 2010 a SIMTEJO definiu metas quantificáveis para cada um dos objectivos definidos.

No domínio da responsabilidade social a SIMTEJO tem como pressuposto a gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, a instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores, num quadro de um Código de Ética que garante a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos e de não discriminação.

A sustentabilidade da SIMTEJO está devidamente relatada e disponível no Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente, e a sua análise está também disponível na página de Internet, em www.simtejo.pt, que contém também o presente Relatório e Contas e o referido Relatório de Sustentabilidade.

Gestão do Capital Humano

A SIMTEJO é uma Empresa que pugna pela melhoria contínua dos processos internos de recursos humanos, sobretudo para garantir e promover a igualdade de oportunidades e de respeito pelos direitos dos seus colaboradores e de modo a dar cumprimento aos requisitos das normas de referência do Sistema de Gestão Integrado da Empresa.

O sistema de gestão de avaliação de desempenho profissional passou a ser realizado considerando a avaliação de competências e a definição de objectivos partilhados, sendo um dos objectivos deste processo de integrar no plano de formação anual da Empresa as necessidades constantes no plano de desenvolvimento pessoal.

Ao nível de formação profissional a Empresa continuou a dar especial importância à vertente da Segurança e Saúde no Trabalho, com este domínio a representar cerca de 50% do total de formação ministrada em 2010.

1.1 Evolução do quadro de pessoal (número de trabalhadores em 31 de Dezembro):

Área	2010	2009	2008	2007
Administrativa e Financeira	11	11	10	7
Exploração	122	111	105	105
Imagem e Comunicação	2	2	1	1
Manutenção	27	31	31	34
Planeamento, Projectos e Obras	27	27	23	20
Qualidade	15	14	16	15
Recursos Humanos	5	5	4	4
Secretariado	6	6	6	6
Total	215	207	196	192

1.2 Evolução da massa salarial (em euros):

Área	2010	2009	2008	2007
Administrativa e Financeira	291.373	274.843	260.841	225.330
Exploração	2.282.333	2.296.258	2.214.200	2.028.332
Imagem e Comunicação	51.102	33.894	25.396	24.053
Manutenção	690.169	730.123	726.521	760.611
Planeamento, Projectos e Obras	791.020	892.344	647.672	630.709
Qualidade	381.263	403.102	423.634	370.288
Recursos Humanos	128.319	124.904	71.025	67.357
Secretariado	133.391	135.728	136.307	99.477
Total	4.748.970	4.891.196	4.505.596	4.206.157

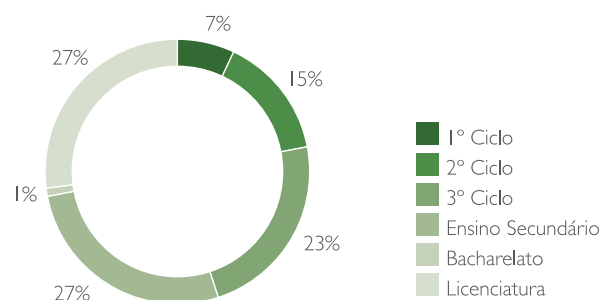
1.3 Evolução dos vínculos contratuais:

Área	Sem Termo		Termo Certo		Outros		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Administrativa e Financeira	8	8	3	3	0	0	11	11
Exploração	107	90	15	21	0	0	122	111
Imagem e Comunicação	1	1	1	1	0	0	2	2
Manutenção	23	28	4	3	0	0	27	31
Planeamento, Projectos e Obras	16	13	4	5	7	9	27	27
Qualidade	14	14	1	0	0	0	15	14
Recursos Humanos	4	3	1	2	0	0	5	5
Secretariado	5	5	0	0	1	1	6	6
Total	178	162	29	35	8	10	215	207

1.4 Distribuição da formação académica:

Área	2010	2009	2008	2007
Sem Escolaridade	0	1	1	1
1º Ciclo	14	16	15	15
2º Ciclo	32	33	35	35
3º Ciclo	50	44	40	40
Ensino Secundário	59	54	54	54
Bacharelato	3	4	5	5
Licenciatura	57	55	46	42
Total	215	207	196	192

No ano de 2010 a distribuição percentual das habilitações literárias é apresentada no gráfico seguinte:



1.5 Formação (em horas):

Área	2010	2009	2008	2007
Administrativa e Financeira	125	182	353	185
Exploração	1.793	2.214	2.112	1.062
Imagem e Comunicação	13	2	43	30
Manutenção	482	653	292	360
Planeamento, Projectos e Obras	882	575	540	627
Qualidade	372	494	487	326
Recursos Humanos	222	162	141	37
Secretariado	60	10	74	144
Total	3.948	4.292	4.042	2.771

1.6 Segurança e Saúde no Trabalho

No domínio da Saúde no Trabalho, durante o ano de 2010, realizaram-se 171 exames periódicos, 13 exames de admissão aos trabalhadores que iniciaram o seu vínculo contratual com a SIMTEJO e ainda 79 exames ocasionais.

Constata-se o aumento dos exames ocasionais, devido à SIMTEJO ter passado a ter desde o início do ano uma Médica do Trabalho interna, potenciando desse modo um efectivo e regular acompanhamento de todos os trabalhadores no seu meio laboral.

Procedeu-se ao despiste de hepatite A e B aos trabalhadores com actividade profissional considerada de risco, com o objectivo de determinar o respectivo grau de imunidade e foi iniciada a sua vacinação.

No que respeita à campanha de vacinação da gripe sazonal aderiram 110 colaboradores da Empresa, o que representa uma adesão superior a 50%.

Ao nível da segurança no trabalho, realizou-se a avaliação e controlo dos riscos em todas as instalações, ETAR e Estações Elevatórias, procedendo-se para tal a diversas inspecções internas de higiene e segurança tendo em vista a implementação de medidas correctivas, quer em termos estruturais, quer em termos de aquisição de equipamentos de segurança (ex. sistemas anti-queda), escadas, andaimes e sinalização de segurança, emergência e de trânsito na via pública.

Das inspecções referidas resultaram relatórios com expressão das não conformidades verificadas, nomeadamente em termos de guarda - corpos, passadiços e escadas, e respectivo descritivo de medidas a adoptar - controlos em termos de Engenharia. As medidas propostas foram contempladas em empreitadas próprias (Beneficiações de Segurança), que decorreram em 2010 e continuam em 2011.

Foi efectuado um estudo acerca da adequabilidade das luvas de protecção utilizadas pelos trabalhadores da Exploração, Manutenção e Laboratório, tendo em vista a readequação, em 2011, do regulamento de atribuição, distribuição e utilização de EPI.

Foram efectuadas monitorizações de agentes biológicos e de ruído ocupacional.

Deu-se continuidade à implementação do regulamento de segurança contra incêndios em edifícios em todas as instalações, que inclui a elaboração de planos de segurança e implica a revisão dos planos de emergência internos em vigor.

Foram promovidas acções de sensibilização, informação e de formação, interna e externa, vocacionadas para o exercício das funções e das medidas de prevenção dos riscos associados às actividades dos trabalhadores.

Foi implementado o manual de higiene pessoal, bem como diversos procedimentos e instruções de trabalho, no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, nomeadamente para definição de regras na:

- Utilização de EPI por função;
- Utilização de escadas e andaimes;
- Execução de trabalhos em espaços confinados e em altura/profundidade;
- Sinalização temporária da via pública;
- Prestações de serviços externos.

Decorreu a participação na realização de auditorias internas e acompanhamento de auditorias externas, efectuadas aos subsistemas segundo a ISO 18001, no âmbito do Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança.

I&D e Inovação

No ano de 2010 iniciaram-se e deu-se continuidade às seguintes actividades de investigação e desenvolvimento:

Projecto Nereda

A SIMTEJO deu continuidade ao desenvolvimento do projecto de investigação "Aplicação da Tecnologia Nereda™ na ETAR de Frielas". Este projecto refere-se à aplicação de lamas activadas granulares de funcionamento descontínuo, tendo como princípio "chave" a selecção natural da biomassa. As vantagens desta tecnologia, prendem-se com a redução da área de implantação e de custos energéticos, dado que as etapas de remoção de carbono, azoto e fósforo e de separação sólido-líquido são realizadas num só reactor.

Projecto Aquasafe

Deu-se continuidade ao Projecto Aquasafe, co-financiado pela União Europeia, e que tem como parceiros o Instituto Superior Técnico, a Hidromod e a Bentley. O objectivo do Aquasafe é a integração dos sistemas de informação existentes numa ferramenta de gestão. A contribuição da SIMTEJO neste projecto consistiu em fornecer um caso de estudo - o Subsistema de Beirolas - desempenhando um papel activo na customização da ferramenta de gestão das águas residuais. Actualmente é já possível consultar, de forma integrada, a informação proveniente de previsão meteorológica e dos modelos matemáticos do sistema de drenagem e do meio receptor.

Candidatura MOST

Formalizou-se a candidatura do projecto MOST aos Projectos Colaborativos do 7º Programa quadro da União Europeia. Este projecto tem em vista a continuidade do projecto de I&D "Aquasafe", tendo em vista a sua implementação em *cloud computing*. O objectivo do MOST é o desenvolvimento de serviços e ferramentas operacionais avançadas relacionadas com o meio marinho. O enfoque é colocado na operacionalização de modelos e assimilação de dados de modo a que sejam facilmente usados por clientes não especialistas. O papel da SIMTEJO neste projecto é de potencial utilizador estando prevista a avaliação da *performance* dos serviços propostos e o fornecimento dos *inputs* necessários à realização do projecto.

Candidatura Ecosense

Formalizou-se a candidatura do projecto Ecosense aos Projectos Colaborativos do 7º Programa quadro da União Europeia. O objectivo do EcoSense é providenciar soluções de *software* e *hardware* para apoiar a gestão de sistemas de águas residuais urbanas em tempo real, especialmente em infra-estruturas antigas, bem como implementar a monitorização dos fluxos de energia eléctrica no sistema Aquasafe. A SIMTEJO participa neste projecto como potencial utilizador. O seu papel será avaliar a *performance* dos serviços propostos e fornecer os *inputs* necessários à realização do projecto.

SIMAI

Deu-se início ao Projecto SIMAI, co-financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em parceria com o Instituto Superior Técnico, Laboratório de Engenharia Civil e o Institute for Biotechnology and Bioengineering. O Projecto SIMAI tem como objectivo o desenvolvimento de um sistema de monitorização, aviso e alerta em tempo real numa bacia hidrográfica da zona baixa de Alcântara, em Lisboa, para suporte de serviços de protecção civil, assim como a monitorização e aviso de descargas, com estimativa das cargas poluentes no meio receptor. Durante o primeiro ano de trabalho procede-se ao desenvolvimento de campanhas analíticas e análise de sondas espectrofotométricas.

Paralelamente, formalizou-se a candidatura do projecto OPRISMA ao selo EUREKA Acqueau e à Agência de Inovação, o que permitirá complementar o projecto SIMAI.

Sistema integrado de algas-lamas de ETAR

Deu-se continuidade ao projecto "Sistema Integrado de Produção de Macroalgas e Biogás - Avaliação Ambiental e Económica", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este projecto está a ser desenvolvido em parceria com o Departamento de Engenharia Biológica da Universidade do Minho e o Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve. O objectivo deste projecto é avaliar as eventuais sinergias da **1)** produção de algas com base no efluente da ETAR, e **2)** na co-digestão da biomassa produzida com as lamas da ETAR de Beirolas. Durante o 1º ano de trabalho foram efectuados diversos ensaios de degradabilidade das macroalgas individualmente e em co-digestão de forma a avaliar o potencial energético.

Reutilização de águas residuais tratadas

No âmbito de uma empreitada de beneficiação do tratamento de afinação para reutilização das águas residuais tratadas na ETAR de Mafra, sujeita a Concurso Público, contemplou-se o desenvolvimento de um projecto de I&D, com o objectivo de avaliar o desempenho do sistema de membranas de ultra-filtração de efluente secundário de ETAR, em função das variações dos parâmetros microbiológicos e físico-químicos.

Projecto WasteWater4Environment

Deu-se início ao projecto "WasteWater4Environment", co-financiado pelo Programa Life08, juntamente com o Instituto Superior Técnico, Universidade do Minho, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação. Entre outros, este projecto tem como objectivos otimizar o balanço de energia, avaliar e minimizar a pegada de carbono, aumentar a

eficiência energética, minimizar a produção de lamas e determinar os custos ambientais dos processos de tratamento de águas residuais. No âmbito do referido projecto procedeu-se ao desenvolvimento de uma ferramenta de gestão de dados e à realização de várias campanhas de amostragem com o intuito de calibrar os modelos a implementar:

Envitejo

Deu-se início ao projecto Envitejo, co-financiado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, em parceria com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P. e a SIMARSUL. O Envitejo visa integrar conhecimento, informação e ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo, bem como otimizar a logística de monitorização necessária efectuar pelos parceiros de projecto. Durante os primeiros meses de projecto foram lançados dois concursos públicos para aquisição de uma bóia instrumentada que irá fornecer dados em tempo real e para contratação do serviço de monitorização do estuário e locais de descarga a realizar durante dois anos.

Odowatch

Deu-se continuidade ao projecto Odowatch, financiado exclusivamente pela SIMTEJO, com o objectivo de implementar um sistema de monitorização dos odores produzidos na ETAR de Frielas. Com a implementação deste projecto, pretende-se otimizar a gestão de odores, tendo em vista a minimização de ocorrências.

Para o ano de 2011 a unidade de I&D tem como objectivos:

- Implementação do sistema de medição de caudais na SIMTEJO, nomeadamente, conclusão da instalação dos medidores, optimização do sistema de telemetria e conclusão da ferramenta de volumes de facturação;
- Implementação de sistemas de gestão operacional *online*, em base Aquasafe, no subsistema de Alcântara e Frielas;
- Construção do modelo dinâmico de ETAR de Beirolas;
- Definição dos requisitos de integração do SIG com o Navia e Maximo, e *upgrade* do SIG da SIMTEJO na área da mobilidade;
- Definição de sistemas de reutilização na área de concessão da SIMTEJO.

7. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da SIMTEJO, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de Março.

No quadro seguinte é efectuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as Empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a Empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das suas políticas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação da missão da SIMTEJO, dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objectivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP, e por consequência a SIMTEJO, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um actor principal no palco da sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade da SIMTEJO encontra-se disponível no seu Relatório de Sustentabilidade e no sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Adoptar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP, e por consequência a SIMTEJO preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. A SIMTEJO foi das primeiras Empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP/SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida. A SIMTEJO elabora anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> Toda a actividade do Grupo AdP e da SIMTEJO é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a SIMTEJO adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP e a SIMTEJO apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A SIMTEJO possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. A SIMTEJO tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspectiva de desenvolvimento e valorização profissional.
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adoptados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adoptar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transacções realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A SIMTEJO divulga anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da Empresa na internet.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo AdP e a SIMTEJO pautam a sua actuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. O Código de Conduta e Ética da SIMTEJO expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objectivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da SIMTEJO, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. A SIMTEJO desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> O Código de Conduta e Ética da SIMTEJO encontra-se disponível no sítio da Empresa na internet.

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em Empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de actividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da SIMTEJO está perfeitamente ajustada à complexidade da sua missão e perfeitamente alinhada com a estratégia definida para o Grupo Empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das Empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adoptado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • O Modelo de Governo da SIMTEJO, em alinhamento com o definido para as Empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> - A Assembleia Geral; - O Conselho de Administração; - O Conselho Fiscal; - O ROC. • Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as Empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua selecção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • A auditoria anual às contas da SIMTEJO é efectuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal e a Direcção Administrativa e Financeira. • De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Os membros dos Órgãos Sociais da SIMTEJO são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. • No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.

Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus activos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das Empresas que integram o Grupo AdP. A SIMTEJO está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco - Corporativo - que tem como principais objectivos a identificação dos factores de risco ao nível das principais actividades Empresariais e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.

Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos Órgãos Sociais da SIMTEJO consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos Órgãos Sociais da SIMTEJO consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos sociais das Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.
<ul style="list-style-type: none"> • No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> • Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na SIMTEJO e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. • Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. • Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, directa ou indirectamente, nas Empresas onde exercem funções.

8. Código de Ética

No ano de 2010 deu-se continuidade à implementação do Código de Conduta e Ética do Grupo AdP, adoptado no ano anterior e que tem como principais objectivos:

- ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer entre colaboradores, quer com os públicos externos do Grupo AdP;
- cimentar no Grupo a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura comum;
- promover relações de confiança entre o Grupo AdP e seus parceiros;
- reduzir a subjectividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos;
- responder ao desafio cívico de alicerçar a Sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organizações supranacionais.

O Código de Conduta e Ética explicita ainda a razão da sua existência, o âmbito de aplicação, a natureza das regras, os valores do Grupo AdP e princípios de actuação, os valores centrais e a sua prática e as normas de conduta.

O Código de Conduta e Ética encontra-se disponível para consulta no sítio da SIMTEJO, com o seguinte endereço electrónico:
http://www.SIMTEJO.pt/output_efile.aspx?id_file=480&id_object=652

9. Controlo de Risco

A SIMTEJO e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da actividade que resultam da operação diária.

Em 2010 foi concluída a primeira fase do projecto de gestão do risco Empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objectivos com os riscos e respectivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual se apresenta na figura seguinte.



A avaliação dos riscos é efectuada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando o risco inerente e o risco residual respectivo. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando avaliamos o impacto estão a ser consideradas, para cada risco, diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira,
- Reputação,
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objectivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de factores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos,
- Ocorrência anterior do risco,
- Complexidade do risco, e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SIMTEJO, sem prejuízo de periodicamente e sempre que se verifique necessário, serem apreciados pelo accionista maioritário (AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.).

A abordagem dos riscos da classe operacional e infra-estrutura, para além de ser assegurada pela SIMTEJO e respectivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade do accionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos (por exemplo, direcção de recursos humanos corporativos e direcção financeira corporativa da *holding* e direcção de sistemas de informação da AdP Serviços, S.A.).

No contexto económico actual é possível destacar alguns riscos aos quais a SIMTEJO se apresenta mais vulnerável, nomeadamente:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os Municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças;
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração da SIMTEJO instituiu acções de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

10. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Fevereiro na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente na Empresa, bem como cargos, funções e actividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (ii) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- (iii) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (iv) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, directa ou indirectamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (v) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

11. Divulgação de Informação

A SIMTEJO, S.A. dá cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, através do sítio da Empresa, bem como para cumprimento dos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, designadamente respeitante a:

- Relatório e Contas;
- Historial, Visão, Missão e Estratégia;
- Organigrama;

- Órgãos Sociais e Modelo de Governo:
 - Identificação dos Órgãos Sociais;
 - Identificação das áreas de responsabilidade do CA;
 - Identificação das Comissões existentes na Sociedade;
 - Identificar sistemas de controlo de riscos;
 - Remuneração dos Órgãos Sociais;
 - Regulamentos Internos e Externos;
 - Transacções fora das condições de mercado;
 - Transacções relevantes com entidades relacionadas.
- Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental;
- Código de Ética.

12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respectivas obrigações de serviço público, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e acções de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, acções informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objectivo directo ou indirecto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e acções realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for susceptível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de acções e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na referida portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela SIMTEJO tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela SIMTEJO durante o ano de 2010 foi desenvolvida com vista a assegurar os objectivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projectos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar directa ou indirectamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Quadro A - Montante global, do ano de 2010, discriminado por trimestres

Unidade: euros

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Expresso	7.120,50			2.000,00	9.120,50
Águas e Resíduos	600,00				600,00
Água e Ambiente	1.463,00				1.463,00
A Tribuna de Loures	495,00				495,00
Carrilhão	250,00				250,00
Loures e Odivelas Magazine	250,00				250,00
Vida Ribatejana	455,00				455,00
Correio da Manhã	9.112,00				9.112,00
Metro	6.762,00				6.762,00
Público	5.167,20				5.167,20
Time Out	1.180,00				1.180,00
Visão	1.563,25				1.563,25
Rádio Renascença	6.971,77				6.971,77
RFM	13.819,17				13.819,17
TSF	6.428,32				6.428,32
Revista Pais Positivo	1.000,00				1.000,00
Anuário do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território			1.386,00		1.386,00
Directório Nacional do Ambiente e Recursos Naturais 2010				1.000,00	1.000,00
Total	62.637,21	-	1.386,00	3.000,00	67.023,20

Quadro B - Acções, do ano de 2010, de entre as referidas no quadro A, com montante superior a 15.000 euros

Unidade: euros

Acção	Objectivo	Órgão	Valor Global
Empreitada Cais do Sodré/Alcântara	Informar sobre os objectivos da obra e condicionamentos do trânsito	Correio da Manhã	51.003,70
		Metro	
		Público	
		Time Out	
		Visão	
		Rádio Renascença	
		RFM	
		TSF	

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a SIMTEJO cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da SIMTEJO divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de actividades cujo conteúdo ou objectivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente actividade de serviço público desta Empresa.

13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A SIMTEJO deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- a) Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direcção Geral de Tesouro e Finanças n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, respeitante à “não actualização dos salários nominais para o corrente ano”.
- b) Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do órgão de Administração.
- c) Cumprimento do previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, respeitante à redução excepcional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.

14. Relatório do Administradores não executivos

Relatório do Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13.º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-nos, na qualidade de Administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho dos Administradores executivos, que constituem a Comissão Executiva, referente ao exercício de 2010.

2. Actividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos Administradores executivos e da Comissão Executiva.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos Administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as acções de gestão, adoptando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2011



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo
Presidente do Conselho de Administração

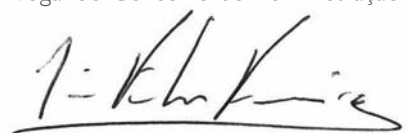


José Augusto Borges Neves
Vogal do Conselho de Administração

Os Administradores não executivos



José Fernando da Silva Ferreira
Vogal do Conselho de Administração



José Esteves Ferreira
Vogal do Conselho de Administração

B - Actividade da Empresa







B - Actividade da Empresa

I. Introdução

No âmbito da sua missão, a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a SIMTEJO assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

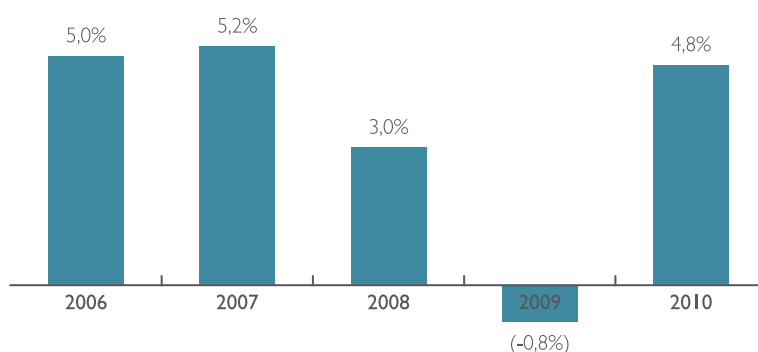
- A importância social da sua actividade é suportada por objectivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e accionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e optimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objectivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objectivo de todos;
- A actividade da SIMTEJO desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

É expectável que a economia mundial cresça à volta de 4,8% em 2010, e uma vez mais à custa das novas economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, países africanos, etc.). A Europa e os Estados Unidos apresentam níveis de crescimento económico mais lentos (1,7% e 2,6% respectivamente). A estabilização dos mercados financeiros, representa um indicador positivo que contribuiu definitivamente como suporte deste crescimento, ao contrário do último ano onde vingava uma crise instalada, em resultado da evidente sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida e que ocasionaram, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos. Este crescimento económico segundo alguns analistas, está ameaçado nos próximos anos pela subida significativa dos preços das matérias primas e dos alimentos, com consequências imediatas ao nível do aumento dos níveis de pobreza.

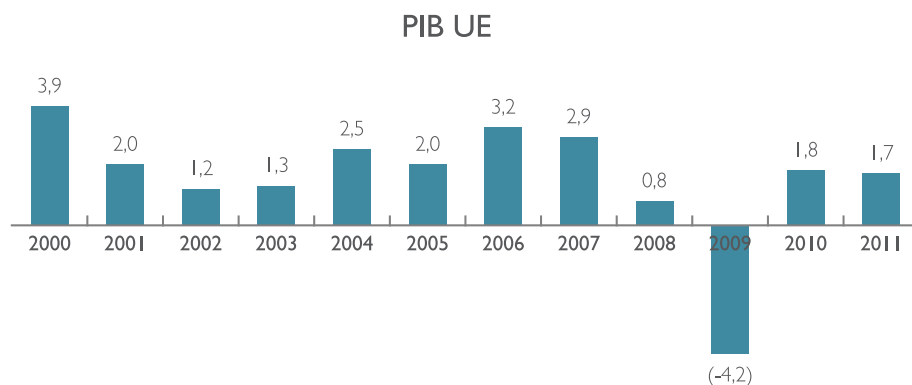
PIB Mundial



União Europeia

A União Europeia continua com um crescimento insignificante da economia. A crise está definitivamente instalada na zona Euro. No norte da Europa o cenário é mais positivo, particularmente na Alemanha que parece imune à crise europeia e mundial e que apresenta um crescimento económico na ordem de 3,3% e um crescimento de 14% nas exportações. Este resultado alemão acentua as divergências com os países mais deficitários da União Europeia, dificultando de sobremaneira a posição do Banco Central Europeu em adoptar medidas adequadas e convergentes entre todos os países da zona Euro. Com a principal taxa de juro em 1% é expectável que a inflação suba na Alemanha, uma vez que muitas economias da UE não estão preparadas para subidas da taxa de juro.

De notar que em 2010 o BCE tem dado um contributo significativo a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda na compra de dívida destes países no sentido de aliviar a pressão a que têm estado sujeitos por parte dos mercados financeiros.



Portugal

O ano de 2010 em Portugal fica marcado pela aprovação de dois PEC's (Planos de Estabilidade e Crescimento) que, resumidamente, se traduzem num agravamento generalizado da carga fiscal e na diminuição da despesa pública.

Depois de uma queda de 2,5% em 2009, o produto interno bruto em 2010 deverá situar-se entre 1,0% e 1,5% muito suportado pelo consumo privado e por um ligeiro aumento das exportações. Portugal vive uma deficitária situação económica, com um *deficit* em 2010 à volta de 7,3% do PIB, e com significativas dificuldades em obter financiamento no exterior: O financiamento no final de 2010 foi obtido à custa de taxas de juro altas com repercussões directas nas contas do país dos próximos anos. O ano caracterizou-se já por uma subida dos impostos, situação que será agravada em 2011. Ainda assim as receitas de IRC e IRS deverão ser inferiores ao ano anterior. O aumento da receita fiscal tem sido obtido à custa do IVA, imposto sobre tabaco e imposto automóvel.

A inflação em Portugal chegou a 1,4%, 12 meses terminados em Dezembro de 2010 (-0,9 em 2009), enquanto a da zona Euro se situou em 1,6%.

A taxa de desemprego deverá ser de 11%, mais um ponto percentual do que em 2009, o que faz de Portugal um dos países da União Europeia com o nível de desemprego mais elevado, depois da Espanha, Eslováquia e Irlanda.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, o PSI 20 apresenta perdas superiores a 10% em 2010, com alguns títulos com perdas superiores a 50%. Os ganhos de três Empresas cotadas do PSI-20 vão fazer com que a bolsa nacional não feche o ano a perder mais de 20%. Sem o "efeito" Jerónimo Martins, Portucel e Galp, as perdas seriam à volta desse número.

3. Enquadramento do Sector

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto nº8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Neste propósito, e na linha do preconizado no PEAASAR II quanto à necessidade de flexibilizar o modelo vigente, habilitando novas formas de relacionamento com os Municípios, tinha sido publicado em 2009 o Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril que veio introduzir um novo modelo de gestão para os serviços de águas assente em parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais, modelo esse que foi adoptado em duas situações - no centro e no sul do país - no decurso do 4.º trimestre de 2009.

Este novo modelo vem concretizar “uma das medidas fundamentais do PEAASAR II que passa pela Empresarialização e profissionalização da gestão das “baixas” em Portugal” que promova a criação de “uma estrutura na “baixa” capaz de executar o investimento previsto para o período 2007-2013 e garantir a sustentabilidade futura do sector da água em Portugal.”

O novo modelo de gestão para a prestação dos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento vem possibilitar, nos termos do referido Decreto-Lei, uma “integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.”

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector. Em situações particulares - quando as operações são promovidas por entidades cuja gestão não se enquadra no “modelo verticalizado” - existem ainda apoios financeiros nos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo II do POVT revela-se indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 - 2015.

No âmbito do 2º Aviso ao POVT/Eixo II, cujo prazo de submissão das candidaturas terminou no final de 2009, a elevada adesão de promotores e de projectos, veio de novo comprovar a importância da participação comunitária para a infra-estruturação do sector. Uma procura que superou várias vezes a oferta financeira disponível agravou a pressão sobre a metodologia de avaliação das candidaturas, dos seus objectivos e da qualidade dos projectos apresentados, tendo sido novamente alterada a estratégia de financiamento para o sector; tendo em conta os prazos de realização dos investimentos candidatados, o grau de maturidade dos Sistemas e os financiamentos comunitários disponíveis.

Em 2010 prosseguiram os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

Os modelos empresariais que até ao presente se tentaram implementar, onde os produtores agro-pecuários assumiam a liderança, vieram a revelar-se incapazes de se tornarem verdadeiros veículos de uma solução sustentável para o tratamento dos efluentes suínícolas. Já no segundo semestre de 2010 começaram a serem estudadas novas parcerias com entidades Empresariais privadas, que permitam soluções inovadoras para estes passivos ambientais, cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

Pelo elevado impacto na execução dos planos de actividade, refira-se a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, através da Resolução n.º 29/2010, de 12 de Abril, da Assembleia da República, e o consequente Despacho n.º

510/10, de 1 de Junho, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças que veio fixar limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as Empresas do Sector Empresarial do Estado.

Face aos investimentos em curso e aos compromissos já assumidos pelas Empresas até à data do despacho, e reconhecendo a complexidade da situação e bem assim a necessidade de não prejudicar a captação de fundos comunitários, o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças emanou posteriormente o Despacho n.º 896/10, de 26 de Agosto, anulando a título excepcional a aplicação à Águas de Portugal do limite relativo ao ano 2010 e determinando, relativamente aos exercícios de 2011 a 2013, a apresentação pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal de Planos de Actividades e Investimentos (PAI), revistos e detalhados quanto ao respectivo financiamento e obrigatoriedade de realização por imposição comunitária, devendo os mesmos ser enquadrados nos limites previstos no PEC.

A revisão dos planos de investimentos das Empresas, para permitir atingir um PAI consolidado do Grupo AdP em consonância com as restrições descritas, obrigou a um esforço de coordenação e revisão, e traduziu-se naturalmente num protelamento de múltiplos investimentos face ao anteriormente previsto.

Igualmente no âmbito do PEC, foi determinada através do documento "Orientações Estratégicas para 2011 para o Sector Empresarial do Estado", datado de Outubro de 2010, a imposição de cortes significativos, com uma base de 15% (já incluindo a redução salarial prevista na terceira versão do PEC), nas despesas de funcionamento das Empresas do Sector Empresarial do Estado.

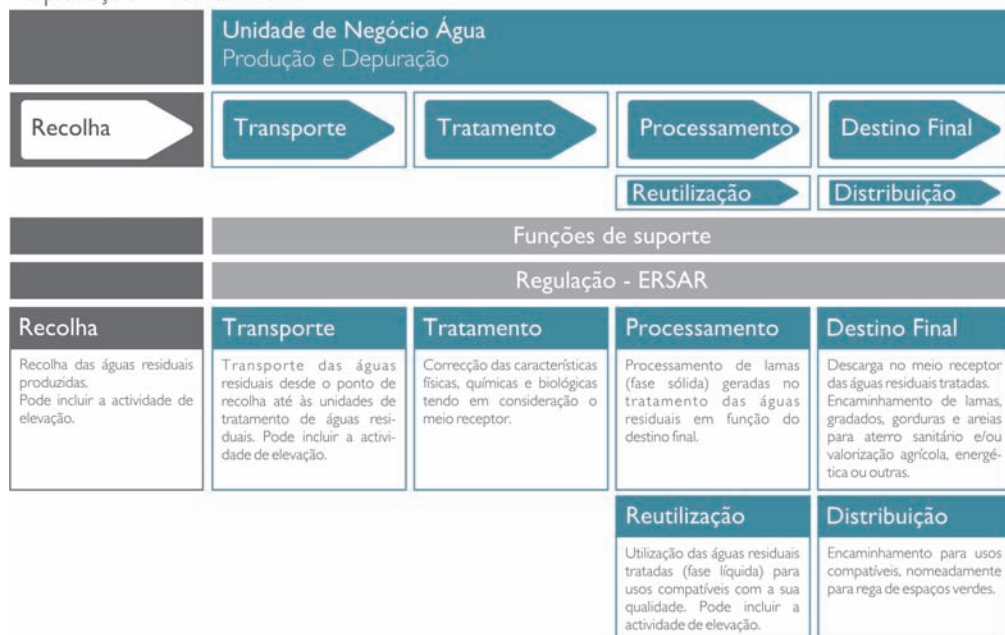
O processo de identificação das poupanças possíveis e de determinação das medidas associadas, bem como das necessárias consequências resultantes de diferentes níveis de redução de custos exigiu um significativo esforço de reflexão e análise por parte das empresas. Os cortes em causa não afectaram a actividade desenvolvida durante o ano de 2010, sendo expectável que venham a atingir uma forte expressão em 2011.

4. Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a actividade mais visível da SIMTEJO, a Empresa actua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital accionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das actividades de operação.

Operação - Saneamento



5. Regulação

Introdução

A SIMTEJO exerce actividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A actividade da SIMTEJO é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, os poderes e âmbito de actuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto de serem praticados tarifários aos utilizadores finais que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 - Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

É nossa expectativa que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em baixa, contribuindo para a maior sustentabilidade do sector:

Regulação Económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de Setembro com a apresentação das propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano(s) seguinte(s) ao Concedente e ao Regulador e contratualmente tem uma duração de 60 dias. As propostas são apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria 1275/2003, de 7 de Novembro.

Em Setembro de 2010 iniciou-se o ciclo orçamental para 2011 mas até esta data a SIMTEJO não recebeu ainda comunicação relativa à aprovação da tarifa.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da Sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Em 2009 encetaram-se com o Regulador os trabalhos de definição da forma de recuperação dos défices e *superavit* de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontrava especificada nos contratos de concessão nem em outro diploma.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os accionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

Regulação da Qualidade de Serviço

Para além da regulação económica, a actuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado. A avaliação do ano de 2010 já deverá ser efectuada com base neste novo conjunto de indicadores.

6. Carteira de Participações

(Não Aplicável à SIMTEJO)

7. Adopção dos IFRS

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprovou a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico anteriormente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009. Este Decreto-Lei prevê ainda que em certas circunstâncias, as quais são preenchidas pelo Grupo Águas de Portugal (AdP), as Empresas possam também optar pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), pelo que foi essa a decisão do Grupo AdP, indo assim ao encontro da sugestão do seu accionista maioritário, Parpública, S.A.

Assim, a SIMTEJO aplicou as normas IFRS para o exercício de 2010 e procedeu à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

Os impactos quantitativos e qualitativos a esta data são apresentados pormenorizadamente na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras.

Alterações às amortizações enquanto gasto fiscal

Em complemento à das normas IFRS, destaca-se igualmente, e pela sua relevância, o efeito que terá sobre as contas do exercício (e futuras) das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzida na sequência das alterações legislativas referidas e das obrigações vinculativas da Direcção - Geral de Contribuições e Impostos (DGCI).

Até ao final do ano de 2009, o montante inscrito em cada ano referente às amortizações do investimento era calculado tendo em conta o investimento efectuado e os estimados a efectuar até ao final da concessão. A amortização dos investimentos realizados e ainda não realizados era efectuada durante o período da concessão, excepto para os bens que tenham um valor residual contratualmente fixado no final da concessão. Por outro lado, o valor da amortização dos bens não era calculado de uma forma temporalmente linear; montante total dividido pelo número de anos, mas sim em função dos caudais efectivamente fornecidos/recolhidos em cada ano comparativamente aos caudais estimados a fornecer/recolher (método da depleção).

A DGCI, ao alterar o seu entendimento, não permite a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado. Assim, a partir de 2010, estes gastos deixam de ser aceites como encargo fiscal do exercício, e os efeitos acumulados de anos anteriores, se existirem, irão ser tributados em 5 anos de acordo com a legislação fiscal em vigor.

8. Análise Económica e Financeira

Resultado Líquido

O Resultado Líquido da SIMTEJO no ano de 2010 foi de 5,739 milhões de euros.

Unidade: euros

	2009	2010
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843
Margem Bruta	40.055.826	41.403.341
EBITDA	21.631.592	23.267.953
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377
Resultados Correntes	9.909.961	8.001.932
Resultado Líquido	7.244.053	5.738.571

A SIMTEJO registou em 2010 um decréscimo no seu Resultado Líquido na ordem dos 21%, por um lado pelo efeito do aumento do valor das Amortizações, o qual levou desde logo a uma diminuição dos Resultados Operacionais Líquidos de 14%, e por outro lado pelos Resultados Financeiros negativos, os quais influenciaram negativamente também os Resultados Correntes em 19%.

Resultado Operacional

Unidade: euros

Contribuição para o Resultado Líquido	2009	2010
Resultado Operacional Bruto	22.650.857	23.267.953
Resultado Operacional Líquido	9.372.435	8.032.377

Da análise do quadro anterior, verifica-se que se manteve em 2010 a rentabilidade da Empresa, apesar da forte degradação dos seus Resultados por força do efeito das elevadas Amortizações.

O quadro seguinte explicita o contributo das várias rubricas na formação do Resultado Operacional:

Unidade: euros

Contribuição para os Resultados Operacionais	2009	2010
Volume de Negócios	41.217.510	42.590.843
Subsídios ao Investimento	898.854	1.114.012
Outros Proveitos Operacionais	191.178	33.568
Proveitos Operacionais	42.307.542	43.738.424
Custo das vendas/variação dos inventários	2.251.716	2.335.083
Fornecimentos e Serviços Exter.	12.423.087	12.170.879
Gastos c/ Pessoal	5.330.948	5.547.449
Outros gastos e perdas operacionais	670.200	417.059
Amortizações	12.329.052	15.251.566
Provisões e reversões do exercício	-69.895	-15.990
Custos Operacionais	32.935.106	35.706.047
Resultados Operacionais	9.372.435	8.032.377

Para o aumento dos custos operacionais foi determinante o aumento das já referidas Amortizações. Esta situação verifica-se por consequência ao aumento do investimento contratual previsto no Aditamento ao Contrato de Concessão, assim como pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente facturados nesse exercício e os efluentes a facturar até ao final da concessão.

Volume de Negócios

Durante o exercício de 2010, a SIMTEJO facturou cerca de 42.591 milhares de euros, quase exclusivamente sob a forma de prestação de serviços aos Municípios, a qual atingiu o montante de 42.548 milhares de euros.

Resultados Financeiros

Unidade: euros

Custos Financeiros	2009	2010
Juros Suportados	2.375.059	3.085.683
Outros Custos Financeiros	711.783	679.829
TTPE - Activos em Curso	-1.913.145	-2.313.789
Custos Financeiros	1.173.697	1.451.722

Unidade: euros

Proveitos Financeiros	2009	2010
Juros Obtidos Depósitos	185.448	489.097
Juros de Mora	1.525.774	932.180
Proveitos Financeiros	1.711.222	1.421.278
Resultados Financeiros	537.525	-30.445

Os Resultados Financeiros negativos gerados no exercício de 2010 devem-se essencialmente ao aumento dos custos financeiros, para o qual contribuiu a subida dos juros suportados, pelo aumento do nível de endividamento.

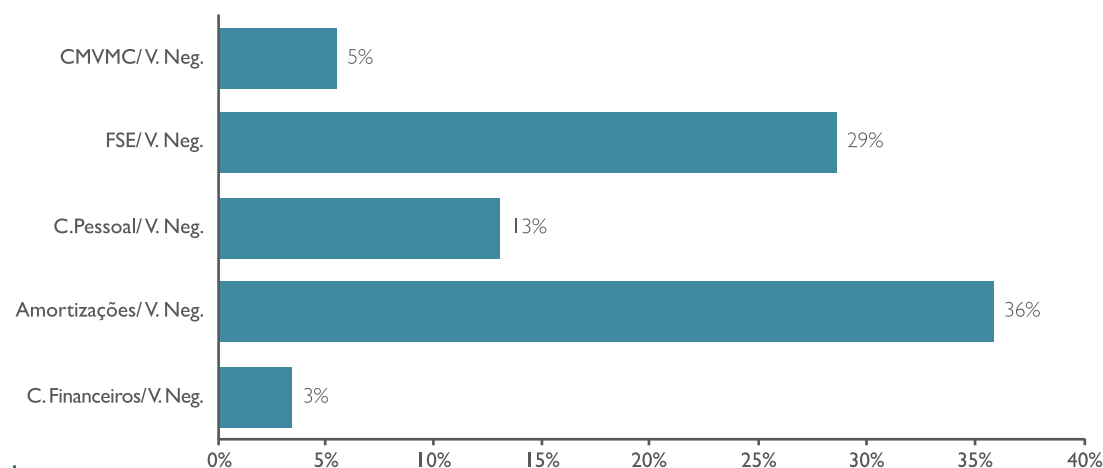
A variação anual negativa nos proveitos financeiros da SIMTEJO, deve-se à redução de juros de mora debitados a clientes, atendendo aos recebimentos respeitantes, quer à facturação vencida no âmbito de acordos de pagamento existentes, quer ao regular e atempado recebimento da prestação de serviços corrente.

Ainda que não suficiente para alterar os Resultados Financeiros, importa salientar o expressivo aumento dos juros obtidos em depósitos, pelo aumento das aplicações financeiras.

Análise de Custos e Rendibilidade

O gráfico seguinte mostra em que medida cada rubrica de custos, absorve o Volume de Negócios da SIMTEJO, encontrando-se esta, expressa em termos percentuais.

Estrutura de Custos



Assim, conclui-se por esta análise que o custo que mais absorve o Volume de Negócios da SIMTEJO, são as Amortizações do Exercício, consumindo-o em cerca de 36%.

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas manteve-se em 5%, valor similar ao verificado no exercício anterior.

Importa referir que os Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram o seu nível de absorção em 1,6%.

Desta forma, apenas as Amortizações registaram um agravamento do seu peso de 6%.

Para complementar a análise estática dos custos da SIMTEJO, apresenta-se outra abordagem que caracteriza a dimensão da Empresa.

	Unidade: euros	
	2009	2010
Gastos c/ Pessoal	5.330.948	5.547.449
Rendas	693.796	716.307
Gastos financeiros	1.173.697	1.451.722
Rendimentos financeiros	1.711.222	1.421.278
Amortizações	12.329.052	15.251.566
Provisões e reversões do exercício	-69.895	-15.990
Impostos	0	0
Resultados retidos em reservas	332.202	362.203
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	18.078.577	21.891.980
Nº médio de Trabalhadores (sem Órgãos Sociais)	200	204
VAB / Nº de Trabalhadores	90.393	107.314

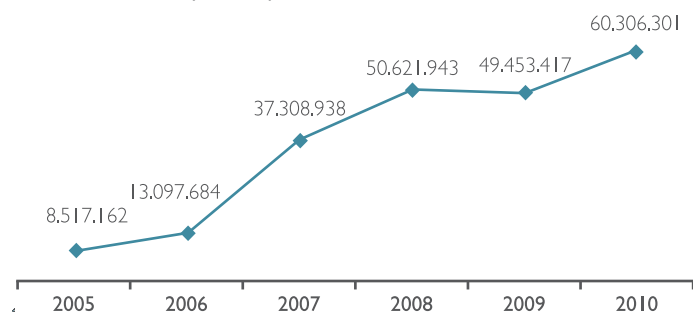
Verifica-se, assim, evolução positiva da rentabilidade e viabilidade da SIMTEJO, nomeadamente ao nível dos resultados operacionais brutos e do valor acrescentado bruto.

Investimento (euros)

No cumprimento do plano de investimentos inicial, a SIMTEJO tem vindo a desenvolver a implantação das infra-estruturas e equipamentos de recolha e tratamento de águas residuais do Sistema Multimunicipal, bem como a reabilitar/beneficiar as infra-estruturas e equipamento existentes à data da criação do dito sistema e por ele integrados.

No exercício de 2010, a SIMTEJO investiu cerca de 60,4 milhões de euros, o que representou um aumento de cerca de 22% relativamente ao período anterior.

Investimento (euros)



Activo

	Unidade: euros	
Activos Não Correntes	2009	2010
Activos Intangíveis	225.825.996	280.858.918
Investimentos Financeiros	3.886.114	4.880.797
Impostos diferidos Activos	18.429.682	21.467.840
	248.141.792	307.207.554

Unidade: euros

Activos Correntes	2009	2010
Inventários	79.386	94.976
Clientes	21.942.443	15.258.545
Estado e Outros Entes Públicos	644.103	373.686
Outros Activos Correntes	23.000.033	10.159.667
Caixa e seus equivalentes	28.688.999	52.861.168
	74.354.964	78.748.042
Activo Total	322.496.756	385.955.596

O aumento do valor dos activos não correntes deve-se essencialmente à incorporação do investimento realizado durante o ano.

O reforço do fundo de reconstituição de capital social, cumpre o disposto no Contrato de Concessão. A variação na rubrica de impostos diferidos activos deve-se aos ajustamentos efectuados devidos às mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzida na sequência das alterações legislativas referidas e das obrigações vinculativas da Direcção - Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) e já referidas no ponto 7 do presente relatório.

No que concerne às rubricas de activos correntes, importa referir a forte diminuição verificada nas rubricas de clientes, na ordem dos 30%, em virtude da continuidade verificada do pagamento atempado das prestações de serviços da SIMTEJO pelos seus clientes municipais, bem como pela recuperação de dívidas vencidas existentes, bem como na de outros activos correntes (cerca de 56%), fruto do recebimento dos valores comparticipados pelo Fundo de Coesão. Em contraponto verifica-se um aumento na rubrica de caixa e seus equivalentes, devido ao recurso às linhas de financiamento BEI para fazer face aos investimentos que terão lugar no início do ano de 2011.

Passivo

Unidade: euros

	2009	2010
Passivos Não Correntes	253.205.267	304.650.476
Passivos Correntes	13.243.426	22.384.499
	266.448.693	327.034.975

Unidade: euros

Passivos Não Correntes	2009	2010
Provisões	102.501	86.511
Empréstimos	118.261.892	162.967.673
Fornecedores e outros passivos não correntes	6.024.393	5.814.311
Impostos diferidos passivos	17.620.128	14.096.102
Acréscimos de custos do investimento contratual	65.422.607	75.749.110
Subsídios ao investimento	45.773.747	45.936.769
	253.205.267	304.650.476

Unidade: euros

Passivos Correntes	2009	2010
Empréstimos	503.544	802.724
Fornecedores	5.627.123	9.553.455
Outros passivos correntes	4.817.570	4.531.172
Imposto sobre o rendimento do exercício	694.890	6.411.138
Estado e outros entes públicos	1.600.299	1.086.010
	13.243.426	22.384.499

Para a variação ocorrida nas rubricas de passivo não corrente concorreu decisivamente o aumento do da rubrica de empréstimos (cerca de 86% do total), com a utilização das linhas disponíveis junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) que permitirão fazer face aos investimento que terão lugar no início de 2011. Importa referir o aumento do valor registado na rubrica de acréscimo de custos de investimento contratual, o qual se deveu ao reconhecimento dos custos de amortização de investimento futuro verificado em 2010.

Relativamente ao passivo corrente salienta-se o aumento da rubrica de fornecedores, a qual resulta do aumento dos valores periódicos a pagar (ressalva-se que o prazo médio de recebimentos reduziu-se, comparativamente a 2009, em cerca de 20%), bem como o aumento da conta de imposto sobre o rendimento do exercício, fruto das alterações fiscais já referidas. A diminuição verificada na rubrica de estado e outros públicos deve-se ao facto de os valores referentes à taxa de recursos hídricos terem diminuído, apesar do acréscimo de caudal tratado verificado, fruto da eficiência atingida em 2010 no tratamento dos afluentes recebidos nas ETAR.

9. Actividade

9.1 Investimentos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projectos e, depois, das empreitadas que durante o ano de 2010 estavam concluídas, em fase de conclusão, em curso ou em concurso.

9.1.1 Estudos e Projectos

Subsistema de Alcântara

- Projecto de reparação do Caneiro da Ribeira da Falagueira (Bairro do Bosque) (concluído);
- Estudos e projectos para a Frente de Drenagem Algés - Alcântara, das infra-estruturas desde o descarregador D1 até à Estação Elevatória 3 - D3, D4/D5, D6, D6.1, D7, D8 e D9 (concluído); D16, D17, D19A, D19B, D19C e D20 (em curso);
- Adaptação do projecto dos poços de acesso ao Caneiro – Obra fase III (em curso);
- Estudos e projectos do Sistema de Drenagem da margem esquerda do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projecto de execução para remodelação das Estação Elevatória 1 e EE2 do Interceptor Algés Alcântara e EE4, EE5 e EE6 do Interceptor Cais do Sodré -Alcântara (em concurso);
- Projecto de execução de Conduta de água residual tratada - Bacia de Alcântara (em concurso).

Subsistema de Alverca

- Projecto de execução do Sistema de Drenagem de águas residuais da Bacia do Rio da Silveira (em curso).

Subsistema de Beirolas

- Projecto de execução do Sistema de Drenagem da Bacia Norte afluente à Estação Elevatória de Sacavém (em concurso).

Subsistema de Frielas

- Adaptação do projecto da Estação Elevatória da Flamengo e ligação ao Interceptor do Rio da Costa (concluído);
- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no Subsistema de Frielas (em curso);
- Adaptação do projecto de execução do Emissário de Montemor (em curso).

Subsistema de São João da Talha

- Estudo de adaptação dos Interceptores de S. João da Talha às redes unitárias (em curso).

Subsistemas do Município de Mafra

- Adaptação do projecto de execução do Subsistema da Foz do Lizandro - fase III (concluído);
- Projecto de arranjo paisagístico da zona envolvente à Estação Elevatória 1 Ericeira e do edifício para grupo de emergência e quadros eléctricos (concluído);
- Projecto de beneficiação e ampliação do Subsistema de Barril/Azenhas dos Tanoeiros (concluído);
- Projecto de beneficiação e ampliação dos Subsistemas de Igreja Nova, A-da-Pêrra, Cheleiros e Encarnação (concluído);
- Projecto de execução do Emissário de descarga do efluente tratado da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Estudo de dispersão da pluma de efluente do Emissário da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Alteração edifício exploração da ETAR de Mafra (em curso);
- Projecto de execução dos descarregadores do Subsistema da Malveira (em curso);
- Projecto de execução da Estação Elevatória 2 de Alcainça (em curso);
- Alterações ao projecto de execução do Interceptor do Outeirinho (em curso);
- Projecto de saneamento do Subsistema de Frielas - Santo Estêvão das Galés/Lousa - fase II (concluído);

- Adaptação do projecto de execução do Subsistema do Carvalhal (em curso);
- Projecto de saneamento do Subsistema da Ericeira - fase I (em curso);
- Projecto de saneamento do Subsistema da Ericeira - fase II (em curso);
- Projecto de beneficiação e ampliação do Subsistema de Póvoa da Galega (em curso).

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Projecto de execução dos Emissários da Quinta de São João e do Bairro Atral -Cipan (concluído).

De âmbito geral

- Elaboração do projecto e processo de concurso do Sistema de Telegestão da SIMTEJO (concluído);
- Medição de caudal III-ETAR (em curso);
- Medição de caudal IV - restantes subsistemas (em curso);
- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);
- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospecção geológica – geotécnica (em curso);
- Sistema de informação geográfica da SIMTEJO (em curso);
- Elaboração do projecto e processo de concurso do Sistema de Telegestão da SIMTEJO (concluído);
- Monitorização ambiental da qualidade da água dos meios receptores da SIMTEJO (em concurso);
- Prestação de serviços de assessoria técnica e execução de serviços de arqueologia no âmbito do Sistema de Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão” (em preparação de processo de concurso).

9.1.2 Empreitadas

Subsistema de Alcântara

- Construção do Emissário de Monsanto 2.^a e 3.^a Fase (concluído);
- Concepção /construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (em curso);
- Construção do Sistema de Intercepção do Largo de Chafariz de Dentro à Estação Elevatória (EE) da Estação Fluvial (concluído);
- Construção civil do Sistema de Intercepção do Largo Chafariz de Dentro à EE da Estação Fluvial - Fase I (concluído);
- Construção civil do sistema de intercepção do Largo Chafariz de Dentro à EE da Estação Fluvial -Fase II (concluído);
- Fornecimento e montagem do equipamento da Estação Elevatória do Terreiro do Trigo (concluído);
- Sistema Interceptor Terreiro do Paço - Cais Sodré. Aquisição de tubagem para o troço I 6a-19a (concluído);
- Empreitada de construção do Sistema Interceptor Terreiro do Paço - Cais Sodré -Troço I 6a-19a (concluído);
- Construção do Sistema Elevatório das Agências e Emissário Submarino (concluído);
- Reparação do Caneiro de Alcântara, entre os Poços de Acesso 23B e 24 (concluído);
- Construção do Interceptor Cais do Sodré / Alcântara II (concluído);
- Reparação do Caneiro da Ribeira da Falagueira (Bairro do Bosque) (concluído);
- Fornecimento e instalação de tampas metálicas nas câmaras de válvulas de Maré do Terreiro do Paço (concluído);
- Empreitada de fornecimento e montagem de equipamento das Estações Elevatórias da Estação Fluvial e do Terreiro do Trigo (em conclusão);
- Interceptor e Estações Elevatórias Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré - Obra METRO (em conclusão);
- Concepção /construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (em curso);
- Construção do Sistema de Drenagem e intercepção de águas residuais da bacia do Rio Seco (D12) e descarregadores e emissários associados (concluído);
- Empreitada de reparação do Interceptor de Casal de Cambra (em curso);
- Construção do Emissário doméstico da Falagueira e duplicação do troço a jusante da canalização da Ribeira da Falagueira (aguarda disponibilização de terrenos - CM Amadora);
- Empreitada de implementação de supervisão das Estações Elevatórias do Sistema Elevatório Cais Sodré - Alcântara II (em concurso);
- Empreitada de construção da Condução de ligação de água reutilizável da EE3 e da EE Rocha de Conde de Óbidos (em concurso).

Subsistema de Alverca

- Empreitada de projecto e execução da ETAR de Alverca do Ribatejo (concluído);
- Construção dos Sistemas Elevatórios de Verdelha e Sobralinho (concluído);
- Construção dos Emissários e Conduções Elevatórias dos Sistemas Elevatórios de Icesa e Qta das Drogas (concluído);
- Reparação e reabilitação da Condução Elevatória da Quinta das Drogas -travessia sob a linha da REFER (concluído);
- Reparação e reabilitação da Condução Elevatória da Quinta das Drogas-550 m de lining (concluído);

- Recuperação da Salina de Vale de Frades - Medida compensatória da ETAR de Alverca (concluído);
- Construção dos Sistemas Elevatórios de Avieiros e Icesa (aguarda disponibilização de terrenos – CM Vila Franca de Xira).

Subsistema de Beirolas

- Construção do Interceptor do Figo Maduro e Obras Complementares da Ribeira do Prior Velho (concluído);
- Benefeitorias e aumento da capacidade da desodorização da ETAR de Beirolas (concluído);
- Reabilitação de edifícios nos Subsistemas de Chelas e Beirolas (em concurso);
- Empreitada de ampliação e beneficiação do edifício das oficinas da ETAR de Beirolas (em concurso).

Subsistema de Bucelas

- Construção dos Emissários de Arranhó e A-do-Baço (em concurso).

Subsistema de Chelas

- Reabilitação de edifícios e de equipamento reforço da desodorização da ETAR de Chelas (concluído);
- Adaptação dos Interceptores e Emissários do Subsistema de Chelas aos sistemas unitários (em concurso);
- Reabilitação de edifícios nos Subsistemas de Chelas e Beirolas (em concurso).

Subsistema de Frielas

- Construção da ligação do Emissário Loures L ao Município de Sintra (concluído);
- Interceptores e Emissários da bacia do Rio Trancão - Sintra e emissário L - Fase II - Loures (em curso);
- Construção do Sistema de Drenagem dos efluentes domésticos das bacias afluentes à EN 8 - Fase II (em curso);
- Remodelação do centro de comando e rede de autómatos da ETAR de Frielas - 2ª fase (em curso);
- Confinamento e desodorização do tanque de equalização da ETAR de Frielas (em concurso);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respectiva bombagem para os silos existentes (em curso).

Subsistema de São João da Talha

- Ampliação da capacidade hidráulica da ETAR de São João da Talha (concluído);
- Reparação dos descarregadores e raspadores dos decantadores secundários da ETAR de São João da Talha (concluído).

Subsistemas do Município de Mafra

- Construção da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Empreitada de beneficiação de edifícios e arruamentos na ETAR da Póvoa da Galega, EE 3 e EE5 de Mafra (em curso);
- Beneficiação da Estação Elevatória I da Ericeira (em curso);
- Construção dos Emissários e Conduitas Elevatórias do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II (em concurso);
- Construção dos Emissários da Foz do Lizandro - Fase I (em concurso);
- Construção dos Emissários gravíticos do Subsistema da Ericeira - fase III (em concurso);
- Beneficiação do tratamento de afinação da ETAR de Mafra (em concurso);
- Beneficiação dos Emissários de Mafra (em concurso).

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Construção do Emissário da Quinta de São João - Ligação à EE3 e EE4 (em curso).

SIMTEJO (Geral)

- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da SIMTEJO (em curso);
- Beneficiação da segurança nas instalações dos Subsistemas de Beirolas, Chelas, Bucelas, Mafra e Vila Franca de Xira (em curso);
- Concepção/construção do sistema de medição de caudal dos Subsistemas de Frielas, Beirolas e Vila Franca de Xira (em curso);
- Painéis solares nas ETAR e EE da SIMTEJO - Solar térmico (em curso);
- Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão (em concurso).

9.2 Exploração

9.2.1 Análise Global e por Subsistema

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela SIMTEJO durante o ano de 2010 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global de cerca de 110 milhões metros cúbicos de água residual. Considera-se de destacar que a ETAR de Alcântara que funcionou todo o ano com tratamento secundário e com desinfecção final. Em 2010 concluiu-se, ainda, o arranque da ETAR de Alverca.

Durante o ano de 2010 passaram a ser exploradas pela SIMTEJO mais três estações elevatórias (uma nova e duas antigas recebidas dos SMAS de Vila Franca de Xira) e 14 km de interceptores, passando o global de infra-estruturas da SIMTEJO, no final de 2010, a ser de 29 ETAR, 66 estações elevatórias e 245 quilómetros de interceptores e condutas elevatórias.

Paralelamente com o serviço de exploração dos sistemas, a melhoria das infra-estruturas continuou a ser um dos grandes objectivos da actividade da Empresa, tendo-se desenvolvido acções de correcção e de beneficiação em vários subsistemas. O controlo dos caudais de origem pluvial continuou também a ser uma acção prioritária, tendo sido dado seguimento ao Estudo no Subsistema de Frielas e iniciado o Estudo no Subsistema de São João da Talha.

A optimização de recursos, nomeadamente dos consumos de água e de energia foi prosseguida, sendo de destacar a aprovação dos Planos de Racionalização de Energia das ETAR de Frielas, Chelas e Beirolas no âmbito do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia na sequência de auditorias energéticas realizadas aquelas instalações. Em 2011 será implementada nova metodologia sistematizada para o controlo das metas estabelecidas.

Em 2010 a implementação do sistema informático NAVIA, ferramenta de apoio à gestão da exploração, foi alargada à quase generalidade dos centros operacionais, prevendo-se que no primeiro semestre de 2011 a sua implementação na totalidade dos subsistemas da SIMTEJO. Este sistema informático tem-se vindo a revelar uma mais-valia muito significativa no controlo operacional das instalações e no registo de ocorrências e resultados de medição e no tratamento das informações.

Subsistema de Alcântara

A Empreitada de Concepção/Construção e Completamento da ETAR de Alcântara continuou a decorrer durante o ano de 2010. A ETAR funcionou com uma linha de tratamento completa, incluindo a decantação primária avançada (ACTIFLO), o tratamento biológico por biofiltração (BIOSTYR) e a desinfecção final por ultra-violetas. Funcionou, igualmente, a nova linha de tratamento de lamas. A ETAR teve um comportamento globalmente adequado, com bons resultados ao nível do tratamento, tendo-se paralelamente realizado alguns testes de afinação, normais no arranque destes processos industriais. Prevê-se que a nova linha de tratamento de tempo húmido e o equipamento de ventilação e de desodorização entrem em serviço durante o primeiro trimestre de 2011.

O sistema interceptor funcionou de forma estável, permitindo um melhor desempenho global do subsistema, havendo a destacar a entrada em exploração dos novos Emissários de Monsanto (ligação de águas residuais de Lisboa, Oeiras e da Amadora, da bacia da Ribeira de Algés).

Em 2010 foram consolidadas as rotinas de exploração da rede de interceptores na sequência da reorganização concretizada em 2009, com a criação de equipa dedicada aos trabalhos na rede.

O novo Interceptor Terreiro do Paço-Cais do Sodré-Alcântara e as respectivas estações elevatórias foram concluídas, tendo-se iniciado a plena exploração desse interceptor no primeiro dia de 2011.

Subsistema de Alverca

A fase de arranque da ETAR de Alverca, iniciada no final do 2009, prolongou-se até meados de 2010, tendo sido realizada a recepção provisória a 31 de Agosto de 2010. Os resultados de tratamento foram satisfatórios, tendo 2010 sido um período de aquisição de conhecimentos e de adaptação de funcionamento da instalação. De referir que a ETAR funcionou com caudais relativamente baixos pelo facto do sistema interceptor da zona Sul do Subsistema ainda se encontrar em construção.

A ETAR iniciou o seu funcionamento com águas residuais provenientes das Estações Elevatórias de Adarse e da Quinta das Drogas, cuja exploração só passou dos SMAS de Vila Franca de Xira para a SIMTEJO, no dia 1 de Março de 2010. Estas duas instalações muito antigas, revelaram bastantes fragilidades que dificultaram o seu normal funcionamento, designadamente com a ocorrência de

duas rupturas na Conduta Elevatória do Sistema Elevatório da Quinta das Drogas, em locais de difícil acesso. Uma delas a cerca de oito metros de profundidade em terreno privado, junto da EE, e a outra sob a linha férrea do Norte (REFER). Procedeu-se às necessárias reparações, tendo, face ao mau estado global da Conduta Elevatória, efectuado integral reforço da tubagem por "relining".

A 11 de Outubro de 2010 foi colocada em funcionamento a Estação Elevatória da Verdelha, interceptando parte das águas residuais provenientes da zona Sul de Alverca do Ribatejo.

A ETAR de Alverca foi alvo de trabalhos de optimização, onde se destacam a construção de *bypass* aos tanques de equalização, de modo a permitir um melhor funcionamento em tempo seco, e a interligação de um tanque de arejamento a dois decantadores secundários (flexibilização da linha de tratamento - optimização do funcionamento hidráulico).

Subsistema de Beirolas

O Subsistema de Beirolas teve um óptimo desempenho, com caudais médios afluentes muito perto, da capacidade nominal da instalação. Este desempenho da ETAR foi muito bom, apesar das descargas de efluentes industriais, com características indevidas, que ocorreram entre Maio e Outubro.

As intervenções executadas decorrentes do "Plano de Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Beirolas" foram concluídas, tendo as válvulas de controlo de caudal na EE12 e EE13 funcionado adequadamente em tempo húmido, o que permitiu que as elevatórias se mantivessem sempre operacionais durante os eventos de maior precipitação.

A partir do final do ano, e na sequência de obras realizadas para o efeito, a ETAR passou a utilizar água residual tratada para lavagens e rega, reduzindo-se, assim, o consumo de água proveniente de um furo propriedade da Parque Expo. Esta intervenção irá permitir, igualmente, o fornecimento de água residual tratada para reutilização externa, designadamente, pela Câmara Municipal de Loures.

À semelhança do ocorrido em Alcântara, foram consolidadas as rotinas de exploração da rede de interceptores com base na equipa dedicada aos trabalhos na rede.

Subsistema de Chelas

O Subsistema manteve-se a funcionar em boas condições com excelentes resultados ao nível do tratamento. Procederam-se a optimizações na ETAR na sequência da Empreitada de Reabilitação de Edifícios e Equipamentos e Reforço da Desodorização da ETAR de Chelas realizada no ano anterior; tendo-se conseguido algumas melhorias funcionais importantes.

Para a optimização de custos foi mantido o programa de redução do consumo de ar no arejamento, tendo-se conseguido estabilizar o consumo global de electricidade, mesmo com um aumento do caudal tratado.

Em 2010 prosseguiu-se com o programa de reutilização externa de água residual tratada para lavagem de ruas e rega de árvores, através do fornecimento de água em camiões à Câmara Municipal de Lisboa, com um ligeiro aumento das quantidades fornecidas.

À semelhança do ocorrido em Alcântara e Beirolas, foram consolidadas as rotinas de exploração da rede de interceptores com base na equipa dedicada aos trabalhos na rede.

Subsistema de Frielas

Durante o ano de 2010, no seguimento das melhorias que têm sido introduzidas na ETAR, procedeu-se à reformulação da gradagem, etapa crítica na ETAR de Frielas, com a instalação de um sistema mecânico para remoção de areia dos canais de entrada.

De igual forma, foram concretizadas outras alterações na linha de tratamento, destinadas essencialmente a fiabilizar funcionalmente alguns equipamentos críticos da instalação, sendo de destacar a alteração introduzida no sistema de translação (por carris) de uma das pontes de decantação secundária, a substituição de 2 compressores de arejamento da biofiltração com introdução de variação de velocidade, e a beneficiação de uma centrífuga recuperada da antiga ETAR de Alcântara.

Em Maio de 2010 iniciou-se a reutilização externa de água residual tratada da ETAR, para o sistema de climatização do IKEA de Loures, com bons resultados.

No Estudo de Controlo de Caudais Pluviais, concluiu-se a fase III (modelação e calibração do sistema interceptor) e elaboraram-se os projectos dos órgãos de controlo de caudal das bacias de Alfoanelos, Brandoa e Calçada de Carriche.

Em termos operacionais destaca-se o início da utilização, no segundo semestre do ano, do sistema NAVIA.

Subsistema de Bucelas

A ETAR de Bucelas continua a apresentar excelentes resultados da qualidade da água tratada. Está feito o estudo para a instalação de variadores de velocidade nos parafusos de elevação, para melhor adaptação à afluência caudais em tempo pluvioso.

Subsistema de São João da Talha

No Subsistema de São João da Talha foram definidas e implementadas as novas actividades inerentes à ampliação da capacidade hidráulica da ETAR.

O ano de 2010 foi, marcado, em particular durante o segundo semestre, por sucessivas descargas de águas residuais industriais não conformes, que interferiram muito negativamente no desempenho da ETAR de São João da Talha. Estas descargas tornaram-se muito frequentes, o que obrigou a acções de correcção do funcionamento do tratamento biológico da instalação. As descargas de efluentes industriais não controlados, normalmente com valores de pH muito baixos, outras vezes demasiado altos, provocaram a degradação da biologia no interior dos tanques do tratamento secundário, com conseqüente influência negativa nos resultados globais do tratamento.

A SIMTEJO tem procedido de forma sistemática ao alerta das entidades oficiais destas descargas industriais efectuadas directamente para a rede em baixa, que não cumprem o regulamento de descargas do Município e, provocam a deterioração do tratamento biológico da ETAR. Paralelamente têm-se desenvolvido trabalhos de inspecção e controlo das descargas, em conjugação com os SMAS de Loures, com o objectivo de determinar a origem dessas mesmas descargas. Este trabalho deverá ser intensificado em 2011.

Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Nos Subsistemas de Vila Franca de Xira realça-se a consolidação do funcionamento da ETAR de Vila Franca de Xira e do sistema interceptor associado. As instalações funcionaram regularmente, com satisfatória fiabilidade e, sobretudo, com excelente desempenho, em termos de resultados de tratamento.

Os pequenos Subsistemas de Vila Franca de Xira funcionaram em regime estável, com resultados de tratamento também muito bons.

Em termos operacionais é de destacar o início da utilização do Sistema NAVIA no apoio à operação dos sistemas.

Subsistemas do Município de Mafra

As 14 ETAR geridas pela SIMTEJO no Município de Mafra apresentaram um funcionamento global bastante satisfatório, sendo, no entanto, de referir que apenas a ETAR de Alcainça continuou a evidenciar os problemas já observado em anos anteriores, devidos essencialmente a descargas industriais ilícitas.

Na sequência da entrada em serviço, em 2009, de algumas estações elevatórias no Subsistema da Póvoa da Galega, o caudal afluente à ETAR aumentou significativamente, ultrapassando já o respectivo caudal nominal de dimensionamento.

A pluviosidade elevada ocorrida em 2010 veio confirmar as dificuldades que existem na operação dos sistemas durante esses eventos. Muitas das instalações não dispõem de controlo dos caudais excessivos, registando-se, com alguma regularidade, episódios de arrastamento de lamas activadas (*wash-out*). Noutras ETAR, com especial destaque nas ETAR da Malveira e da Póvoa da Galega é muito elevada a quantidade de inertes arrastados por os caudais afluentes em tempo de chuva, que colocam problemas nos equipamentos e a situação de assoreamento de poços de bombagem e de órgãos de tratamento.

O ano de 2010 fica, também marcado, pelo início da introdução do NAVIA no apoio à operação.

9.2.1 Aspectos específicos

Caudais

A SIMTEJO tratou nas suas instalações, no ano de 2010, 109.660.384 m³ de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 300.439 m³, e representa um aumento de 14,5% face a 2009. É de referir que se voltaram a registar caudais máximos anuais em todos os Subsistemas, com excepção de São João da Talha. Os aumentos de caudal foram de 38% nos Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira, 22,8% no Subsistema de Bucelas, 19,3% no Subsistema de São João da Talha, 18,8% nos Subsistemas do Município de Mafra, 14,1% no Subsistema de Frielas, 13,3% no Subsistema de Beirolas, 11,4% no Subsistema de Alcântara e 4,7% no Subsistema de Chelas. O aumento foi particularmente significativo no Município de Vila Franca de Xira devido ao arranque da nova ETAR de Alverca do Ribatejo.

Caudais Afluentes (m³)

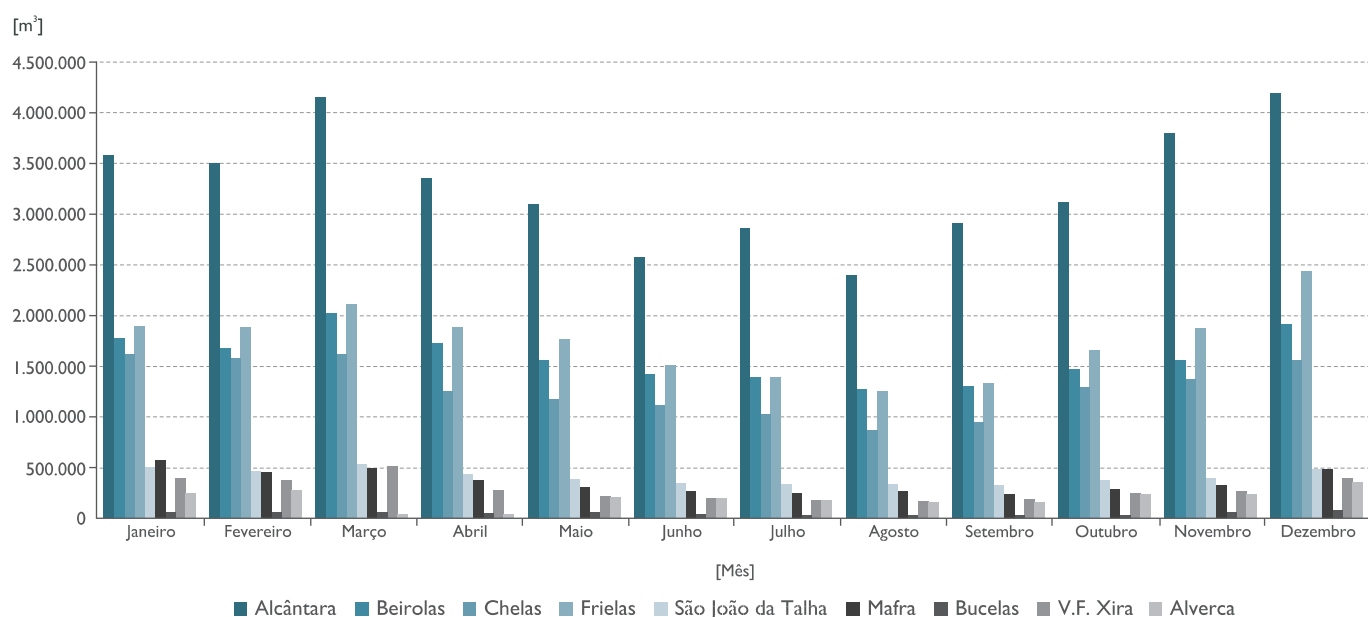
	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	3.568.400	1.770.760	1.602.619	1.882.730	467.600	558.226	51.673	390.243	245.571	10.537.822
Fevereiro	3.497.000	1.670.430	1.575.955	1.873.890	461.900	449.264	47.272	368.742	263.982	10.208.435
Março	4.149.321	2.008.180	1.612.115	2.109.860	526.190	494.458	50.830	508.745	28.889	11.488.588
Abril	3.344.800	1.714.650	1.238.747	1.878.940	433.100	362.524	44.899	273.969	28.245	9.319.874
Maió	3.079.500	1.544.970	1.167.862	1.756.660	376.970	303.963	41.269	214.770	204.911	8.690.875
Junho	2.564.900	1.409.960	1.098.702	1.501.970	338.830	260.815	30.032	190.354	188.566	7.584.129
Julho	2.855.300	1.375.830	1.017.762	1.377.760	329.900	245.827	23.956	168.371	170.255	7.564.961
Agosto	2.382.500	1.260.310	861.705	1.242.060	320.440	257.082	21.523	162.613	152.700	6.660.933
Setembro	2.902.900	1.295.620	937.889	1.319.670	315.380	221.932	20.793	174.153	155.067	7.343.404
Outubro	3.098.900	1.460.820	1.281.985	1.656.080	359.180	282.972	29.938	244.147	228.307	8.642.329
Novembro	3.788.700	1.547.810	1.361.937	1.864.560	387.480	315.974	53.488	258.847	229.017	9.807.813
Dezembro	4.177.700	1.906.470	1.552.409	2.422.290	478.240	469.087	68.394	392.185	344.446	11.811.221
Total	39.409.921	18.965.810	15.309.687	20.886.470	4.795.210	4.222.124	484.067	3.347.139	2.239.956	109.660.384

Notas:

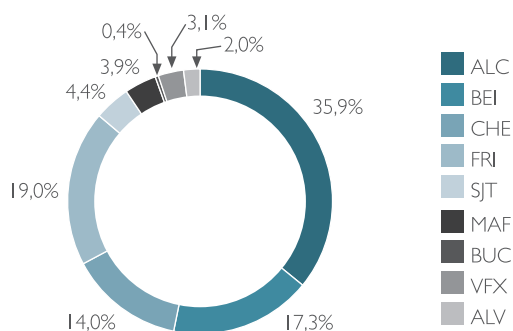
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Caudais Afluentes (m³)



Repartição de Caudais por Subsistema



Os caudais elevados aumentaram 33% relativamente a 2008 em particular devido à subida registada em Alcântara.

Caudais Elevados (m³)

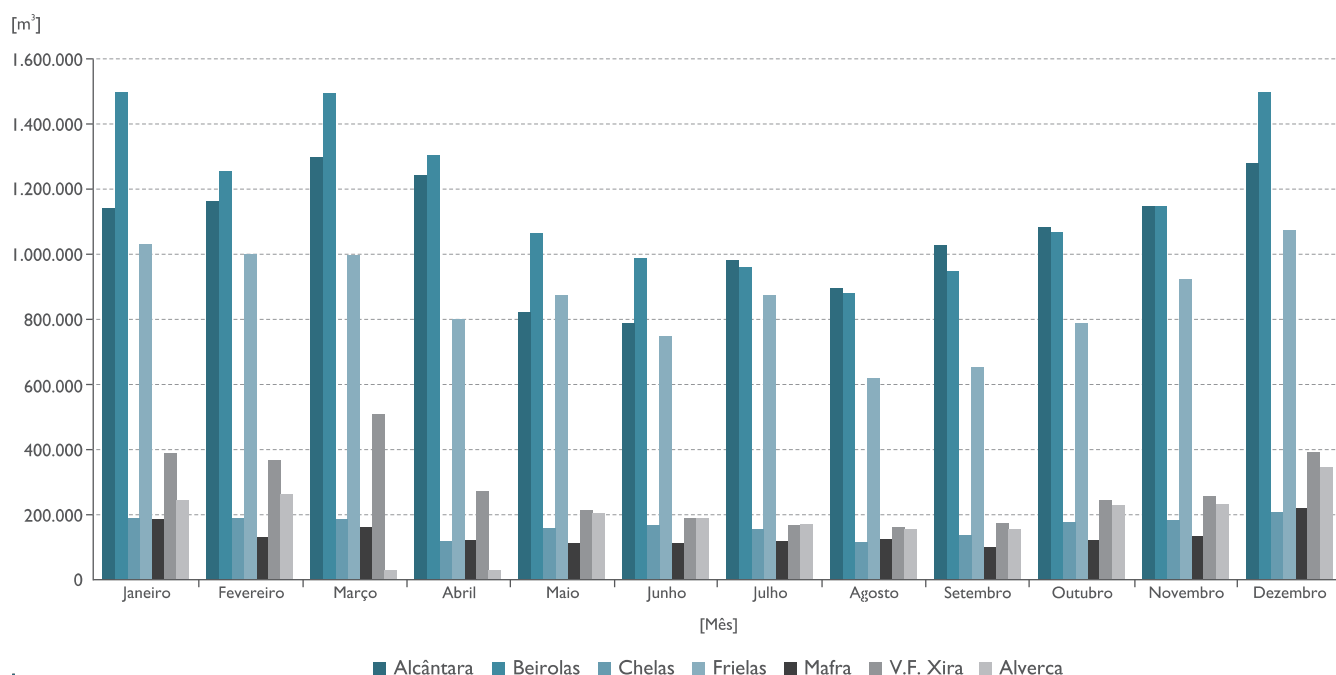
	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	Mafra ⁽¹⁾	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	1.137.420	1.491.392	186.408	1.026.551	180.010	387.583	245.571	4.654.935
Fevereiro	1.160.424	1.251.043	183.975	992.730	127.606	365.942	263.982	4.345.702
Março	1.292.058	1.488.353	181.897	992.730	156.860	506.005	28.889	4.646.792
Abril	1.239.660	1.302.177	116.129	799.730	117.571	271.579	28.245	3.875.091
Mai	816.642	1.059.262	153.861	870.839	107.000	212.725	204.911	3.425.240
Junho	780.858	981.329	161.071	744.770	107.377	188.524	188.566	3.152.495
Julho	976.392	955.550	149.047	872.075	113.162	166.811	170.255	3.403.292
Agosto	892.044	874.842	111.817	612.831	120.286	161.273	152.700	2.925.793
Setembro	1.022.400	944.014	131.831	649.570	96.095	172.728	155.067	3.171.705
Outubro	1.078.632	1.064.045	170.824	784.324	115.843	242.552	228.307	3.684.527
Novembro	1.141.254	1.141.432	178.954	919.019	128.929	257.122	229.017	3.995.727
Dezembro	1.275.444	1.491.513	204.005	1.068.960	215.380	389.945	344.446	4.989.693
Total	12.813.228	14.044.952	1.929.819	10.334.129	1.586.119	3.322.789	2.239.956	46.270.992
Caudal elevado (% Caudal tratado)	32,5	74,1	12,6	49,5	NA	NA	100,0	42,2

Notas:

(1) Inclui os Subsistemas de Alcainça, Ericeira, Mafra e Póvoa da Galega

(2) Inclui os Subsistemas de Vila Franca de Xira e Rondulha

Caudais Elevados (m³)



Remoção de Areias, Gradados e Gorduras

No ano de 2009 foram removidas das águas residuais tratados 2.714 toneladas de areias e 1.786 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo respectivamente a aumentos de 50,3% e 10,7% face ao ano anterior. Em termos de areias o principal aumento registou-se em Alcântara onde a sua quantidade cresceu 180%. Em termos de remoção específica de areias, verifica-se que a ETAR de São João da Talha (0,031 kg/m³) continua a apresentar valores mais elevados, juntando-se agora, Alcântara e Chelas com o mesmo valor. Na remoção específica de gradados/gorduras, o valor mais alto foi na ETAR de Alverca (0,051 kg/m³).

Remoção de Resíduos (kg/m³)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Bucelas	Mafra ⁽¹⁾	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca
Remoção específica de Areias	0,031	0,023	0,031	0,016	0,031	0,000	0,019	0,003	0,018
Remoção específica de Gradados e Gorduras	0,013	0,022	0,012	0,016	0,021	0,037	0,019	0,021	0,051

Notas:

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Remoção de Lamas

A produção de lamas atingiu em 2010 as 72.330 toneladas, o que representa um aumento de 6,2% face aos valores de 2009, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 44,3% do total (38,0% em 2009 do total), seguido de Frielas com 14,2% (19,4% em 2009). O aumento do peso relativo da ETAR de Alcântara está relacionado com o facto de a ETAR ter funcionado todo o ano com tratamento biológico. As lamas das ETAR de Mafra, Malveira e Ericeira apresentam teores de matéria seca inferiores às das restantes ETAR por utilizarem filtros banda na desidratação das lamas, em vez das centrífugas usadas nas outras instalações de maior dimensão.

Remoção de Lamas (ton.)

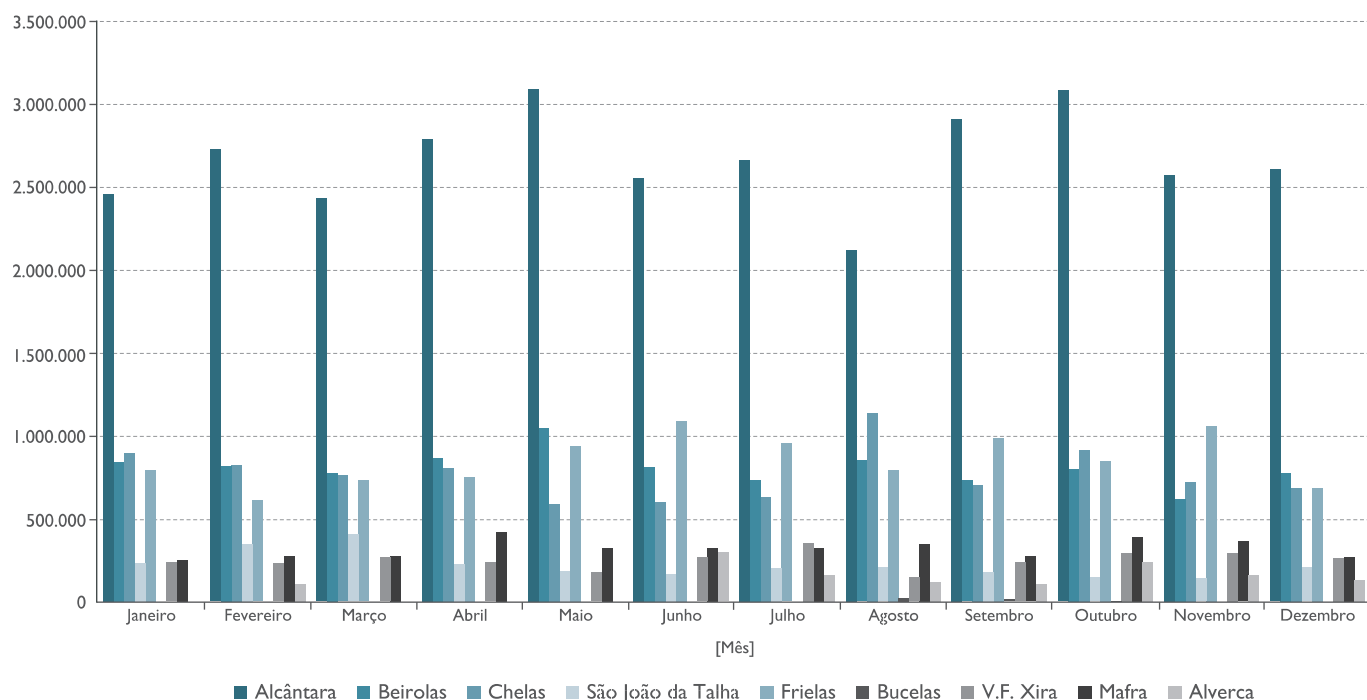
	Alcântara	Beirolas	Chelas	S. J. da Talha	Frielas	Bucelas	V.F.Xira ⁽¹⁾	Mafra ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	2.460,77	846,72	903,46	236,34	801,20	0,00	240,03	255,00	0,00	5.743,5
Fevereiro	2.731,05	821,46	831,00	351,54	613,56	0,00	235,59	255,00	108,08	5.947,3
Março	2.433,10	778,26	763,65	410,54	734,34	0,00	269,91	280,00	0,00	5.669,8
Abril	2.790,54	871,68	810,02	232,18	754,38	0,00	240,01	423,00	0,00	6.121,8
Maio	3.089,95	1.050,98	590,72	190,86	943,32	0,00	179,96	325,00	0,00	6.370,8
Junho	2.553,68	816,30	606,38	170,74	1.094,40	0,00	269,81	325,00	297,46	6.133,8
Julho	2.665,08	735,54	633,00	206,56	955,22	0,00	356,69	325,00	164,54	6.041,6
Agosto	2.121,68	854,42	1.140,12	209,04	797,90	24,00	149,59	350,00	122,28	5.769,0
Setembro	2.909,85	734,26	708,04	184,20	988,92	18,00	239,99	275,00	109,58	6.167,8
Outubro	3.083,63	805,02	918,08	149,76	852,36	6,00	300,00	393,00	242,94	6.750,8
Novembro	2.573,00	623,20	727,64	140,20	1.066,32	0,00	299,18	368,00	165,26	5.962,8
Dezembro	2.608,46	776,30	689,46	208,34	689,66	0,00	270,15	274,00	134,64	5.651,0
Total	32.020,8	9.714,1	9.321,6	2.690,3	10.291,6	48,0	3.050,9	3.848,0	1.344,8	72.330,1

Notas:

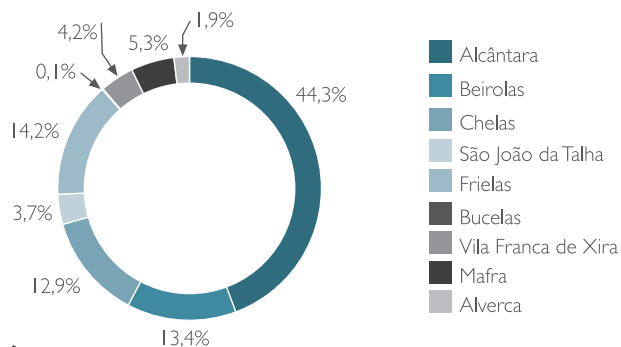
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

Remoção de Lamas (ton.)



Repartição da Produção de Lamas (%)



Energia

Em 2010 consumiram-se cerca de 46,5 milhões de kWh, o que traduz um aumento de 5,7 milhões de kWh face a 2009 (mais 14%). Este incremento foi, uma vez mais, devido, essencialmente, ao aumento do consumo registado em Alcântara, em resultado do tratamento biológico ter, pela primeira vez, funcionado a todo o ano. O aumento de consumo registado em Alcântara foi de 4,8 milhões de kWh, valor que acrescido ao aumento de 1,7 milhões de kWh verificado em Alverca (subsistema sem consumos em 2009), resulta num aumento de 6,5 milhões de kWh, valor superior ao aumento global. Nos restantes subsistemas registou-se uma redução importante. De facto, à estabilização dos consumos em Beirolos e Chelas, junta-se a forte redução (em 18,1%) verificada no Subsistema de Frielas, segundo maior consumidor absoluto. Em sentido contrário foram as variações de consumo em Mafra (+14,5%), Vila Franca de Xira (14,9%) e São João da Talha (+12,5%), estes aumentos ficaram a dever-se nos dois primeiros casos, aos aumentos de caudal, ao passo que em São João da Talha os mesmos se devem também à alteração da linha de tratamento, implementada no ano transacto com a transformação do tanque de homogeneização em tanque de equalização, onde devido à variação do nível de líquido é necessário elevar os caudais para a decantação primária através da bombagem.

Energia Consumida (kWh)

	Alcântara	Beirolos	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	1.270.859	483.094	579.140	546.941	267.024	309.348	40.595	149.713	90.078	3.646.714
Fevereiro	1.166.501	427.484	465.835	760.451	241.449	282.062	32.860	144.552	134.717	3.521.194
Março	1.295.803	502.454	618.044	704.610	256.144	332.391	31.985	157.858	69.995	3.899.289
Abril	1.237.806	594.950	557.182	782.653	235.672	271.887	28.016	136.581	38.842	3.844.747
Maiο	1.248.580	535.770	568.627	778.503	248.855	310.851	54.823	138.883	159.377	3.884.892
Junho	1.111.015	524.060	548.472	634.604	248.017	301.419	27.711	135.939	166.912	3.531.237
Julho	1.173.765	516.639	590.340	759.570	260.266	276.102	20.907	133.136	189.107	3.730.725
Agosto	1.113.665	472.343	550.182	767.857	258.011	338.174	17.814	109.265	194.236	3.627.311
Setembro	1.198.255	492.756	545.683	765.373	230.406	265.878	18.490	100.543	191.299	3.617.384
Outubro	1.263.433	456.064	565.387	857.770	245.640	260.720	23.561	136.898	217.675	3.809.473
Novembro	1.203.545	411.838	534.305	857.899	243.632	326.206	33.750	126.260	204.171	3.737.435
Dezembro	1.374.505	520.450	557.170	679.924	253.101	306.453	27.180	151.094	202.594	3.869.877
Total	14.657.732	5.937.902	6.680.367	8.896.155	2.988.217	3.581.491	357.692	1.620.722	1.859.003	46.579.281
kWh/m ³	0,372	0,313	0,436	0,426	0,623	0,848	0,739	0,484	0,830	0,425

Notas:

Energia Consumida nos subsistemas, incluindo os consumos registados nas estações elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Eléctrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolos, Chelas, Frielas e São João da Talha)

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

No que diz respeito ao custo da energia, ocorreu um aumento de cerca de 26%, maior aumento, portanto, que o respectivo consumo. Apesar de em Alcântara, Mafra e Vila Franca de Xira o aumento de custo ter sido idêntico ao aumento de consumo, em Beirolos, Chelas, São João da Talha e Frielas o aumento de custo foi superior; resultado da redução da produção interna de energia (consumiu-se mais energia comprada à rede eléctrica em detrimento de energia produzida internamente).

Custo da Energia Consumida (euros)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	110.833,20	33.174,42	44.596,85	54.973,93	19.307,76	28.921,20	3.487,99	15.333,17	8.879	319.507,32
Fevereiro	102.993,12	29.882,84	34.907,30	50.037,92	15.699,30	27.187,35	2.927,08	15.069,38	12.114	290.818,55
Março	114.932,40	39.174,36	46.458,72	46.764,52	14.268,95	32.467,82	2.933,16	16.036,43	7.462	320.498,70
Abril	110.533,63	37.993,09	38.298,89	55.507,30	14.954,71	27.770,56	2.561,21	14.206,55	4.894	306.719,88
Maió	110.571,56	34.753,71	41.145,47	52.976,14	15.605,39	31.892,37	4.801,93	14.114,70	15.284	321.145,65
Junho	98.534,91	35.540,48	39.826,50	56.667,62	15.924,43	31.351,96	2.558,95	13.704,57	15.755	309.864,90
Julho	107.589,44	38.472,61	43.763,95	71.795,80	17.063,41	28.475,25	2.013,58	13.575,58	17.753	340.503,03
Agosto	98.336,77	32.401,57	39.995,09	73.317,77	18.346,27	35.359,59	1.752,91	12.743,68	18.328	330.581,99
Setembro	108.876,98	35.539,07	38.990,09	72.463,58	16.476,33	28.044,37	1.793,69	12.846,05	18.072	333.102,35
Outubro	108.080,70	27.505,96	38.031,71	82.518,49	15.435,91	26.896,72	2.078,55	13.555,50	19.722	333.825,14
Novembro	106.910,93	29.042,97	39.809,63	75.515,02	16.551,58	33.044,93	3.034,20	13.641,75	18.967	336.518,23
Dezembro	119.192,83	39.358,67	41.514,64	61.169,17	14.037,41	32.638,88	2.481,98	15.101,80	18.804	344.299,24
Total	1.297.386,47	412.839,74	487.338,83	753.707,25	193.671,45	364.051,00	32.425,25	169.929,17	176.035,82	3.887.384,98
Euro/kWh	0,0885	0,0695	0,0730	0,0847	0,0648	0,1016	0,0907	0,1048	0,0947	0,0835

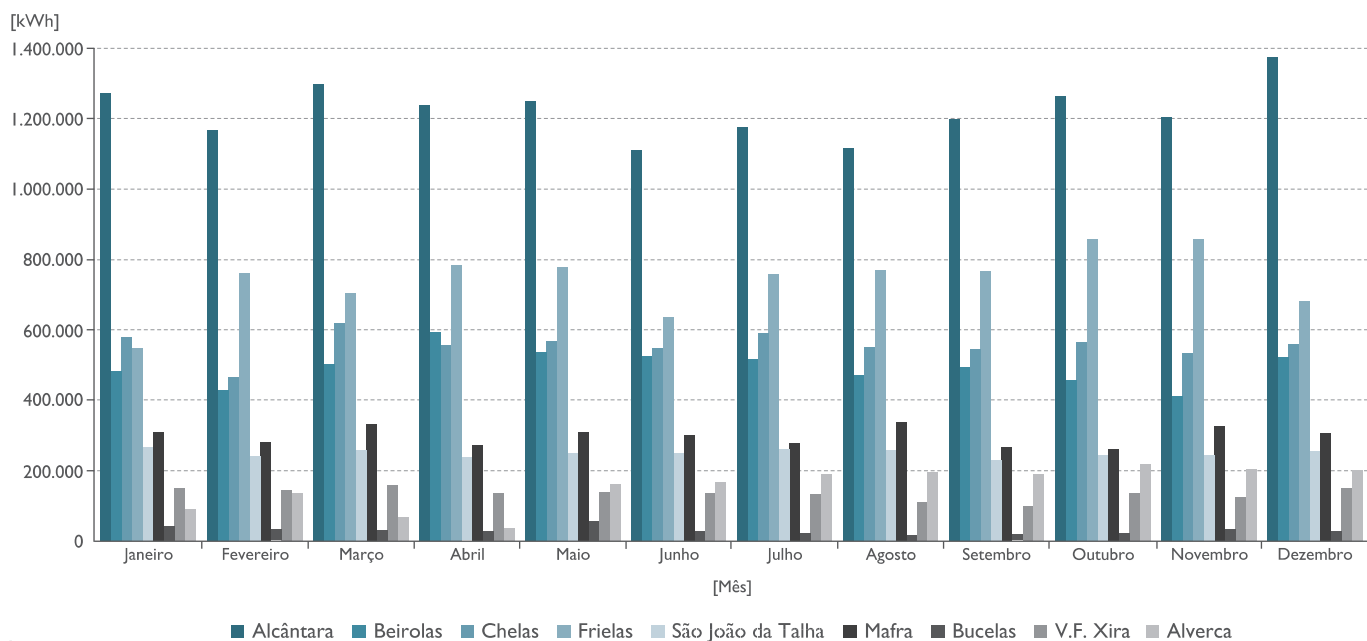
Notas:

Energia Consumida nos subsistemas, incluindo os consumos registados nas estações elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Eléctrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas e São João da Talha)

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Energia Consumida (kWh)



Energia Produzida internamente e respectiva Taxa de Cobertura

	Beirolas		Chelas		Frielas		S. J. da Talha	
	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)
Janeiro	140.130	29,0	74.040	12,8	31.313	5,7	25.661	9,6
Fevereiro	95.710	22,4	77.940	16,7	189.245	24,9	50.548	20,9
Março	76.370	15,2	82.440	13,3	224.022	31,8	88.627	34,6
Abril	179.520	30,2	119.580	21,5	190.598	24,4	57.343	24,3
Maior	165.870	31,0	115.360	20,3	234.720	30,2	61.042	24,5
Junho	161.741	30,9	92.880	16,9	49.367	7,8	69.165	27,9
Julho	166.290	32,2	82.560	14,0	0	0,0	55.868	21,5
Agosto	147.740	31,3	93.360	17,0	0	0,0	41.944	16,3
Setembro	133.940	27,2	105.600	19,4	0	0,0	39.522	17,2
Outubro	156.960	34,4	129.360	22,9	0	0,0	54.383	22,1
Novembro	104.360	25,3	89.700	16,8	0	0,0	56.941	23,4
Dezembro	84.850	16,3	69.480	12,5	0	0,0	94.875	37,5
Total	161.3481	27,2	1.132.300	16,9	919.265	10,3	695.919	23,3

No ano de 2010 verificou-se a redução da produção de energia nas cogerações de todas as ETAR. Esta situação foi particularmente significativa em termos absolutos e relativos na ETAR de Frielas onde o processo de digestão anaeróbia sofreu perturbação processual que resultou na degradação da qualidade do biogás, impedindo a sua utilização nos motores. O desempenho nas restantes ETAR foi marcado por problemas mecânicos nos motores de cogeração, todos eles com um número muito elevado de horas de funcionamento. A SIMTEJO iniciou, entretanto, um programa de reabilitação funcional dos grupos, e está previsto para 2011 a elaboração de estudo técnico-económico comparativo para avaliar as alternativas a adoptar entre a realização de grandes reparações nos motores dos grupos geradores, ou a sua integral substituição, por outros grupos de melhor rendimento.

Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2010 um aumento de cerca de 2,3% do custo de reagentes, tendo o custo em Alcântara (responsável por 67% do total) subido apenas 1,7%. Para o aumento do custo contribuiu, também, Alverca, que pela primeira vez teve custos associados a consumo de reagentes.

Custo de Reagentes (euros)

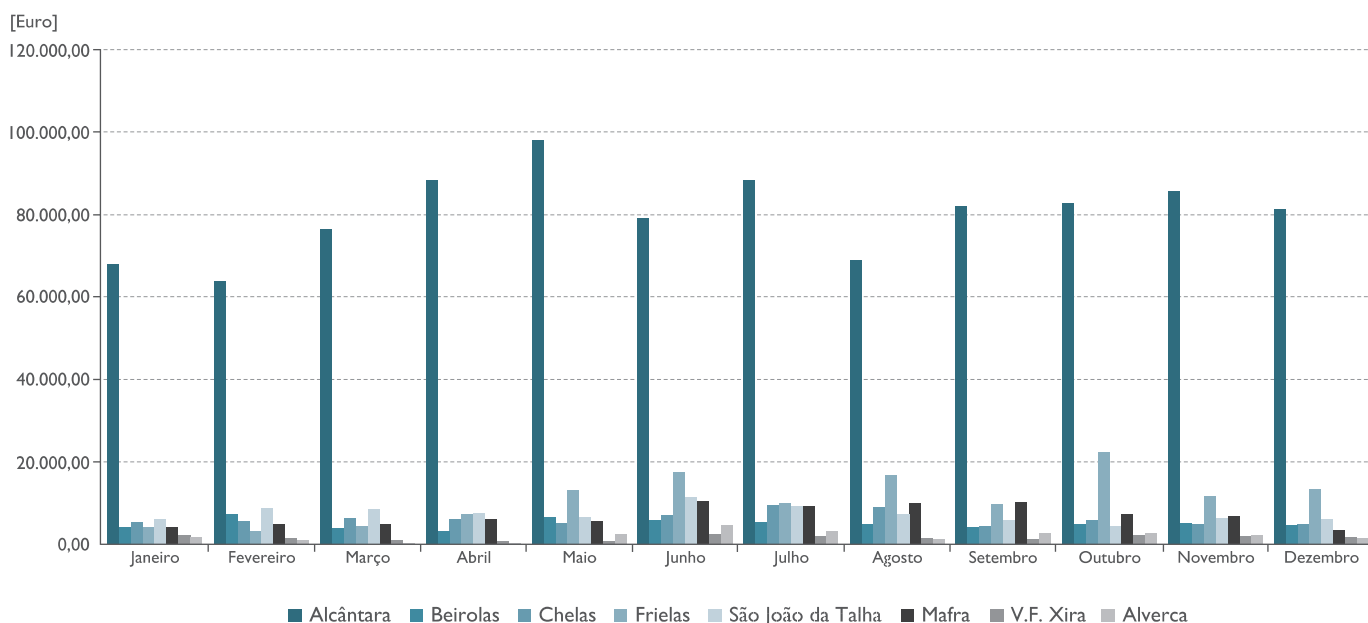
	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafrá ⁽¹⁾	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	68.031,42	4.220,65	5.393,15	4.115,00	6.149,21	4.213,80	2.137,89	1.648,68	95.909,80
Fevereiro	63.919,85	7.300,18	5.653,87	3.124,00	8.655,94	4.810,44	1.349,43	1.157,31	95.971,02
Março	76.616,05	3.793,42	6.312,55	4.544,00	8.540,41	4.976,57	1.137,37	200,37	106.120,73
Abril	88.535,60	3.086,73	6.106,33	7.321,83	7.433,20	6.054,02	866,75	192,85	119.597,31
Maior	98.282,73	6.605,46	5.214,93	12.971,86	6.469,09	5.467,20	989,07	2.308,16	138.308,49
Junho	79.303,98	5.750,12	6.942,93	17.361,36	11.344,47	10.485,39	2.392,05	4.559,80	138.140,10
Julho	88.582,32	5.256,27	9.272,53	9.928,55	9.351,47	9.242,15	1.978,84	3.196,98	136.809,10
Agosto	69.046,63	4.980,65	8.951,43	16.715,02	7.229,80	9.886,10	1.497,04	1.300,52	119.607,19
Setembro	82.270,03	4.026,90	4.337,56	9.765,34	5.867,17	10.225,50	1.235,84	2.700,15	120.428,51
Outubro	83.008,38	5.026,41	5.681,41	22.434,40	4.462,22	7.472,76	2.138,13	2.641,97	132.865,68
Novembro	85.771,41	5.126,42	4.886,11	11.714,68	6.391,93	6.765,67	1.975,81	2.135,25	124.767,29
Dezembro	81.500,25	4.502,76	4.925,51	13.417,21	6.020,92	3.526,71	1.775,64	1.386,07	117.055,06
Total	964.868,65	59.675,98	73.678,31	133.413,25	87.915,84	83.126,30	19.473,85	23.428,10	1.445.580,27

Notas:

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafrá

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Custo de Reagentes (euros)



Água Potável

No ano de 2010 registou-se uma diminuição de 79,5% no consumo da água potável, a que correspondeu uma diminuição de custo de 72,5%. O Subsistema de Alcântara foi o principal responsável por esta redução, tendo registado diminuições de cerca de 89%, quer em consumo, quer em custo. Com excepção de Alverca (nova instalação), Vila Franca de Xira e Beirolas, registaram-se reduções de consumo em todos os outros subsistemas, com particular destaque em Frielas (segundo maior consumidor) onde a redução foi de cerca de 50%.

Custo de Água Potável (euros)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra ⁽¹⁾	Bucelas	V.F.Xira ⁽²⁾	Alverca	Total
Janeiro	3.643,24	3.325,98	1.321,84	3.059,35	1.418,00	1.690,86	157,29	1.624,78	3.877,96	20.119,30
Fevereiro	4.206,55	4.285,00	2.129,34	2.062,26	1.290,76	1.715,20	29,42	3.636,34	862,92	20.217,78
Março	7.408,41	3.332,25	1.405,31	2.920,39	68,44	2.307,82	14,25	3.917,77	461,12	21.835,75
Abril	5.135,08	3.454,71	907,41	3.439,44	138,32	3.116,78	74,93	4.060,59	1.326,90	21.654,17
Maio	5.632,34	2.390,43	2.011,44	3.877,51	122,37	2.238,94	651,74	3.392,67	1.920,67	22.238,12
Junho	7.354,27	2.484,14	723,54	2.914,61	118,81	2.485,12	357,13	3.609,34	1.861,22	21.908,18
Julho	6.354,47	2.019,69	1.062,23	2.581,58	128,87	2.121,14	129,55	1.886,22	1.909,59	18.193,35
Agosto	5.826,60	2.231,53	985,97	5.566,36	138,95	1.937,56	431,57	1.722,75	3.354,38	22.195,67
Setembro	4.595,79	2.499,06	896,97	3.210,51	132,24	2.062,46	2.521,98	4.235,75	1.389,41	21.544,17
Outubro	12.956,14	2.718,50	820,62	2.425,63	132,07	2.545,90	366,37	3.382,85	1.988,37	27.336,45
Novembro	8.372,36	2.402,01	1.023,12	2.057,30	132,07	2.938,87	10,86	4.102,96	1.809,60	22.849,15
Dezembro	7.683,76	4.459,60	1.020,16	2.325,98	115,45	1.809,92	11,20	2.375,13	1.499,79	21.300,99
Total	79.169,01	35.602,89	14.307,95	36.440,94	3.936,35	26.970,56	4.756,29	37.947,15	22.261,93	261.393,07

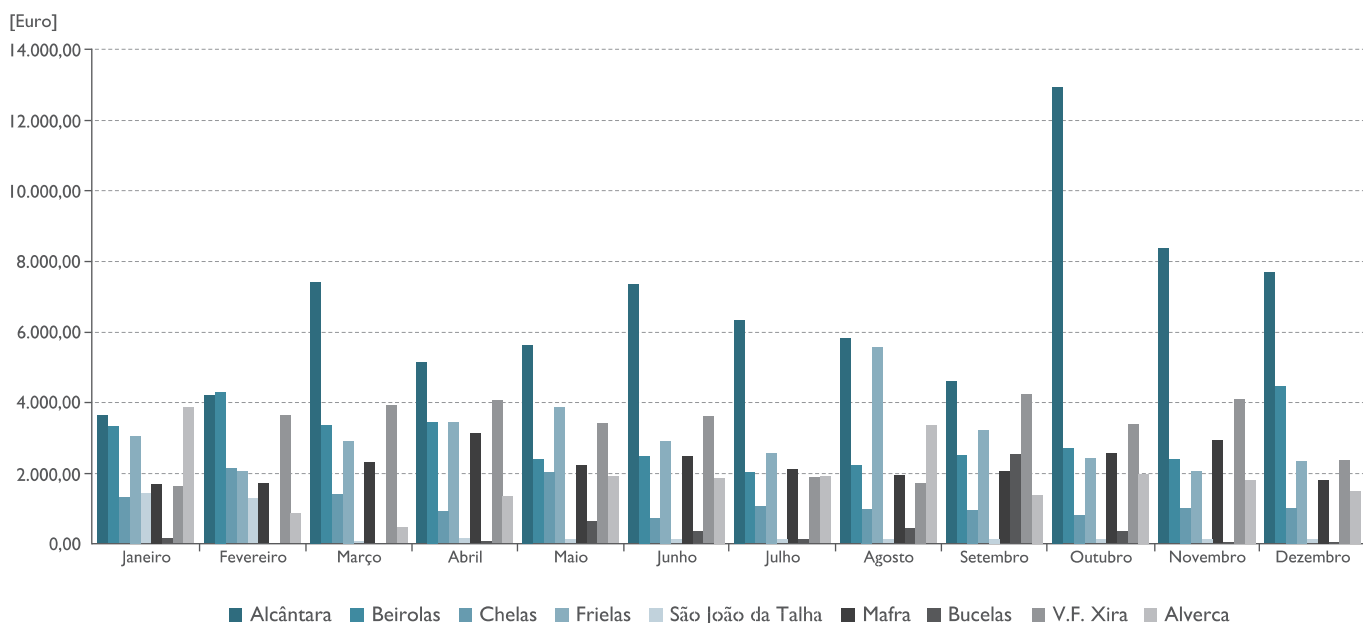
Notas:

Inclui os consumos da ETAR e das EE de cada subsistema

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira

Consumo de Água Potável (euros)



Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, mantendo-se as ETAR de Frielas, São João da Talha e Alcainça como as instalações com maiores dificuldades na obtenção sistemática de resultados satisfatórios, devido à forte contribuição de águas residuais industriais, que aí afluem.

9.3 Manutenção

Durante o ano de 2010, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, preditiva, correctiva e de reparação.

Procedeu-se também ao arranque do Sistema de Manutenção e Gestão de Activos (sistema Máximo) na vertente manutenção curativa, em uso no Grupo Águas de Portugal.

Procedeu-se à execução prática dos planos de manutenção preventiva e dos planos de lubrificação. Efectuaram-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

Das reparações e substituições de equipamentos efectuadas destacam-se as seguintes:

- Reparação geral de uma centrífuga da ETAR de Frielas;
- Instalação de dois novos sobreprensos na biofiltração da ETAR de Frielas;
- Reabilitação e colocação em serviço dos equipamentos para secagem frigorífica de biogás da ETAR de Frielas;
- Instalação de carris numa ponte raspadora da decantação secundária da ETAR de Frielas;
- Reparação de três bombas de recirculação de lamas da ETAR de Frielas;
- Reparação geral do tamisador da EE da Granja/Alpriate;
- Reparação geral do purificador de biogás da ETAR de Chelas;
- Substituição das válvulas de pressão/depressão e corta chamas dos digestores da ETAR de Chelas;
- Reparação da plataforma hidráulica da EE10 do Interceptor de Chelas;
- Reparação dos vedantes das camisas dos cilindros do grupo de cogeração n.º1 da ETAR de Beirolas;
- Reparação da plataforma hidráulica da EE15 do Interceptor de Beirolas;
- Reparação da plataforma hidráulica da EE17 do Interceptor de Beirolas;
- Substituição de ponte raspadora do espessador da ETAR de São João da Talha;
- Aquisição de novos compressores de agitação de biogás na digestão da ETAR de São João da Talha;
- Reparação dos recuperadores de calor dos gases de escape dos grupos de cogeração da ETAR de São João da Talha;
- Substituição de tubagem de injeção de ar nos desarenadores da ETAR de São João da Talha;

- Reparação geral do tamisador da ETAR de Mafra;
- Revisão geral dos microtamisadores das ETAR de Mafra, Malveira e Ericeira;
- Aquisição e transformação de duas viaturas Opel Vívoro, uma de apoio à rede de colectores e outra de apoio oficial às instalações dos Subsistemas de Vila Franca de Xira e Alverca do Ribatejo.

9.4 Qualidade

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido e à obtenção da Certificação nos referenciais normativos NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho), a SIMTEJO reforçou o seu modelo de gestão no âmbito definido alcançando um excelente resultado na 1ª Auditoria de Acompanhamento em 2010.

O empenho de todos os colaboradores da Empresa foi reconhecido e indispensável à preparação dos objectivos para 2011 neste capítulo, com metas definidas para o alargamento do âmbito geográfico da Certificação, de modo a globalizar a confirmação da prestação de um serviço de qualidade, com o devido respeito pelo meio envolvente e o enfoque nos colaboradores e outras Partes Envolvidas.

9.5 Laboratórios

Durante o ano de 2010 foram recebidas 10.858 amostras, tendo sido realizados 38.826 ensaios de rotina e 678 ensaios extra, nas duas Unidades Laboratoriais. Foram subcontratados cerca de 1.710 ensaios, sendo que 90% do peso de subcontratação se encontra alocado aos planos de rotina e destes, 53% corresponde ao programa de auto-controlo de lamas desidratadas, para efeitos de avaliação da conformidade legal.

O trabalho desenvolvido inscreve-se no âmbito do cumprimento dos planos analíticos pré-estabelecidos com a área de Exploração e Clientes Municipais (ECM), tendo ainda sido garantido o controlo analítico no âmbito de solicitações extras efectuadas. Deu-se continuidade ao acompanhamento analítico ao nível dos projectos de reutilização, sobretudo no que respeita ao controlo microbiológico das águas tratadas.

Refere-se como factos relevantes para a análise dos dados apresentados, em termos de volume de trabalho, o facto de o Laboratório ter passado a assegurar o controlo analítico da ETAR de Alverca, com programa intensivo de acompanhamento, assim como o controlo analítico inerente à extensão do processo de tratamento da ETAR de Alcântara e a extensão do programa de controlo de lamas desidratadas, este último representando um acréscimo considerável no recurso à área técnica instrumental de Absorção Atómica.

O Laboratório integrou também a equipa envolvida no projecto WW4, no âmbito do programa LIFE Ambiente, tendo participado na planificação dos trabalhos a desenvolver e na realização da amostragem e dos ensaios da fase de caracterização inicial.

Em Maio entrou em funcionamento a primeira fase da nova plataforma de consulta de resultados via Web, INLABLims, através da qual a área de ECM tem acesso aos resultados logo que os mesmos se encontram disponíveis, podendo aceder fora da área de serviço da Empresa.

Os indicadores de desempenho do Laboratório registaram índices de 94,0% de cumprimento para o prazo de execução dos ensaios, aferido a partir da disponibilização dos dados na plataforma INLABLims, com uma taxa de resultados provisórios confirmados de 98,5%, sendo que nos 6% de situações em que o prazo não se cumpriu, o número médio de dias de atraso foi de dois.

No primeiro semestre de 2010 decorreram a auditoria interna, realizada pela Relacre, e externa pelo IPAC.

Manteve-se a Acreditação das duas unidades, para os parâmetros: pH, Sólidos Totais e Sólidos Voláteis (matriz águas residuais e lamas), Sólidos Suspensos Totais, Sólidos Suspensos Voláteis, Sólidos Suspensos Fixos, Carência Química de Oxigénio, Carência Bioquímica de Oxigénio, Azoto Amoniacal, Azoto Kjeldhal, Nitratos, Fósforo Total (matriz águas residuais). Na Unidade de Beirolas, em exclusivo, para o parâmetro Cloretos (matriz águas residuais), Cádmio, Cobre, Níquel, Chumbo, Zinco, Crómio (matriz lamas). Na unidade de Frielas, em exclusivo, a Acreditação para os parâmetros: Bactérias Coliformes Termotolerantes, Escherichia coli, Salmonela e Enterococos na matriz águas residuais tratadas, de acordo os termos aplicáveis do designado na Circular do IPAC nº 2 de 2009.

Salienta-se que a auditoria IPAC foi de renovação, dando início a um novo ciclo de acompanhamento de três anos, no âmbito da qual foram extensivamente auditados a maioria dos parâmetros englobados na Acreditação, tendo decorrido de forma muito positiva.

Em Novembro de 2010 o Laboratório integrou o ciclo de auditorias no âmbito do processo de Certificação em Qualidade Ambiente e Segurança, mantendo-se englobado no mesmo.

A área de Laboratórios participou ainda em ensaios inter-laboratoriais, promovidos pela entidade IELAB, nas matrizes águas residuais, lamas e ensaios promovidos pelo programa QWAS, na matriz lamas. Na área de microbiologia, a Unidade Laboratorial de Frielas participou ainda no Circuito QM (AquacheK), nos parâmetros: Bactérias Coliformes, Bactérias Coliformes Termotolerantes, Escherichia coli, Salmonelas, e Enterococos. O desempenho foi considerado globalmente satisfatório em toda esta participação.

Deu-se continuidade ao programa de apoio a estágios profissionais, tendo sido orientados um estágio profissional de 12º ano e um segundo ao nível da licenciatura, este último dando início aos ensaios prévios para implementação de métodos alternativos para os parâmetros Carência Bioquímica, Sólidos Totais e Sólidos Suspensos Totais.

Procedeu-se à elaboração de um cadastro de equipamentos de amostragem, instalados em cada ETAR, com vista à melhoria na gestão de funcionamento deste tipo de dispositivos, estando em fase de estruturação, um plano de verificação para os amostradores automáticos.

O convite da Relacre, a SIMTEJO, através do Laboratório - Unidade de Beirolas, integrou como entidade organizadora/participante, o ensaio inter-laboratorial de amostragem de águas residuais realizado em Novembro.

O Laboratório colaborou ainda com uma entidade formadora externa na realização de acção de formação no âmbito da microbiologia, tendo a mesma sido aberta a participantes externos e decorrido na Unidade Laboratorial de Frielas.

Deu-se início à prestação de serviços para cliente externo, como apoio a Empresa do Grupo AdP.

9.6 Comunicação e Educação Ambiental

No ano de 2010, a área de Comunicação e Imagem deu a conhecer a missão da SIMTEJO, o seu crescimento, os seus resultados e as acções que protagoniza e sensibilizou as populações locais para os benefícios e condicionamentos das empreitadas. Coordenou ainda a comunicação interna e externa da Empresa.

Assim, e em conformidade com os objectivos estabelecidos, foram desenvolvidas diversas actividades, das quais se destacam:

Planeamento e execução de campanhas de comunicação das obras

A realização de empreitadas pela Empresa afecta a rotina dos munícipes, o que torna necessário o diálogo constante com a comunidade. Assim, os Municípios, as populações afectadas, os moradores e os comerciantes são informados da finalidade das obras e duração e também são sensibilizados para a importância de melhorar as condições ambientais.

A comunicação da empreitada que se realizou no Cais do Sodré/Alcântara, em Lisboa, é um dos exemplos da actuação do Gabinete de Comunicação e Imagem da SIMTEJO. A comunicação da obra destacou a recuperação do rio com o facto dos esgotos de 120 mil lisboetas deixarem de ser lançados ao Tejo sem tratamento.



Implementação do Programa de Educação Ambiental

O Programa Educativo "Ama a Água" da SIMTEJO tem o objectivo de sensibilizar as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e a população em geral para a importância da água e da sua preservação. Este Programa é essencial para que os cidadãos compreendam a ligação entre a água, enquanto recurso escasso e essencial à vida, e o impacto do ser humano no ambiente.

As escolas inscritas na iniciativa “A aventura da água - em busca da tampa perdida” recebem diversos materiais pedagógicos, podem participar num concurso escolar e aceder ao blogue (<http://ama-a-agua-SIMTEJO.com>).



Desenvolvimento de acções de responsabilidade social

Realização da “2.ª Regata SIMTEJO/Metro” no Rio Tejo que teve como objectivo promover o trabalho da Empresa ao nível da despoluição dos recursos hídricos. Durante a regata foi ainda feita uma recolha de donativos para apoiar o projecto “Vela Para Todos” da Federação Portuguesa de Desporto e do Náutico Clube Boa Esperança.



Participação no projecto de responsabilidade social lançado pelo Jardim Zoológico de Lisboa, visando incentivar entidades públicas e privadas a contribuir para o bem-estar dos seus animais e para a conservação das espécies em habitat natural. Neste projecto, a SIMTEJO apadrinhou um flamingo e organizou uma visita ao Jardim Zoológico com os filhos dos colaboradores da Empresa.



Acompanhamento das visitas de carácter institucional

O Gabinete de Comunicação e Imagem apoia o Conselho de Administração em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à Empresa e às ETAR.

Durante as visitas institucionais são disponibilizados dados sobre a actividade da SIMTEJO e materiais informativos.



Gestão das relações com os Órgãos de Comunicação Social

O Gabinete de Comunicação e Imagem desenvolve um trabalho de assessoria de imprensa, coordenando a informação da Empresa com os Órgãos de Comunicação Social (OCS).

A gestão das relações com os meios de comunicação social envolve potenciar a cobertura da SIMTEJO nos OCS, elaborar e divulgar comunicados de imprensa, disponibilizar informação aos jornalistas e gerir situações de crise.



Desenvolvimento de acções de comunicação interna

A SIMTEJO considera importante desenvolver acções de comunicação interna que potenciem a relação entre os colaboradores.

Na acção de motivação Empresarial, os colaboradores da SIMTEJO puderam participar em algumas actividades como *Paintball*, *Foot-Voley* e *Batalha Medieval*. No âmbito do apadrinhamento do flamingo, a SIMTEJO organizou uma visita com os colaboradores e os seus filhos ao Jardim Zoológico de Lisboa.



Implementação de campanhas publicitárias

O Gabinete de Comunicação e Imagem define e implementa campanhas publicitárias referentes às iniciativas e obras da Empresa. O gabinete trata ainda das inserções de anúncios na imprensa dos concursos e das admissões de pessoal.



Concessão de apoios e patrocínios

Associação ao Projecto “Biodiversidade Lisboa 2020” da Câmara Municipal de Lisboa, em parceria com a Lisboa E-Nova e o Instituto da Conservação da Natureza. A iniciativa pretende melhorar o desempenho global na protecção da biodiversidade no Município de Lisboa entre 2010 e 2020 em 20%.

Apoio à acção “Compre uma árvore - reflorestação de espécies autóctones”, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, do Condomínio da Terra, da Associação de Beneficiários da Lezíria Grande e da Quercus. Esta acção teve como objectivo plantar árvores de forma a reduzir as emissões de carbono para a atmosfera e contou com a participação de vários colaboradores da SIMTEJO.

Apoio à exposição “Biodiversidade e Nós” da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves em Portugal que alertou o público para a perda da biodiversidade. Com esta iniciativa, a SIMTEJO mostrou o seu contributo na conservação da natureza ao assegurar que a água regresse ao meio receptor ambientalmente segura.



Desenvolvimento de material de apoio às visitas às ETAR

As telas da SIMTEJO usadas em obras e publicidade foram aproveitadas para se produzir carteiras para cartões e serem oferecidas aos alunos que visitarem as ETAR. Com a reutilização das telas, aproveita-se a durabilidade e impacto gráfico do material e também ajuda-se a preservar o ambiente.



10. Objectivos de Gestão

A Assembleia Geral de Accionistas da SIMTEJO, de 17 de Junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

Orientações Estratégicas Gerais

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que define o enquadramento geral da actuação do Sector Empresarial do Estado, determina que:

- As Empresas públicas que integram o Sector Empresarial do Estado devem, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua actividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, optimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.

- As Empresas públicas que integram o Sector Empresarial do Estado devem ser socialmente responsáveis, prosseguindo na sua actuação objectivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a protecção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a protecção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- As Empresas públicas prestadoras de serviços de interesse económico geral devem, em especial, promover o equilíbrio adequado, devidamente evidenciado nos seus instrumentos previsionais de gestão (IPG), entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respectiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, no quadro geral das respectivas fontes de financiamento, e da sua compatibilidade com o esforço financeiro global do Estado com o seu sector de actividade, tal como resulta das afectações de verbas constantes do orçamento do Estado em cada exercício.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprova os princípios de bom governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado determina que estas Empresas devem:

- **Contratualização da prestação de serviço público**

As Empresas encarregues da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar ao Estado propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos auditáveis e que reflectam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas de mercado. Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre Estado e Empresas, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento;

- **Qualidade de serviço**

As Empresas públicas devem adoptar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/utentes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria;

- **Política de recursos humanos e promoção da igualdade**

Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa, e conceber e implementar planos de igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

- **Encargos com pensões**

Proceder, nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades já existentes com pensões dos trabalhadores, incluindo a programação do respectivo financiamento, propondo ao Ministro das Finanças e aos ministros responsáveis pelos sectores de actividade a adopção dos instrumentos adequados para o efeito;

- **Política de inovação e sustentabilidade**

Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades colectivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

- **Sistemas de informação e controlo de riscos**

Adoptar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, susceptíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas;

- **Política de compras ecológicas**

Adoptar os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008 -2010, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de Maio, em articulação com a Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de Maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as Empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de actividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objectivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;

- Planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objectivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da Assembleia Geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das actas das Assembleias Gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua actividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico -financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

Orientações Estratégicas Específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de Fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas actividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no Contrato de Concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
 - A concepção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal,
 - A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no Contrato de Concessão,
 - A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão Empresarial exigente e responsável,
 - A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social,
 - A optimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objectivos de gestão e desempenho definidos pelos accionistas no âmbito do Contrato de Gestão para a Empresa;
- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto Concedente, na adaptação e adequação do Contrato de Concessão:
 - Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias,
 - Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objectivos e à legislação em vigor em cada momento;
- Desenvolver actividades que, com base na estratégia definida para o sector no PEAASAR para o período 2007 - 2013, permitam e possibilitem:
 - Alargar a outros Municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem,
- Garantir o cumprimento dos Planos de Actividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
- Adoptar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
 - A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos accionistas das Empresas concessionárias,
 - A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes,
 - A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados,
 - Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos accionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;
- Cumprir escrupulosa e atempadamente as obrigações para com o Concedente e o Regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;

- Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do Quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abrangem a Empresa;
- Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas actividades;
- Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do Contrato de Concessão junto do Concedente, se necessário;
- Promover a elaboração e a implementação de um plano de acção de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infra-estruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido Empresarial nacional neste sector;
- Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, a atingir preferencialmente até 2009;
- Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com Sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas actividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
- Elaborar e manter actualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
- Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
- Contribuir activamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua actividade;
- Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às actividades da Empresa, visando a optimização de custos de exploração e num quadro de eco-eficiência;
- Assegurar o desenvolvimento de projectos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Actividade, e em estreita colaboração com as outras Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

O Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade pelo:

- Assegurar a Gestão Operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infra-estruturas cumprindo os objectivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Actividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do accionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objectivos definidos no Orçamento e nos Planos de Actividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores das Empresas se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - accionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as Empresas privadas;
- Adotar as medidas e as acções que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os accionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar activamente com os accionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo accionista;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspectos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão e dos respectivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes;
- Informar os accionistas sobre todos os assuntos em análise com o Concedente e com o Regulador, designadamente:
 - Orçamentos, Planos de Actividade e projectos tarifários,
 - Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - Avaliação de infra-estruturas,
 - Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua actividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Actividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços Ambientais, SA, em particular a que respeita a actividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de Grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras Empresas concessionárias de sistemas multimunicipais e as estruturas do Grupo AdP.

Os objectivos de Gestão fixados para a SIMTEJO, S.A., para o ano de 2010, pelos accionistas na Assembleia Geral de 17 de Junho de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte.

Objectivos de Gestão para o Ano de 2010		Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido ⁽²⁾
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1. ROCE	(%)	3,7%	3,3%
2. EBITDA / Receitas	(%)	50%	55%
Indicadores Financeiros - Eficiência			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3. Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	28%	24%
4.2 Cash-Cost Saneamento	(€/m ³)	0,22	0,19
Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5. Investimento	(€)	61.057	53.057
Indicadores Financeiros - PMR e PMP			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	129	140
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	44	44
Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)			
8. Volume de Actividade	(10 ³ m ³)	87.734	87.729
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	90%	90%
10.2 Qualidade dos Efluentes Tratados	(%)	100%	100%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	90%	94%
Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte			
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)			
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	-6
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

VALOR FIXADO ⁽¹⁾ - Valor fixado pela Assembleia Geral de 17 de Junho de 2010

VALOR ATINGIDO ⁽²⁾ - Valor alcançado no exercício de 2010, devidamente auditado pela Ernst & Young, SROC

11. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento

Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, e com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 987/2009, de 13 de Abril, apresenta-se a evolução verificada em 2010 do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) aos fornecedores da SIMTEJO.

2010	4.º Trim. 2009	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Dívida de curto prazo a fornecedores	5.590.305	5.058.527	5.992.007	13.723.368	10.900.155
Fornecedores curto prazo	993.358	2.425.874	1.679.485	1.125.026	1.531.318
Fornecedores de imobilizado	4.594.252	2.869.150	5.125.979	11.866.048	8.020.477
Adiantamentos de Fornecedores imobilizado	0	-1.881.376	-2.537.707	-1.037.739	-192.660
Outros Fornecedores	1.644.879	1.644.879	1.724.251	1.770.032	-192.660
Aquisições de bens e serviços	16.316.828	12.017.915	17.590.110	22.124.192	23.308.694
Aquisição de activos intangíveis	12.248.347	8.437.760	13.910.473	19.095.192	18.862.876
Variação de compras	589.856	577.237	607.091	585.270	584.475
Variação de FSE	3.478.626	2.793.260	3.072.546	2.443.731	3.861.342
	52	46	40	41	44

Prazo Médio de Recebimentos (PMR) de Clientes

Apresenta-se a evolução do Prazo Médio de Recebimentos (PMR), verificada em 2010, dos clientes da SIMTEJO

2010	4.º Trim. 2009	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Dívida de clientes	14.880.458	21.113.789	17.607.990	19.831.999	11.801.877
Clientes de conta corrente	18.928.560	24.833.800	20.170.591	22.239.887	12.664.550
Clientes - Juros de Mora	3.013.883	2.517.043	2.761.257	2.350.263	2.593.995
Clientes - Acordos celebrados	-6.773.519	-5.880.933	-4.988.346	-4.393.289	-3.203.173
Clientes - TRH	-288.465	-356.120	-335.512	-364.862	-253.495
Aquisições de bens e serviços	11.865.099	12.440.009	10.459.136	11.568.673	11.400.738
Volume de Negócios (c/IVA)	11.865.099	12.440.009	10.459.136	11.568.673	11.400.738
	172	179	167	145	140

12. Perspectivas para o Futuro

A SIMTEJO em 2011 tem por objectivo continuar a desenvolver fortemente o seu investimento na recolha e tratamento de águas residuais, com especial incidência nas seguintes infra-estruturas:

- Conclusão da ETAR de Alcântara, que serve os Municípios de Lisboa, Amadora e Oeiras;
- Desenvolvimento da empreitada de beneficiação de drenagem da Praça do Império - fase III;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de beneficiação do Caneiro de Alcântara-fase II, obra C;
- Desenvolvimento da empreitada de construção da conduta de ligação da água reutilizável da EE3 e da EE Rocha de Conde de Óbidos;
- Desenvolvimento da empreitada de construção dos Sistemas Elevatórios de Avieiros e Icesa;
- Desenvolvimento das empreitadas de construção dos Interceptores e Sistemas Elevatórios - fase I, fase II e fase III (lançamento e desenvolvimento) do Subsistema da Foz do Lizandro;
- Conclusão da ETAR da Foz do Lizandro;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de construção do Emissário final, do Subsistema da Foz do Lizandro;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de beneficiação e ampliação dos Subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação;
- Desenvolvimento da empreitada de construção dos Emissários gravíticos do Subsistema da Ericeira - fase III;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de benfeitorias e beneficiação na ETAR de Mafra;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de construção dos Emissários de Arranhó e A-do-Baço, em Arruda dos Vinhos;

- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de construção do Emissário de Montemor;
- Lançamento e desenvolvimento da empreitada de benfeitorias nas ETAR e edifícios de Ericeira e Malveira.

Com base na construção de novas ETAR, na reabilitação das existentes e ainda na reabilitação de alguns colectores, a SIMTEJO continua a apostar no aumento da eficácia do tratamento das águas residuais no seu Sistema e desenvolverá também acções destinadas à melhoria da eficiência da sua prestação, designadamente respeitantes a:

- Continuação das acções destinadas à racionalização dos consumos e custos de energia;
- Desenvolvimento dos estudos de beneficiação da ETAR de Frielas, com vista a garantir maior fiabilidade de tratamento da fase líquida, optimização energética e melhoria do tratamento de lamas;
- Realização de estudos de ampliação da ETAR de Beirolas e criação da linha de tempo húmido;
- Conclusão dos estudos de controlo de caudais pluviais dos Subsistemas de Frielas e de São João da Talha e início da sua implementação do controlo.

A Empresa procederá também à harmonização do seu Sistema de Telegestão e à criação de um controlo centralizado.

No que respeita à medição de caudais para fins de facturação, a SIMTEJO iniciará o correspondente processo de implementação da medição, com a colaboração dos Municípios e no quadro institucional resultante do Contrato de Concessão e das orientações da ERSAR e do Concedente.

Na sequência da certificação, ao abrigo das normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 1401:2004 e OHSAS 1801:2007, obtida em 2009, a SIMTEJO procurará em 2011 criar condições para ampliar as instalações certificadas e manter uma perspectiva de melhoria contínua, com particular destaque para a melhoria das condições de Segurança e Saúde no Trabalho e dos Aspectos Ambientais.

No âmbito interno, a SIMTEJO espera manter estável o seu quadro de Pessoal e dele continuar a obter uma interessada e esforçada colaboração, como acontece com a grande maioria do seu corpo de Colaboradores, e proceder em 2011 a uma reestruturação dos seus Serviços, de modo a compatibilizar a sua organização com a significativa evolução da Empresa nos últimos anos, que, aliás, esteve prevista para 2010, mas teve de ser repensada em função do enquadramento actual de gestão de recursos humanos para o sector público.

A SIMTEJO analisará os resultados da acção de Educação Ambiental actualmente em curso e espera poder desenvolver acções complementares.

A Empresa continuará a dar particular atenção às acções destinadas à reutilização de águas residuais tratadas nas suas ETAR, assumindo em particular a conclusão das que já estão em fase de estudo ou arranque.

No que respeita à Investigação e Desenvolvimento, a Empresa procurará proceder à implementação de sistemas de gestão operacional "online", em base Aquasafe, nos Subsistemas de Alcântara e Frielas, à construção do modelo dinâmico de ETAR de Beirolas e à definição dos requisitos de integração do SIG com o Navia e Maximo, e *upgrade* do SIG da SIMTEJO na área da mobilidade.

No plano institucional a SIMTEJO procurará acentuar a cooperação com o Concedente (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), Reguladores (ERSAR, ARH Tejo e CCDR LVT), Accionistas (Águas de Portugal e Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira), Clientes, Utentes e Colaboradores, promovendo os muitos pontos fortes de relacionamento e mantendo-se disponível e pró-activa para superar eventuais dificuldades.

13. Considerações Finais

A SIMTEJO considera fundamental para o adequado funcionamento da Empresa uma forte articulação com o Concedente, representado por Sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Senhora Eng.^a. Dulce Álvaro Pássaro, a ERSAR, como regulador estrutural da actividade desta concessionária, e os reguladores ambientais ARH Tejo e CCDR LVT.

No plano institucional e de colaboração técnica, são também essenciais para a actividade da Empresa os Accionistas Águas de Portugal, SGPS, S.A. e Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, incluindo as suas Administração e Vereações, respectivamente, e os seus Corpos Técnicos. Os Municípios de Arruda dos Vinhos e Oeiras, já parceiros da SIMTEJO, podem também contar com a colaboração da Empresa.

A todos, Concedente, Reguladores, Águas de Portugal e Municípios, o Conselho de Administração da SIMTEJO agradece a colaboração prestada em 2010, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Ernst & Young, e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A SIMTEJO está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios receptores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a SIMTEJO quer agradecer aos seus Colaboradores, bem como aos Prestadores Externos, a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2010.

14. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2010, no valor positivo de €5.738.571,15 (cinco milhões, setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e um euros e quinze cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- a) €286.928,56 (duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte e oito euros e cinquenta e seis cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) €3.377.526,90 (três milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Accionistas, a efectuar de acordo com o definido no Contrato de Concessão.
- c) o remanescente, no valor de €2.074.115,69 (dois milhões, setenta e quatro mil, cento e quinze euros e sessenta e nove cêntimos), para a conta de resultados transitados.

15. Factos Relevantes após o termo do Exercício

Em Fevereiro de 2011, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qualidade de Concedente dos sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos, remeteu uma carta solicitando à AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. que, enquanto accionista maioritário das entidades gestoras destes sistemas, promova os estudos necessários e apresente ao Concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente aos quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

16. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm acções da Sociedade e o Capital Social da SIMTEJO, S.A. era, em 31 de Dezembro de 2010, integralmente detido pelos accionistas que constam do quadro seguinte

		Capital subscrito	Acções detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	100%	38.700.000	7.740.000

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o accionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de acções com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da SIMTEJO, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2010:

- A Sociedade não tem acções próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.

[página em branco]

C - Contas do Exercício





C - Contas do Exercício de 2010

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2010.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados;
- Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos accionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas;
- Certificação Legal de Contas.

Demonstração da Posição Financeira

unidade: euros

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Activos não correntes			
Activos intangíveis	7	280.858.917,58	225.825.995,63
Investimentos financeiros	8	4.880.796,55	3.886.114,09
Impostos diferidos activos	9	21.467.840,16	18.429.682,49
Total dos activos não correntes		307.207.554,29	248.141.792,21
Activos correntes			
Inventários	10	94.975,60	79.385,71
Clientes	11	15.258.544,94	21.942.442,93
Estado e outros entes públicos	12	373.686,28	644.103,02
Outros activos correntes	13	10.159.666,97	23.000.032,80
Caixa e seus equivalentes	14	52.861.168,16	28.688.999,05
Total dos activos correntes		78.748.041,95	74.354.963,51
Total do activo		385.955.596,24	322.496.755,72
Capital próprio dos accionistas maioritários			
Capital social	15	38.700.000,00	38.700.000,00
Reservas e outros ajustamentos	15	1.413.152,63	1.050.505,69
Resultados transitados	15	13.068.897,80	9.053.503,95
Resultado líquido do exercício	15	5.738.571,15	7.244.052,77
Total do capital próprio		58.920.621,58	56.048.062,41
Passivos não correntes			
Provisões	16	86.510,97	102.500,97
Empréstimos	17	162.967.672,73	118.261.891,96
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	5.814.311,41	6.024.392,68
Impostos diferidos passivos	9	14.096.102,40	17.620.128,01
Acréscimos de custos do investimento contratual	19	75.749.109,52	65.422.606,51
Subsídios ao investimento	20	45.936.768,92	45.773.746,82
Total dos passivos não correntes		304.650.475,95	253.205.266,95
Passivos correntes			
Empréstimos	17	802.724,13	503.544,00
Fornecedores	21	9.553.454,85	5.627.122,72
Outros passivos correntes	22	4.531.172,11	4.817.570,37
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	6.411.137,76	694.890,18
Estado e outros entes públicos	12	1.086.009,86	1.600.299,09
Total dos passivos correntes		22.384.498,71	13.243.426,36
Total do passivo		327.034.974,66	266.448.693,31
Total do passivo e do capital próprio		385.955.596,24	322.496.755,72

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)
 José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)
 António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)
 Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)
 José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)
 José Augusto Borges Neves (vogal)
 José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

unidade: euros

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços	24	42.590.843,44	41.217.510,05
Volume de negócios		42.590.843,44	41.217.510,05
Custo das vendas/variação dos inventários	25	-2.335.082,92	-2.251.715,86
Margem bruta		40.255.760,52	38.965.794,19
Fornecimentos e serviços externos	26	-12.170.879,35	-12.423.086,53
Gastos com pessoal	27	-5.547.449,01	-5.330.947,65
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	28	-15.251.566,34	-12.329.051,81
Provisões e reversões do exercício	29	15.990,00	69.894,92
Subsídios ao investimento	20	1.114.012,44	898.854,09
Outros gastos e perdas operacionais	30	-417.058,91	-670.199,56
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	33.567,70	191.177,65
Resultados operacionais		8.032.377,05	9.372.435,30
Gastos financeiros	32	-1.451.722,43	-1.173.696,66
Rendimentos financeiros	33	1.421.277,69	1.711.222,16
Resultados financeiros		- 30.444,74	537.525,50
Resultados antes de impostos		8.001.932,31	9.909.960,79
Imposto do exercício	23	-8.825.814,33	-2.689.486,26
Imposto diferido	9 e 23	6.562.453,17	23.578,24
Resultado líquido do exercício		5.738.571,15	7.244.052,77
Rendimento integral		5.738.571,15	7.244.052,77
Resultado por acção (básico e diluído)	15	0,74	0,94
Resultado integral por acção (básico e diluído)	15	0,74	0,94

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)
 José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)
 António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)
 Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)
 José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)
 José Augusto Borges Neves (vogal)
 José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração das Variações do Capital Próprio

unidade: euros

		Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	POC	38.700.000	1.050.506	8.275.958	7.252.939	55.279.402
Ajustamentos:						0
Primeira adopção do novo referencial contabilístico				777.546	-8.886	768.660
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	IFRS	38.700.000	1.050.506	9.053.504	7.244.053	56.048.062
Aplicação do resultado líquido do exercício 2009			362.647	4.015.394	-4.378.041	0
Dividendos pagos					-2.866.012	-2.866.012
Resultado líquido do exercício 2010					5.738.571	5.738.571
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	IFRS	38.700.000	1.413.153	13.068.898	5.738.571	58.920.622

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)
 José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)
 António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)
 Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)
 José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)
 José Augusto Borges Neves (vogal)
 José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Demonstração dos Fluxos de Caixa

unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	53.347.339,29	41.772.676,93
Pagamentos a fornecedores	-18.411.194,89	-17.480.878,51
Pagamentos ao pessoal	-4.825.312,92	-4.767.092,90
Pagamento/Recebimento do IRC	-3.028.869,02	-2.110.047,79
Outros Pagamentos/Recebimentos	-1.904.182,66	-1.533.230,24
Fluxo de caixa das actividades operacionais	25.177.779,80	15.881.427,49
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros		
Recebimentos de activos fixos tangíveis		
Recebimentos de activos intangíveis		
Recebimentos de subsídios de investimento	14.372.062,50	2.776.888,84
Recebimentos de juros e rendimentos similares	330.458,56	141.043,02
Pagamentos de investimentos financeiros	-994.682,46	-994.682,45
Pagamentos de activos fixos tangíveis		
Pagamentos de activos intangíveis	-53.137.055,82	-52.063.662,44
	-39.429.217,22	-50.140.413,03
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	45.000.000,00	90.000.000,00
Recebimentos de realizações de capital		
Pagamentos de empréstimos obtidos		-23.212.918,95
Pagamentos de juros e gastos similares	-4.305.857,01	-2.440.964,24
Pagamentos de dividendos	-2.577.332,92	-7.847.980,12
	38.116.810,07	56.498.136,69
Variação de caixa e seus equivalentes	23.865.372,65	22.239.151,15
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	28.193.930,26	5.954.779,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52.059.302,91	28.193.930,26
	23.865.372,65	22.239.151,15

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)

José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)

António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)

Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)

José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)

José Augusto Borges Neves (vogal)

José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	5.232,34	5.112,22
Depósitos à ordem	355.935,82	183.886,83
Depósitos a prazo	52.500.000,00	28.500.000,00
	52.861.168,16	28.688.999,05
Descobertos bancários	-801.865,25	-495.068,79
	52.059.302,91	28.193.930,26

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração

Arnaldo Lobo Pêgo (Presidente)
José Henrique Guimarães Salgado Zenha (Vogal)
António Alberto Côrte-Real Frazão (Vogal)
Joaquim Carlos Correia Peres (Vogal)
José Fernando da Silva Ferreira (Vogal)
José Augusto Borges Neves (vogal)
José Esteves Ferreira (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

Notas às demonstrações financeiras

I. Actividade económica da SIMTEJO, S.A.

I.1. Introdução

A **SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.** (adiante designada também por SIMTEJO ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de Novembro de 2001, tendo a sua sede social na Avenida Defensores de Chaves, n.º 45 - 3.º, em Lisboa. A Empresa tem como actividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão.

I.2. Actividade

A SIMTEJO foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, e a sua estrutura accionista é composta pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objecto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "(...) a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à SIMTEJO foi efectuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de Dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objecto os seguintes pressupostos:

- Concepção e construção de todos os órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a concepção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respectiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o Sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios receptores em que os mesmos sejam descarregados.

Em Setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais treze anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

I.3 Accionistas

São accionistas da Empresa a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o Município de Lisboa (23,5%), o Município de Loures (11,5%), o Município de Vila Franca de Xira (4%), o Município de Amadora (3,5%), o Município de Mafra (3,5%) e o Município de Odivelas (3,5%).

I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 23 de Fevereiro de 2011.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adoptadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a SIMTEJO apresentou também, pela última vez, demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Ver nota 5).

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da SIMTEJO foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010:

- IFRS 1 (Emenda) - Primeira adopção das IFRS. Estabelece excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS, ver Nota 5.
- IFRS 2 (Emenda) - Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo. Esta emenda vem clarificar que a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua Empresa-mãe ou outra Empresa do Grupo, é tratada no âmbito desta norma. Em resultado desta emenda a IFRIC 8 - "Âmbito da IFRS 2" e a IFRIC 11 - "IFRS 2 - Transacções de Acções do Grupo e Próprias" foram retiradas.
- IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades Empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades Empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:
 - à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
 - ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
 - ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração.
- IAS 27 (Emenda) - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. As alterações mais significativas são as seguintes:
 - transacções que dão origem a alterações na percentagem de interesses detidos que não resultem em perda de controlo são contabilizadas no capital próprio, não tendo qualquer impacto no *goodwill* nem nos ganhos e perdas;
 - quando ocorre a perda de controlo numa subsidiária:
 - todas as quantias reconhecidas no Rendimento Integral relativas a essa subsidiária são integralmente transferidas para ganhos e perdas;
 - os interesses retidos são remensurados para o justo valor e este efeito vai ser tido em consideração no ganho ou perda registado com a alienação.
 - o reembolso parcial de um investimento líquido numa subsidiária estrangeira deixa de dar origem à reclassificação das diferenças de transposição constantes do capital próprio para ganhos e perdas;
 - as perdas de uma subsidiária passam a ser quinoadas pelos interesses que não controlam (anteriormente designados por interesses minoritários) mesmo que excedam os interesses destes na subsidiária. Em resultado desta emenda os resultados por acção diluídos num contexto de perda serão provavelmente iguais aos resultados básicos por acção.
- IAS 39 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração - itens cobertos elegíveis.
- IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços
- IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis
- IFRIC 17 - Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa
- IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes
- Outras emendas às IFRS - Ano 2009. O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. O IASB aprovou 15 emendas a 12 normas, algumas das quais resultam em alterações no modo de contabilização, outras referem-se a questões de terminologia e consistência entre normas, sendo o seu impacto mínimo. A União Europeia endossou estas emendas em Março de 2010. Do processo de melhorias do Ano 2008, a emenda à IFRS 5 (clarificação sobre o tratamento de um subsidiária detida para venda) apenas entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Finalmente, não foram adoptadas as disposições das normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos futuros e que são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

- IFRS 1 (Emenda) - Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.
- IAS 24 (Revista) - Transacções com partes relacionadas
- IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão
- IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo
- IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Ainda não endossadas pela UE:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:
 - Ao nível da classificação e mensuração:
 - são reduzidas as categorias de activos financeiros;
 - são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
 - são eliminadas as restrições de reclassificação.
 - A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;
 - As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.
- Outras emendas às IFRS - melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.

Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMTEJO, S.A.

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da SIMTEJO estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da SIMTEJO e respectivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transacções expressas em moeda diferente do euro ou para a actualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2010		31.12.2009	
		médio	final	médio	final
Dólar Americano	USD	0,7547	0,7545	0,7192	0,698
Franco Suíço	CHF	0,7245	0,8021	0,6622	0,672
Libra Esterlina	GBP	1,1651	1,1671	1,1225	1,111
Coroa Norueguesa	NOK	0,1248	0,1278	0,1145	0,120

2.3 Actividade regulada - reconhecimento de activos e passivos regulatórios

2.3.1 Introdução

A SIMTEJO, enquanto Empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) actua no âmbito das actividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a actividade das Empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de Maio, e Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respectivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas Empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do Regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a SIMTEJO, S.A., com actividade regulada, adoptou as regras internacionalmente aplicadas às Empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de activos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos activos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o Regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e
- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A actividade da SIMTEJO, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador - ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma Empresa reconheça activos regulatórios ou passivos regulatórios se o Regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas actividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática actual ou expectável do Regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um activo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um activo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de activos e passivos regulatórios, estes activos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo Regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Actividade concessionada - IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os activos da concessão. Nos termos desta norma a SIMTEJO, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas afectas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infra-estruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a Empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a Empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A Empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infra-estruturas de acordo com o IAS 11. A Empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infra-estrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infra-estrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, a concessionária actua como um prestador de serviços. A concessionária constrói ou moderniza a infra-estrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infra-estrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se a concessionária construir ou modernizar as infra-estruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um activo financeiro, ou (b) um activo intangível. A concessionária deve reconhecer um activo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. A concessionária tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infra-estrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. A concessionária deve reconhecer um activo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infra-estrutura

Contratualmente, a SIMTEJO, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infra-estrutura como activo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de activo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro activo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das Empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização directa do Concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do activo financeiro. Deste modo, a SIMTEJO, S.A. como concessionária de SMM classifica as infra-estruturas dos sistemas que explora como activos intangíveis - Direito de utilização de infra-estruturas.

Os activos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) directos e indirectamente relacionados com os projectos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são

afectos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afectação do pessoal aos respectivos projectos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do Sistema.

A manutenção e conservação corrente destes imobilizados, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas - IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentem valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas de acordo a depleção, isto é, de acordo com o padrão dos benefícios auferidos através dos caudais, os quais constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais facturados nem cada exercício e os caudais a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como activos financeiros.

2.4.5 Rédito - serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 - Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 - Contratos de construção. O modelo regulatório e as regras de cálculo das tarifas não permitem que a SIMTEJO, S.A. expurgue da tarifa o serviço de construção e o serviço de operação, e que se determine o justo valor do respectivo rédito com fiabilidade.

Saliente-se ainda que a SIMTEJO, S.A., na fase de construção das infra-estruturas actua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua actividade operacional.

Assim, e tendo em conta a actividade regulada da SIMTEJO, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador; tal como previsto nos contratos de concessão.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efectuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração activo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos activos fixos tangíveis afectos à exploração é efectuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	5,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	12,50%

Os terrenos não são objecto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como activos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada activo de forma que sejam fielmente reflectidos os padrões de consumo de benefícios dos activos durante os anos da sua utilização pela SIMTEJO, S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospectiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5.1 Locação financeira

As locações de activos, relativamente aos quais a SIMTEJO, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os activos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo, e o prazo do contrato de locação.

2.6 Activos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infra-estruturas

Ver nota 2.5.2.

2.6.2 Outros activos intangíveis

Os restantes activos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a *performance* dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como activos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

2.7 Activos e passivos financeiros

2.7.1 Classificação de activos financeiros

Os activos financeiros a SIMTEJO, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação - trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A SIMTEJO, S.A. classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos detidos até à maturidade; **iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **iv)** activos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações activo. Estes activos correspondem a duas naturezas: **(i)** activos originados do decurso normal das actividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efectuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efectiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflectam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a SIMTEJO, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a SIMTEJO, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Activos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os activos financeiros de negociação que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo; **(ii)** os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas directamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes activos são classificados como activos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objectivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pelos serviços prestados pela SIMTEJO, S.A. no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de activos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existe indicador objectivo que a SIMTEJO, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de 3 meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de activos não financeiros

Os activos da SIMTEJO, S.A. são analisados à data de cada balanço de forma a detectar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é avaliado. Para *goodwill* e outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço. É determinado o valor recuperável dos activos da SIMTEJO, S.A. para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMTEJO, S.A. efectua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original. Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão. A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMTEJO, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de activos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos activos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.15 Provisões, activos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMTEJO, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de ex-fluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflecte a expectativa actual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Activos e passivos contingentes

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respectivos passivos contingentes ou activos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras Reservas" consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a SIMTEJO apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo Concedente e escrutinadas pelo Regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1 Prestação de serviços

Actividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

Actividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.17.2 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efectiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

2.17.3 Dividendos a receber

Não aplicável.

2.18 Trabalhos para a própria Empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos directamente atribuíveis aos activos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respectivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados directamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.19 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Factores de risco

As actividades da SIMTEJO, S.A. estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A Empresa desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela Área Financeira com base em políticas aprovadas pela Administração. A Área Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com a Direcção Financeira do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A SIMTEJO, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas actividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo, na medida em que as contas a receber derivam de clientes municipais.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMTEJO, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de Dezembro de 2010, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Activos financeiros bancários	31.12.2010
Depósitos à ordem	355.936
Depósitos a prazo	52.500.000
Fundo de reconstituição do capital	4.880.797
	57.736.732

Rating	31.12.2010
P-1 (Moody's)	57.600.155
P-2 (Moody's)	136.578
	57.736.732

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro de 2011

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMTEJO, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMTEJO, S.A. efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMTEJO, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	801.865	30.000.000	134.000.000
Fornecedores e outros passivos	14.084.627	-	5.814.311

As responsabilidades com vencimento menor que um ano encontram-se asseguradas pelas disponibilidades existentes na SIMTEJO.

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da SIMTEJO, S.A. advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a SIMTEJO, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a SIMTEJO, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2010	31.12.2009
Juros suportados	Real	759.704	212.105
Juros suportados	tx média +1%	767.301	214.227
Juros suportados	tx média -1%	752.107	209.984

3.5 Risco de capital

O objectivo da SIMTEJO, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital óptima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objectivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações, com uma remuneração adequada aos accionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos não correntes	162.967.673	118.261.892
Empréstimos correntes	802.724	503.544
Disponibilidades	-52.861.168	-28.688.999
Dívida	110.909.229	90.076.437
Subsídios ao investimento	45.936.769	45.773.747
Total do capital próprio	58.920.622	56.048.062
Capital	104.857.391	101.821.809
Dívida/total do capital	1,06	0,88

3.6 Risco regulatório

Como prestador de um serviço público, a SIMTEJO, S.A. opera num ambiente altamente regulado. O Regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o Regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMTEJO, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A SIMTEJO, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A SIMTEJO, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se tem de ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de ex-fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os activos e negócios em questão, podendo no entanto vir a ser alterados se a prática internacional do sector para situações idênticas apontar para um benchmark diferente.

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMTEJO, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da actual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à SIMTEJO, S.A. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos (ou de conjunto de activos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da SIMTEJO, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infra-estruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as actuais estratégias dos participantes no capital da SIMTEJO, S.A., que conjuntamente com outros factores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMTEJO, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados. Se por efeito da avaliação actualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respectivo valor de balanço do activo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflecte nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMTEJO, S.A.

5. Adopção pela primeira vez dos IFRS

Estatutariamente, a SIMTEJO, S.A., preparava as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o período que se iniciou após esta data a Empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas individuais de acordo com as IFRS, tal como previsto no nº2 do artigo 4 daquele Decreto-Lei.

De seguida são apresentadas reconciliações do capital próprio e resultado do período comparativo, cujo relato estatutário tinha sido em POC, bem como a explicação das alterações mais significativas.

	31.12.2009	01.01.2009
Total do capital próprio - normativo POC	55.279.402	56.834.739
IAS 39 - Custo amortizado de financiamentos	738.108	741.914
Reversão de subsídio da AdP	196.201	200.242
Reversão dos custos plurianuais	-165.649	-174.300
Total do capital próprio - normativo IFRS	56.048.062	56.834.739
		31.12.2009
Resultado líquido - normativo POC		7.252.939
IAS 39 - Custo amortizado de financiamentos		3.806
Reversão de subsídio da AdP		-4.041
Reversão dos custos plurianuais		-8.651
Resultado líquido - normativo IFRS		7.244.053

Ajustamentos

a) Custo amortizado de financiamentos bancários (IAS 39)

Foi ajustado o valor das comissões bancárias pagas na data da contratação, passando a reconhecer-se o custo de acordo com o prazo de duração do financiamento e a taxa de juro efectiva.

b) Reversão de subsídio da AdP

Foi anulado o reconhecimento do subsídio do accionista maioritário, em virtude dos custos que lhes deram origem (estudos anteriores à constituição da Empresa) terem sido ajustados em resultados transitados, pelo que o inerente proveito associado também, o foi.

c) Reversão de custos plurianuais

Foi anulado o reconhecimento dos custos de estudos anteriores à constituição da Empresa, patrocinados pelo accionista maioritário, e consequentemente ajustados em resultados transitados.

Reclassificações

1. Activo fixo tangível para activo intangível (IFRIC 12) e propriedades de investimento.

A SIMTEJO, S.A. no normativo POC tinha classificadas as infra-estruturas e equipamentos operacionais como imobilizado corpóreo. À luz dos IFRS, as infra-estruturas e equipamentos operacionais são apresentadas como um intangível, uma vez que correspondem a um direito de utilização das mesmas, por não ser a Concessionária detentora plena de todos os seus direitos (por exemplo vender).

2. RC a pagar

O valor do IRC a pagar foi destacado da conta de Estado e outros entes públicos (no passivo) e apresentado em linha separada do balanço, tal como exige o IAS 1.

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Activos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total do balanço a 31.12.2010
Activos intangíveis			0	280.858.918	280.858.918
Propriedades de investimento			0		0
Investimentos financeiros	4.880.797		4.880.797		4.880.797
Impostos diferidos activos			0	21.467.840	21.467.840
Clientes e outros activos não correntes			0		0
Inventários			0	94.976	94.976
Clientes	15.258.545		15.258.545		15.258.545
Estado e outros entes públicos			0	373.686	373.686
Outros activos correntes	10.159.667		10.159.667		10.159.667
Caixa e seus equivalentes	52.861.168		52.861.168		52.861.168
Total do activo	83.160.177	0	83.160.177	302.795.420	385.955.596
Provisões			0	86.511	86.511
Responsabilidades com pensões			0		0
Empréstimos não correntes		162.967.673	162.967.673		162.967.673
Fornecedores e outros passivos não correntes		5.814.311	5.814.311		5.814.311
Impostos diferidos passivos			0	14.096.102	14.096.102
Acréscimos custos inv. contratual			0	75.749.110	75.749.110
Subsídios ao investimento			0	45.936.769	45.936.769
Empréstimos correntes		802.724	802.724		802.724
Fornecedores	9.553.455		9.553.455		9.553.455
Outros passivos correntes	4.531.172		4.531.172		4.531.172
Imposto sobre o rendimento do exercício			0	6.411.138	6.411.138
Estado e outros entes públicos			0	1.086.010	1.086.010
Total do passivo	14.084.627	169.584.708	183.669.335	143.365.639	327.034.975

7. Activos intangíveis

	31.12.2010	31.12.2009
Despesas de desenvolvimento	0	95.821
Propriedade industrial e outros direitos	187.675	196.472
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	200.552.516	151.526.674
Activos em Curso	80.118.727	74.007.028
	280.858.918	225.825.996

7.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2009	Aumentos	Abates	Transfer.	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	1.276.287	0	0	-313.597	962.690
Propr. industrial e outros direitos	263.875	0	0	313.597	577.472
DUI	163.430.125	1.071.779	-89.981	52.789.731	217.201.654
Activos Intangíveis em Curso	74.007.028	59.234.522		-53.122.823	80.118.727
	238.977.315	60.306.301	-89.981	-333.092	298.860.544
Amortizações acumuladas	31.12.2009	Aumentos	Abates	Transfer.	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	-1.180.466	0	0	217.776	-962.690
Propr. industrial e outros direitos	-67.403	-104.618	0	-217.776	-389.798
DUI	-11.903.451	-4.820.445	74.757	0	-16.649.139
	-13.151.320	-4.925.063	74.757	0	-18.001.626
Valor líquido	225.825.996	55.381.238	-15.224	-333.092	280.858.918

7.2 DUI - movimentos do período

	31.12.2010	31.12.2009
DUI Líquido (saldo inicial)	225.533.704	179.792.073
Adições	60.306.301	48.458.735
Abates	-89.981	-555.112
Alienações	0	-86.728
Amortizações do exercício	-4.820.445	-2.588.615
Reversões de amortizações	74.757	401.994
Transferências/ajustamentos	-333.092	111.357
DUI Líquido (saldo final)	280.671.244	225.533.703

8. Investimentos financeiros

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de reconstituição de capital social	4.880.797	3.886.114
Investimento financeiro	-	-
	4.880.797	3.886.114

9. Impostos diferidos

Activo	Taxa	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	31.12.2010
Provisões		63.813.985	10.476.406	-	74.290.390
IFRIC 12 - DUI					
IRC + Derrama	29,00%	18.429.682	3.038.158	-	21.467.840
Imposto diferido activo		18.429.682	3.038.158	-	21.467.840

Passivo	Taxa	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	31.12.2010
IFRIC 12 - DUI		60.759.062		-12.151.812	48.607.250
IRC + Derrama	29,00%	17.620.128	0	-3.524.026	14.096.102
Imposto diferido passivo		17.620.128	0	-3.524.026	14.096.102

10. Inventários

	31.12.2010	31.12.2009
Matérias-primas e subsidiárias	94.976	79.386
	94.976	79.386

11. Clientes

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes Municípios	15.138.709	21.790.320
Clientes outros	119.836	152.123
	15.258.545	21.942.443

11.1 Clientes - Municípios

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes Municípios	12.291.219	18.502.875
Clientes Municípios TRH	253.495	273.562
Clientes Municípios juros de mora	2.593.995	3.013.883
	15.138.709	21.790.320

11.2 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

	31.12.2010	31.12.2009
Clientes Municípios correntes	15.138.709	21.790.320
	15.138.709	21.790.320

11.3 Clientes - Municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Lisboa	0	0	0	0	3.820.581	3.820.581
Município de Loures	0	1.525.995	2.235.177	3.761.172	3.086.060	6.847.232
Município de Odivelas	0	117.300	364.584	481.884	732.919	1.214.803
SMAS de Loures	1.418.000	0	0	1.418.000	0	1.418.000
Município de Vila Franca Xira	1.728	33.785	371.341	406.854	517.645	924.500
Município de Amadora	0	0	0	0	427.265	427.265
Município de Mafra	0	0	0	0	302.041	302.041
SMAS de Oeiras	0	0	0	0	184.287	184.287
	1.419.728	1.677.080	2.971.102	6.067.910	9.070.798	15.138.709

12. Estado e outros entes públicos

	31.12.2010	31.12.2009
IVA a receber	373.686	644.103
Outros	-	-
EOEP activos	373.686	644.103
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	135.570	481.744
Retenções - Segurança social	124.412	117.698
Retenções - Outros	238	957
Outras Tributações - TRH	825.790	999.900
EOEP passivos	1.086.010	1.600.299
	-712.324	-956.196

13. Outros Activos Correntes

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de Coesão a receber	9.772.387	22.867.415
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	192.660	-
Outros devedores	22.530	60.905
Acréscimos de proveitos	133.229	34.418
Diferimentos de Encargos	38.861	37.295
	10.159.667	23.000.033

14. Caixa e bancos

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	5.232	5.112
Depósitos à ordem	355.936	183.887
Depósitos a prazo	52.500.000	28.500.000
	52.861.168	28.688.999

15. Capital

		Capital subscrito 31.12.2010	Capital realizado 31.12.2010	Capital subscrito 31.12.2009	Capital realizado 31.12.2009
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	100%	38.700.000	38.700.000	38.700.000	38.700.000

15.1 Resultado por acção

	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido	5.738.571	7.244.053
Número médio de acções (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
Resultado por acção	0,74	0,94

15.2 Movimentos do período

	31.12.2009	Afectação Resultado Líquido	Dividendos	Resultado Líquido	31.12.2010
Reservas e outros ajustamentos	1.050.506	362.647			1.413.153
Resultados transitados	9.053.504	4.015.394			13.068.898
Resultado líquido do exercício	7.244.053	-4.378.041	-2.866.012	5.738.571	5.738.571
	17.348.062	0	-2.866.012	5.738.571	20.220.622

16. Provisões

	31.12.2010	31.12.2009
Provisões para processos judiciais	86.511	102.501
	86.511	102.501

16.1 Movimentos do período

	31.12.2009	Aumentos	Reversões	31.12.2010
Provisões para processos judiciais	102.501	1.800	-17.790	86.511
	102.501	1.800	-17.790	86.511

	31.12.2008	Aumentos	Reversões	31.12.2009
Provisões para processos judiciais	172.396	13.940	-83.835	102.501
	172.396	13.940	-83.835	102.501

17. Empréstimos

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos bancários BEI	132.967.673	88.261.892
Empréstimos - Empresa-mãe	30.000.000	30.000.000
Não correntes	162.967.673	118.261.892
Descobertos bancários	801.865	495.069
Empréstimos - Locação financeira	859	8.475
Correntes	802.724	503.544
Total de empréstimos	163.770.397	118.765.436

17.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	802.724	503.544
De 1 a 2 anos	30.000.000	
De 2 a 3 anos	1.215.000	30.000.000
De 3 a 4 anos	1.215.000	1.215.000
De 4 a 5 anos	1.843.560	1.215.000
Superior a 5 anos	128.694.113	85.831.892
	163.770.397	118.765.436

17.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	802.724	503.544
De 1 a 2 anos	30.000.000	0
De 2 a 3 anos	967.500	30.000.000
Superior a 3 anos	41.425.167	42.686.887
	73.195.391	73.190.431
Taxa de juro fixa	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	247.500	0
Superior a 3 anos	90.327.505	45.575.005
	90.575.005	45.575.005
	163.770.397	118.765.436

17.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2010	31.12.2009
Expira num ano (taxa variável)	27.500.000	0
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	27.500.000	0

17.5 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. 31.12.2010	Valor contabilist. 31.12.2009	Justo valor 31.12.2010	Justo valor 31.12.2009
Empréstimos bancários BEI	132.967.673	88.261.892	39.899.361	31.276.129
Empréstimos - Empresa-mãe	30.000.000	30.000.000	19.059.781	25.131.458
Não correntes	162.967.673	118.261.892	58.959.142	56.407.586

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Para o ano 2009: 7,21%
- Para o ano 2010: 8,42%

17.5 Locação financeira

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	859	7.616
De 1 a 5 anos		859
Superior a 5 anos		
	859	8.475

Juros	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	1	61
De 1 a 5 anos		1
Superior a 5 anos		
	1	62

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 anos	859	7.394
De 1 a 5 anos		834
Superior a 5 anos		
	859	8.228

Capital em dívida por activo adquirido em regime de locação financeira

	31.12.2010	31.12.2009
Edifícios		
Equipamento de transporte	859	7.616
	859	7.616

18. Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2010	31.12.2009
Fornecedores de investimentos	-	-
Integração de Infra-estruturas municipais		
Município de Lisboa	3.388.118	3.510.537
Município de Loures	1.527.227	1.582.408
Município de Mafra	213.453	221.165
Município de Odivelas	255.624	264.860
Município de Vila Franca de Xira	429.890	445.422
	5.814.311	6.024.392

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

19. Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2010	31.12.2009
Acréscimos de custos de investimento contratual	75.749.110	65.422.607
	75.749.110	65.422.607

20. Subsídios ao investimento

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de Coesão	40.598.253	40.297.594
Integração de património	4.435.584	4.551.509
Outros subsídios	902.932	1.120.845
	45.936.769	45.969.948

20.1 Movimentos do período

	31.12.2009	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2010
Fundo de Coesão	40.297.594	-976.375	2.568.825	-1.291.790	40.598.253
Integração de património	4.551.509	-115.925	0	0	4.435.584
Outros subsídios	1.120.845	-21.712	0	-196.201	902.932
	45.969.948	-1.114.012	2.568.825	-1.487.991	45.936.769

21. Fornecedores correntes

	31.12.2010	31.12.2009
Fornecedores de investimentos	8.019.618	4.585.777
Fornecedores gerais	1.431.178	821.145
Fornecedores Empresas do Grupo	62.544	193.763
Fornecedores facturas em recepção e conferência	40.115	26.438
	9.553.455	5.627.123

22. Outros passivos correntes

	31.12.2010	31.12.2009
Acréscimos com férias e subsídio de férias Empresas do Grupo	819.799	1.160.590
Outros acréscimos e diferimentos	1.890.371	1.591.976
Outros credores	1.821.002	2.065.005
	4.531.172	4.817.571

23. Imposto sobre o rendimento

	31.12.2010	31.12.2009
Estimativa de imposto a pagar	6.411.138	694.890
	6.411.138	694.890

23.1 Imposto do exercício

	31.12.2010	31.12.2009
Imposto corrente	-8.825.814	-2.689.486
Imposto diferido	6.562.453	23.578
	-2.263.361	-2.665.908

23.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efectiva de imposto

	2010	2009
Resultados antes de impostos	8.001.932	9.909.961
Diferenças permanentes	22.702.479	-132.423
Matéria Colectável (Lucro Tributável)	30.704.412	10.051.270
Resultado líquido do exercício	5.759.139	7.244.053
Imposto do Exercício	2.242.793	2.665.908
Impostos diferidos	-6.583.021	-23.578
Imposto corrente	8.825.814	2.689.486

	2010	2009
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	8.001.932	9.909.961
2. Taxas aplicáveis		
<i>Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)</i>	12,5%	12,5%
<i>Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)</i>	25,0%	25,0%
<i>Taxa(s) de Derrama Municipal</i>	1,5%	1,5%
<i>Taxa(s) de Derrama Estadual</i>	2,5%	-
3. Imposto sobre o rendimento	1.998.921	2.475.928
Derrama Municipal	120.029	148.649
Derrama Estadual	150.048	0
Total	2.268.998	2.624.577
4. Lucro Tributável	30.704.412	10.051.270
5. Imposto sobre o rendimento	7.674.540	2.511.255
Derrama Municipal	460.566	150.769
Derrama Estadual	717.610	0
Total	8.852.717	2.662.024
6. Tributações autónomas	28.539	27.462
7. Excesso de Estimativa de Impostos	-55.441	0
8. Imposto total	8.825.814	2.689.486
9. Taxa média	28,74%	26,76%
10. Taxa efectiva	110,30%	27,14%

23.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

24. Vendas e prestação de serviços

	31.12.2010	31.12.2009
Vendas	-	-
Prestações de Serviços	42.590.843	41.217.510
	42.590.843	41.217.510

24.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	31.12.2010	31.12.2009
Município de Lisboa	21.170.507	21.454.236
Município de Loures	7.198.427	7.171.486
Município de Odivelas	4.055.229	3.972.732
SMAS de Loures		
Município de Vila Franca Xira	2.692.186	1.376.642
Município de Amadora	4.736.574	4.562.147
Município de Mafra	1.676.204	1.596.392
SMAS de Oeiras e Amadora	1.019.366	1.023.672
Outros clientes não municipais	42.352	60.204
	42.590.843	41.217.510

25. Custo das vendas

	31.12.2010	31.12.2009
CMVMC - Matérias subsidiárias	2.335.083	2.251.716
	2.335.083	2.251.716

26. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2010	31.12.2009
Assistência Técnica	114.666	114.312
Tratamento de Resíduos	252.705	159.382
Tratamento e Valorização de Lamas	1.530.812	1.442.003
Fee's Gestão de Serviços	650.736	616.548
Publicidade e Propaganda	239.928	299.950
Honorários	94.495	79.389
Conservação e Reparação	1.555.874	2.320.468
Fornecimento de Água	230.077	971.700
Seguros	346.790	328.588
Rendas e Alugueres	716.307	637.406
Energia	4.022.340	3.081.757
Comunicação	219.084	188.785
Outros Fornecimentos e Serviços	2.410.433	2.387.286
	12.384.246	12.627.573
FSE's capitalizados	-213.367	-204.487
	12.170.879	12.423.087

27. Gastos com pessoal

	31.12.2010	31.12.2009
Remunerações	5.103.334	5.379.855
Encargos sociais sobre remunerações	1.083.976	1.183.199
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com pessoal	350.743	386.996
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-
	6.538.053	6.950.050
Gastos com pessoal capitalizados	-990.604	-1.619.103
	-990.604	-1.619.103
	5.547.449	5.330.948

27.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2010	31.12.2009
Órgãos Sociais	9	7
Trabalhadores efectivos e outros	204	200
	213	207

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2010	31.12.2009
Órgãos Sociais	10	7
Trabalhadores efectivos e outros	215	207
	225	214

28. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2010	31.12.2009
Depreciação de outros activos intangíveis	104.618	689.950
Amortizações de activos intangíveis	4.820.445	2.588.615
Acréscimos de custos do investimento contratual	10.326.503	9.050.487
	15.251.566	12.329.052

29. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2010	31.12.2009
Provisões para processos judiciais	1.800	13.940
	1.800	13.940
Reversões de provisões para processos judiciais	17.790	83.835
	17.790	83.835
	-15.990	-69.895

30. Outros gastos operacionais

	31.12.2010	31.12.2009
Impostos	356.375	469.244
Perdas em imobilizações	1.014	142.942
Donativos	53.768	33.034
Outros gastos operacionais	5.902	16.329
	417.059	661.549

31. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos suplementares	-	7.300
Ganhos em Imobilizados	28.710	107.702
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4.858	76.176
	33.568	191.178

32. Gastos financeiros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros suportados	3.085.683	2.375.059
Comissões bancárias	667.650	701.435
Outros gastos financeiros	12.179	10.349
	3.765.512	3.086.842
Gastos financeiros capitalizados	-2.313.789	-1.913.145
	1.451.722	1.173.697

33. Rendimentos financeiros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros obtidos	489.097	185.448
Juros de mora	932.180	1.525.774
	1.421.278	1.711.222

34. Transacções com entidades relacionadas

	31.12.2010 Proveitos	31.12.2010 Custos	31.12.2009 Proveitos	31.12.2009 Custos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	1.940.051		2.532.494
AdP - Serviços, S.A.		426.230		590.608
Aquasis, S.A.		24.940		
Empresa Geral do Fomento, S.A.				46.096
EPAL, S.A.		71.376		426.632
Valorsul, S.A.		103.111		80.471
Valnor, S.A.		3.318		
Águas do Noroeste, S.A.		250		
Amarsul, S.A.		8.656		
Águas Públicas do Alentejo, S.A.	469			
Simlis, S.A.		103		
Município de Lisboa	21.170.507		21.454.236	
Município de Loures	7.198.427		7.171.486	
Município de Odivelas	4.055.229		3.972.732	
SMAS de Loures				
Município de Vila Franca Xira	2.692.186		1.376.642	
Município de Amadora	4.736.574		4.562.147	
Município de Mafra	1.676.204		1.596.392	

	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.		29.005.237		30.571.834
AdP - Serviços, S.A.		57.168		98.504
Aquasis, S.A.		13.982		139.023
Empresa Geral do Fomento, S.A.			439	
EPAL, S.A.		5.432		64.613
Valorsul, S.A.		23.930		10.509
Valnor, S.A.				
Águas do Noroeste, S.A.				
Águas Públicas do Alentejo, S.A.				
Simlis, S.A.		125		
Município de Lisboa	3.820.581		5.212.195	
Município de Loures	6.847.232		13.209.735	
Município de Odivelas	1.214.803		831.231	
SMAS de Loures	1.418.000		1.418.000	
Município de Vila Franca Xira	924.500		273.930,90	
Município de Amadora	427.265		465.671	
Município de Mafra	302.041		287.546	

As transacções ocorridas com os Órgãos Sociais em 2010 encontram-se apresentadas no Capítulo 5-Remunerações e Outros Encargos em "A - Governo da Sociedade".

35. Compromissos

A Empresa tem assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 720.883.048,13 euros, dos quais 297.320.382,65 euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Projectos	Designação	Adjudicação	Facturação	Saldo
I3140011	Sistema de Informação Geográfica	664.520	568.313	96.207
I3140017	Algés - Alcântara	3.343.852	3.150.092	193.760
I3140019	Construção dos Emissários da Foz do Lizandro – fase I	5.398.389	190.726	5.207.663
I3140024	Construção do Sistema Interceptor do Largo do Chafariz de Dentro à EE Fluvial e do Sistema Elevatório das Agências e Emissário Submarino	22.099.372	20.083.159	2.016.213
I3140035	Beneficiação da EE1 da Ericeira	444.244	246.809	197.435
I3140036	Remodelação do centro de comando e rede de autómatos da ETAR de Frielas-2.ª Fase	292.529	144.381	148.148
I3140038	Construção dos interceptores e Sistemas Elevatórios da EN8 – Fase II	3.308.108	2.961.592	346.516
I3140041	Construção dos Emissários e Condutas Elevatórias do Subsistema da Foz do Lizandro - Fase II	2.004.013	320.545	1.683.468
I3140047	Construção dos Emissários e Condutas Elevatórias dos Sistemas Elevatórios de Icesa, Quinta das Drogas, Verdinha e Sobralinho	9.149.786	4.111.853	5.037.933
I3140052	Projecto de saneamento do Subsistema de Frielas - Santo Estêvão das Galés/Lousa	295.131	206.747	88.384
I3140057	Projecto de execução de colectores da margem direita do Caneiro de Alcântara	186.675	46.669	140.006
I3140061	Construção do Emissário doméstico da Falagueira e duplicação do troço a jusante da canalização da Ribeira da Falagueira e Reparação do Caneiro da Ribeira da Falagueira (Bairro do Bosque)	3.384.015	641.808	2.742.206
I3140063	Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente C	69.393.092	59.912.093	9.480.999
I3140065	Construção do Interceptor do Figo Maduro e Obras Complementares da Ribeira do Prior Velho	3.751.759	3.543.489	208.269
I3140072	Projecto de execução dos Interceptores Norte e Sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735	51.381	92.354
I3140083	Construção dos emissários gravíticos do subsistema da Ericeira - Fase III	689.409	93.917	595.493
I3140085	Construção da ETAR da Foz do Lizandro	5.215.352	3.649.882	1.565.470
I3140087	Beneficiação dos Emissários de Mafra	254.041	129.739	124.302
I3140097	Concepção/Construção do Sistema de Medição de caudal dos Subsistemas de Frielas, Beírolas e Vila Franca de Xira	2.347.329	2.039.814	307.515
I3140098	Telegestão	466.915	420.437	46.479
I3140102	Execução de benfeitorias na ETAR de Frielas	1.798.415	1.678.795	119.621
I3140123	Construção dos Interceptores e Emissários da Bacia do Rio Trancão - Sintra e Emissário L - Fase II-Loures	2.243.882	873.064	1.370.817
I3140150	Elaboração do Plano de Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas	217.712	116.171	101.541
I3140151	Construção do Emissário da Quinta de São João – Ligação à EE3 e EE4	790.775	643.723	147.052
I3140161	Reparações gerais de Construção Civil e pequenas reparações na área da SIMTEJO	1.702.772	1.422.025	280.746
I3140164	Beneficiação da segurança nas instalações dos Subsistemas de Beírolas, Chelas, Bucelas, Mafra e Vila Franca de Xira	81.342	13.158	68.184
I3140165	Fornecimento e montagem de equipamento das Estações Elevatórias da Estação Fluvial e do Terreiro do Trigo	463.967	310.186	153.781
		140.131.131	107.570.567	32.560.564

36. Activos e passivos contingentes

36.1 Garantias prestadas

A SIMTEJO tem activas as seguintes garantias bancárias:

- Garantia Bancária n.º 02/036/91348, sobre o Banco BPI, no valor de 114.654,60 euros, a favor de NORFIN - Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S.A., respeitante ao arrendamento da sede social da Empresa;
- Garantia Bancária n.º 00355053.01, sobre o Banco Espírito Santo, no valor de 2.500,00 euros, a favor de Mário Rui Valério, respeitante a uma servidão;
- Diversas Garantias Bancárias, sobre o Banco Espírito Santo, no valor total de 465.675,80 euros, a favor de EP e da EDP, respeitante à execução de trabalhos de construção civil;
- Diversas Garantias Bancárias, sobre o Banco Espírito Santo, no valor total de 694.375,00 euros, a favor de ARH Tejo, respeitante à utilização de recurso hídrico para descarga de águas residuais;

36.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes acções a correr em tribunal já devidamente contestadas:

- a) Acção Ordinária n.º 5527/05.5TCLRS pendente na 2.ª Vara Mista de Loures, em que são autores Ernesto Pires Mendes e mulher Leopoldina Santos Fazenda, na qual vem formulado pedido indemnizatório de 60.236,90 euros acrescidos de lucros cessantes de 150,00 euros mensais desde 12/07/2005, emergentes de alegados danos provocados pela SIMTEJO em terreno de sua propriedade e provenientes da ocupação de tal terreno de sua propriedade, e na implantação no seu subsolo de uma "Intercepção do Sistema de Frielas no Eixo de Lousa". A acção foi contestada. Aguarda-se pela marcação da última sessão da audiência de julgamento;
- b) Recurso de contra-ordenação interposto de decisão proferido pelo Sr. Subinspector Geral do Ambiente e que aplicou à SIMTEJO coima de 5.500,00 euros. O recurso foi interposto em 11/10/2004, mas até hoje não há evidência do mesmo ter sido remetido pela Inspeção Geral do Ambiente para o Tribunal competente;
- c) Acção judicial intentada pela Zurich - Companhia de Seguros, S.A., no Tribunal Judicial de Lisboa (9.º e 10.º Juízos, Processo 1769/08 OYXLSB), para pagamento de indemnização de 10.874,07 euros e respectivos juros de mora.

Nos seguintes processos a Empresa entende que não são devidos, ou exigíveis ou quantificáveis, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

- d) Acção judicial (administrativa) intentada pelo consórcio empreiteiro constituído por Somague Engenharia, S.A., Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, S.A., Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (3.ª Unidade Orgânica, Processo 1103/09.lbelsb), para impugnação da aplicação de multas contratuais por incumprimento de prazos da empreitada;
- e) Acção judicial (administrativa) intentada pelo consórcio empreiteiro constituído por Somague Engenharia, S.A. e Engigás - Tecnologia Multi-Serviços de Engenharia, S.A., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (1.ª Unidade Orgânica, Processo 1624/09.6belsb), para pagamento de 801 901,49 euros, relativo a facturas vencidas e sobrecustos por prorrogações de prazo;
- f) Acção judicial (administrativa) intentada por Automóvel Clube de Portugal e Carlos Alpoim Vieira Barbosa, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Processo 1275/09.0belsb), contra a Câmara Municipal de Lisboa, relativa aos trabalhos de reabilitação do Terreiro do Paço. A SIMTEJO intervém na qualidade de contra-interessada;
- g) Acção de impugnação de coima, no Tribunal Judicial de Mafra, aplicada pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em 29 de Maio de 2007, referente à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Encarnação, no valor de 349,90 euros.

37. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMTEJO, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, directamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade SIMTEJO, S.A., não possuiu quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2010, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efectuará em Janeiro do ano seguinte.

38. Rendimento garantido

De acordo com o Contrato de Concessão, é prevista uma remuneração adequada dos capitais próprios, que corresponderá à aplicação, ao capital e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O quadro seguinte explicita os movimentos e saldo da remuneração dos capitais relativos ao exercício de 2009, por accionista:

Accionistas	Situação em 31 de Dezembro de 2009	Remuneração do Exercício de 2010	Distribuição durante o Exercício de 2010	Situação em 31 de Dezembro de 2010
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.447.336	1.705.651	-1.447.336	1.705.651
Município de Lisboa	673.513	793.719	-673.513	793.719
Município de Loures	329.591	388.416	-329.591	388.416
Município de Vila Franca de Xira	114.640	135.101	-114.640	135.101
Município de Mafra	100.310	118.213	-100.310	118.213
Município de Odivelas	100.310	118.213	-100.310	118.213
Município de Amadora	100.310	118.213	-100.310	118.213
Total	2.866.012	3.377.527	-2.866.012	3.377.527

	Obrigações do Tesouro a 10 anos	Prémio de Risco	Taxa Final
2009	4,21%	3,00%	7,21%
2010	5,42%	3,00%	8,42%

39. Eventos subsequentes

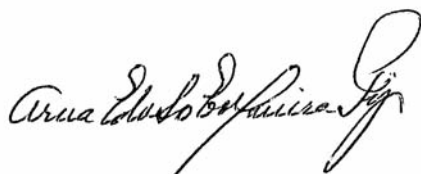
Em relação ao exposto na alínea d) do ponto 36.2 - Processos Judiciais, remete-se para o descrito no capítulo "Principais Acontecimentos" deste Relatório de gestão.

Em relação à alínea e) do ponto 36.2 - Processos Judiciais, foi entretanto concluído um acordo extra-judicial com o consórcio, do qual resultou o pagamento parcial do valor em causa.

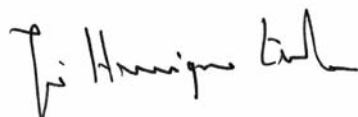
Em relação à alínea f) do ponto 36.2 - Processos Judiciais, foi a SIMTEJO notificada da sentença de absolvição do pedido.

Em Fevereiro de 2011, o Grupo AdP recebeu do Concedente (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), uma carta solicitando à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., na qualidade de accionista maioritário das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos que promova os estudos necessários e apresente ao Concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente as quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

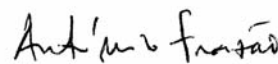
Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010



Arnaldo Lobo Moreira Pêgo
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão
(Vogal do Conselho de Administração)



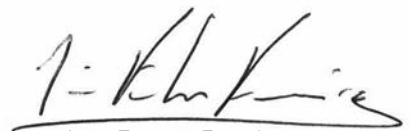
Joaquim Carlos Correia Peres
(Vogal do Conselho de Administração)



José Fernando da Silva Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



José Augusto Borges Neves
(Vogal do Conselho de Administração)

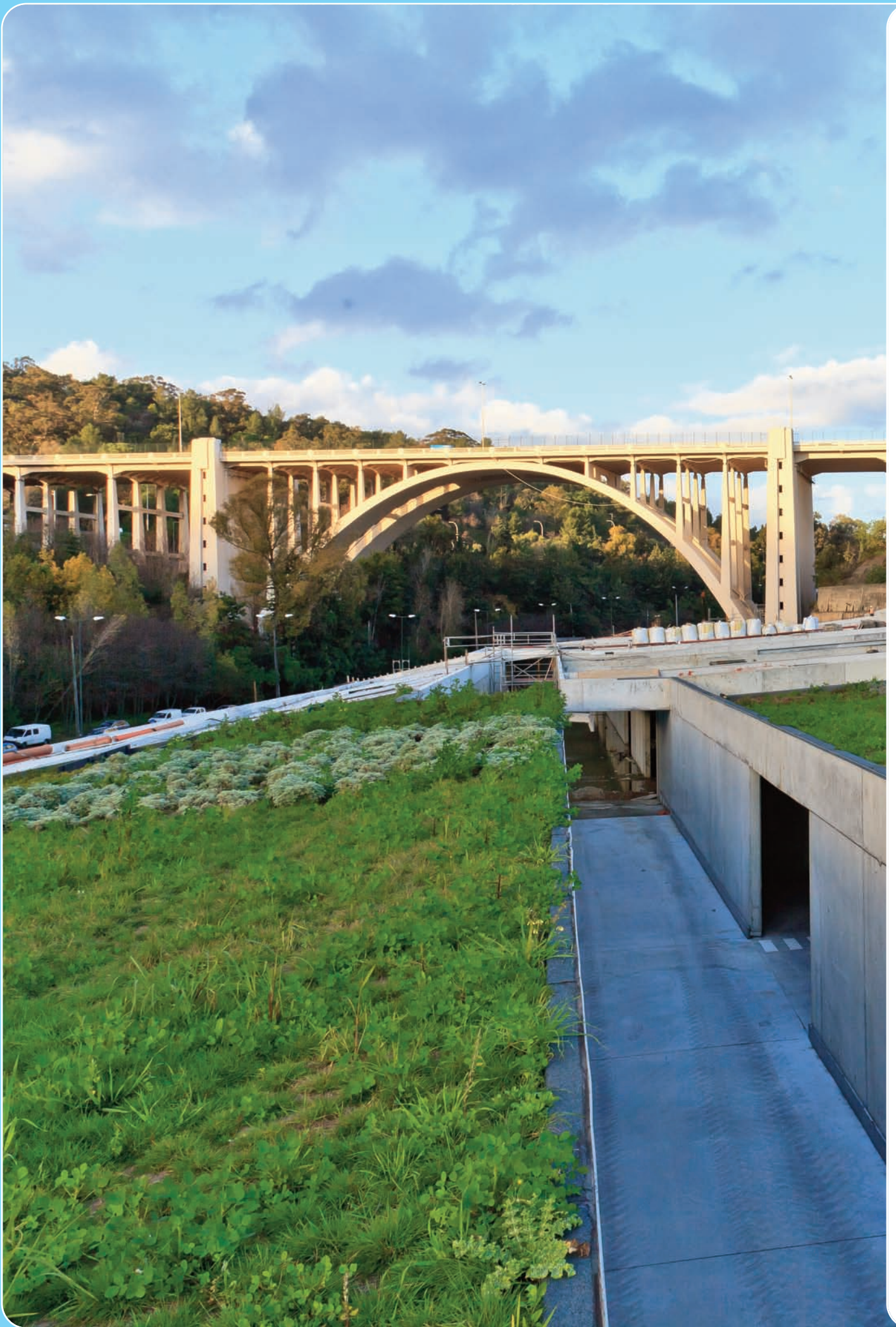


José Esteves Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



Marcos Levi Santinho de Faria Miguel
(Técnico Oficial de Contas)

[página em branco]





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2010.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2010, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efectuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva, do Director dos Serviços Administrativos e Financeiros e do Revisor Oficial de Contas. Efectuou também uma reunião conjunta com o Conselho de Administração da sociedade e, a convite deste órgão, procedeu a uma visita às ETAR de Alverca e de Alcântara.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detectado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas e que mereceu o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.



7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

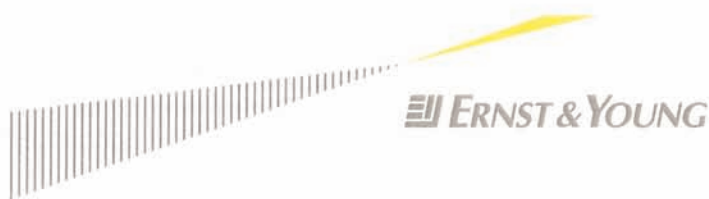
Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011

O CONSELHO FISCAL

Pedro António Martins Mendes (Presidente)

José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)

João Paulo Pinto Esteves Martins (Vogal)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 385.955.596 Euros e um total de capital próprio de 58.920.622 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.738.571 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

- 9. Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para o facto de, tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços deverem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R.A.S.', is placed over the text 'Representada por:'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Legenda das Fotografias:

Capa e Contracapa - Ribeira das Naus e Terreiro do Paço, Lisboa

Página 4 - Voo dos Flamingos

Página 11 - ETAR de Alcântara (vista geral)

Página 14 - Ribeira das Naus, Lisboa

Página 18 e 19 - ETAR de Alverca (vista geral)

Página 20 - ETAR de Alverca (pormenor)

Página 54 e 55 - ETAR de Vila Franca de Xira (vista geral)

Página 56 - ETAR de Vila Franca de Xira (pormenor)

Página 96 e 97 - ETAR de Bucelas (vista geral)

Página 136 - ETAR de Alcântara (pormenor)

SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Av. Defensores de Chaves, 45,3º | 1000-112 Lisboa | Portugal

Telf.: +351 213 107 900 | Fax: +351 213 107 901

E-mail: geral@simtejo.adp.pt | www.simtejo.pt

Edição - SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

